



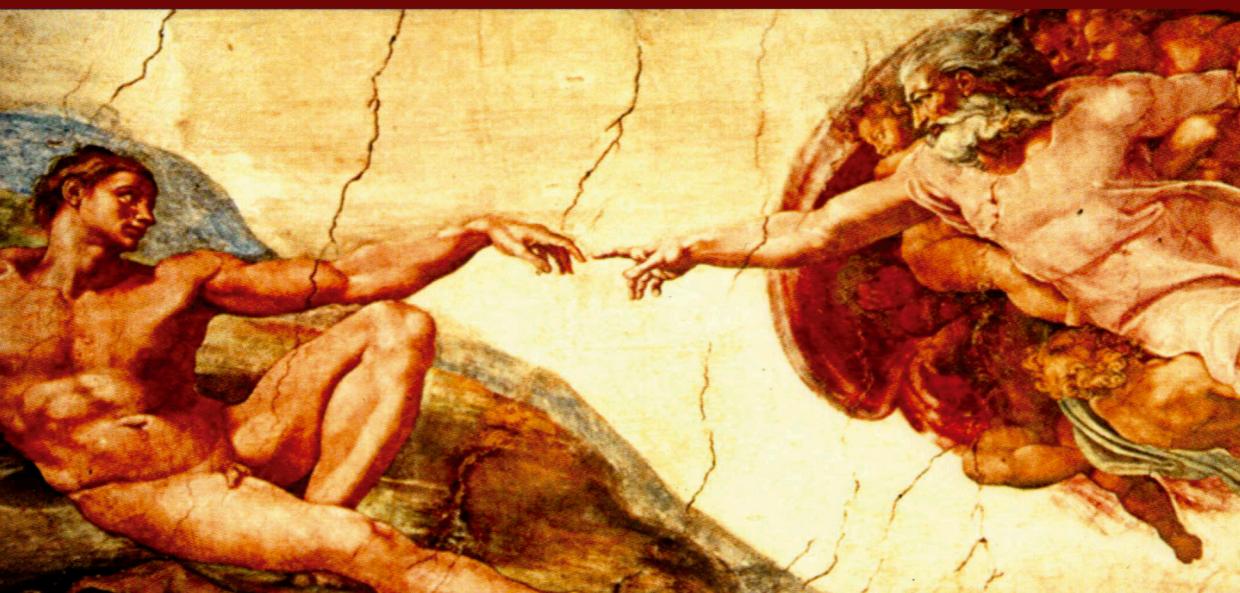
Cadernos dos Cursinhos Pré-Universitários da UNESP

ANTONIO FRANCISCO MARQUES
MARIA DA GRAÇA MELLO MAGNONI
EDITORES

CIÊNCIAS HUMANAS

FILOSOFIA, GEOGRAFIA, HISTÓRIA E SOCIOLOGIA

LORIZA LACERDA DE ALMEIDA - MARIA DA GRAÇA MELLO MAGNONI
ORGANIZADORES



VOLUME 6

unesp
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

'JÚLIO DE MESQUITA FILHO'


PROEX
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

**CULTURA
ACADÉMICA**
Editora

CADERNOS DOS CURSINHOS PRÉ- UNIVERSITÁRIOS DA UNESP

ANTONIO FRANCISCO MARQUES
MARIA DA GRAÇA MELLO MAGNONI
EDITORES

CIÊNCIAS HUMANAS FILOSOFIA, GEOGRAFIA, HISTÓRIA E SOCIOLOGIA

LORIZA LACERDA DE ALMEIDA
MARIA DA GRAÇA MELLO MAGNONI
ORGANIZADORES

VOLUME 6

SÃO PAULO
2016

Realização
Pró-Reitoria de Extensão – PROEX
Rua Quirino de Andrade, 215 – 10º andar
São Paulo, CEP 01049-010 – SP
Tel (11) 5627-0264

Reitor
Julio Cezar Durigan

Vice-reitor
Eduardo Kokubun

Pró-reitora de Extensão Universitária
Mariângela Spotti Lopes Fujita

Pró-reitora de Pesquisa
Maria José Soares Mendes Giannini

Pró-reitor de Graduação
Laurence Duarte Colvara

Pró-reitora de Pós-Graduação
Lourdes Aparecida Martins dos Santos-Pinto

Pró-reitor de Administração
Carlos Antonio Gamero

Secretaria Geral
Maria Dalva Silva Pagotto

Produção planejada pelo Projeto "Inovação nos processos de gestão e pedagógico dos Cursos Pré-Vestibulares da Unesp"

Diagramação e capa
Edevaldo Donizeti dos Santos

Impressão e acabamento: Gráfica FCL/Araraquara

Revisão
Élide Ferres
Maria Luzinete Euclides
Rony Farto Pereira

Conselho Editorial da PROEX - Unesp
Profa. Dra. Maria Candida Soares Del Masso (FFC / Marília)
Prof. Dr. Claudio César de Paiva (FCL / Araraquara)
Profa. Dra. Márcia Pereira da Silva (FCHS / Franca)
Profa. Dra. Rosane Michelli de Castro (FFC / Marília)
Sra. Angela de Jesus Amaral (PROEX / Reitoria)
Sr. Oscar Kazuyuki Kogiso (ICT / São José dos Campos)

Coordenação geral
Profa. Dra. Mariângela Spotti Lopes Fujita

Editores
Prof. Dr. Antonio Francisco Marques
Profa. Dra. Maria da Graça Mello Magnoni

Organização
Loriza Lacerda de Almeida
Maria da Graça Mello Magnoni

Colaboradores
Filosofia
Eli Wagner Francisco Rodrigues
Geografia
Maria da Graça Mello Magnoni
Wellington dos Santos Figueiredo

História
Maria da Graça Mello Magnoni
Voltaire Mattozinho

Sociologia
Débora Correa de Siqueira
Diogo Alfonso Garcia
Lourenço Magnoni Junior
Maria da Graça Mello Magnoni

C569 Ciências humanas : filosofia, geografia, história e sociologia / Loriza Lacerda de Almeida, Maria da Graça Mello Magnoni, organizadores.
– [2. ed.] – São Paulo : Cultura Acadêmica, 2016.

182 p. : il. - (Cadernos dos cursinhos pré-universitários da Unesp ; 6)

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7983-825-5

1. Filosofia. 2. Geografia. 3. História. 4. Sociologia. 5. Ensino médio.
6. Universidades e faculdades - Vestibular. I. Almeida, Loriza Lacerda de.
II. Magnoni, Maria da Graça Mello. III. Série.

CDD 001.3

PREFÁCIO

A ideia de construção dos conteúdos disciplinares dos 6 cadernos que compõem a 2º Edição do conjunto do material didático a ser utilizado pelos Cursinhos Pré-Universitários¹ surgiu desde o início da gestão, em 2013, durante proveitosas discussões em reuniões com os professores e estudantes na condição, respectivamente, de coordenadores e tutores. Havia, naquela ocasião, uma grande preocupação com relação à disponibilidade do material didático de um ano vigente para um próximo ano, considerando-se a provisão orçamentária. Além disso, havia um desejo dos envolvidos por conteúdos que mais se aproximasse do contexto social e educacional dos cursistas provenientes da escola pública e de famílias de baixa renda, para promover, de modo mais abrangente, a inclusão em um contexto de aquisição e de construção de conhecimentos necessários ao ingresso em cursos de graduação ou no mercado de trabalho, mediante participação em concursos.

O grande desafio da existência dos Cursinhos Pré-Universitários da UNESP sempre foi a oferta do material didático com os conteúdos disciplinares necessários, de um lado, para facilitar o processo comunicativo entre professor e cursista na sala de aula e, de outro, para orientar a aprendizagem do cursista fora da sala de aula. Portanto, o material didático é o instrumento que orienta o processo de aquisição e construção do conhecimento dos cursistas dos Cursinhos Pré-Universitários, em um curto período de tempo, com finalidade definida de ingresso em concursos e, ainda, a fim de propiciar sua inclusão. Nesse sentido, discutiu-se a viabilidade de a UNESP construir material didático próprio, dadas as características únicas de distribuição regional multicampus e da evolução histórica de seus Cursinhos Pré-Universitários, atualmente Subprograma de extensão “Cursinhos Pré-Universitários da UNESP”, do programa de extensão “Divulgação, Orientação e Informação Profissional”.

Antes de sua concretização, essa discussão levou em consideração resultados de outras iniciativas da Pró-Reitoria de Extensão - PROEX - na tentativa de realizar

¹ Atualmente, existem 27 Cursinhos Pré-Universitários UNESP e 4 Cursinhos em convênios com Prefeituras, em funcionamento, localizados em 23 cidades do interior paulista, junto a Unidades Universitárias da UNESP. O modelo implantado atende a alunos regulares e egressos da rede pública de ensino e oferece aulas ministradas por graduandos dos diversos cursos da UNESP – bolsistas e voluntários –, que visam a suprir lacunas de formação de alunos regulares do 3º ano e egressos do ensino médio, com vistas a oferecer reforço de ensino e preparo para o ingresso e permanência na universidade. Para isso, a UNESP, por meio da Pró-Reitoria de Extensão Universitária, mantém um Programa Institucional com bolsas de extensão universitária para alunos de seus cursos de graduação atuarem como tutores de ensino.

parcerias com editoras comerciais e de organizações não governamentais, dedicadas a cursinhos populares e comunitários, que, após negociações, revelaram impossibilidade de execução.

A proposta de construção do material didático, após debates, foi acolhida por Grupo de Pesquisa da Faculdade de Ciências do Câmpus de Bauru, com inserção e experiência na coordenação de Cursinho Pré-Universitário, o qual elaborou o “Projeto de produção, manutenção e atualização de material didático-pedagógico”.

O Projeto, coordenado pela Pró-Reitoria de Extensão Universitária e elaborado pelos Professores Doutores Antonio Francisco Marques e Maria da Graça Mello Magnoni, da Faculdade de Ciências do Campus de Bauru, foi concebido com o objetivo de organizar, adequar e disponibilizar cadernos com os conteúdos curriculares das diversas áreas do conhecimento para as atividades pedagógicas nos cursinhos pré-universitários da UNESP, nas seguintes áreas do conhecimento: “Linguagens e Códigos”, “Matemática”, “Biologia”, “Química”, “Física”, “Ciências Humanas” e o “Caderno de Material Complementar e de Apoio”.

No ano de 2015, foram construídos os conteúdos das áreas de conhecimento que resultaram na publicação da 1º Edição com seus 5 cadernos: Linguagens e Códigos, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Material de Apoio.

A 2º Edição contemplou a atualização, reformulação e inclusão dos conteúdos para publicação dos cadernos, em 2016. Nesta nova edição, o Caderno 3 - Ciências da Natureza que reunia as áreas de Biologia, Química e Física, foi segmentado em três cadernos e cada uma destas áreas se constituiu em um caderno independente.

Não restam dúvidas de que a publicação destes Cadernos representa um passo dado de grande relevância para o aprimoramento dos Cursinhos Pré-Universitários, mas também, de alta responsabilidade social, porquanto deverá influenciar a inclusão, conforme preconiza a Política Nacional de Extensão e a Política de Extensão da UNESP.

Dessa forma, os cadernos serão o instrumento principal da política pedagógica do Subprograma de Extensão “Cursinhos Pré-Universitários da UNESP”, com a proposta de unificar a orientação pedagógica dos 27 Cursinhos Pré-Universitários e, ao mesmo tempo, dar visibilidade a essa importante ação de extensão universitária de grande espectro e impacto social, no interior do Estado de São Paulo que, smj, é única no Brasil entre as IES.

Pela atuação dos Professores editores Antonio Francisco Marques e Maria da Graça M. Magnoni, dos autores e dos colaboradores, agradecemos o empenho, esforço e dedicação, ao assumirem a responsabilidade de criação e atualização constante dos conteúdos dos Cadernos que, decisivamente, eleva o patamar de qualidade no atendimento das demandas pelos Cursinhos.

Faz-se mister destacar o apoio incondicional da Reitoria da UNESP, nas pessoas do Prof. Dr. Julio Cezar Durigan, Reitor, e Prof. Dr. Eduardo Kokubun, Vice-Reitor, na idealização e fortalecimento dos Cursinhos Pré-Universitários, o que facilitou a condução de todos os trabalhos de organização da publicação.

Finalmente, é preciso salientar a valiosa atuação dos Cursinhos Pré-Universitários na extensão universitária da UNESP, com resultados de impacto na transformação da realidade social da comunidade externa à Universidade.

Mariângela Spotti Lopes Fujita
Pró-Reitora de Extensão Universitária da Unesp

APRESENTAÇÃO

Apresentamos a 2^a edição da coletânea de cadernos dos Cursinhos Pré-Vestibulares da Unesp.

Considerando a realidade concreta do Ensino Médio e os desafios que ele representa aos poderes públicos, os cursinhos pré-vestibulares apresentam uma ação em prol da democratização do ensino superior brasileiro, na tentativa de minimizar uma realidade histórica e socialmente perversa, que exclui milhões de brasileiros das classes desfavorecidas da participação e ou da aprovação nos concursos vestibulares para ingresso nas universidades públicas. Orientados pela lógica do direito à educação, os cursinhos pré-universitários constituem, então, situações emergenciais enquanto o Estado e a sociedade brasileira não garantirem uma educação básica de qualidade para todos.

Tendo em vista que os Cursos Pré-Universitários da UNESP visam atender às demandas educacionais dos egressos e concluintes do último ano do ensino médio público, os editores e coordenadores dos cadernos optaram pelos conteúdos propostos para avaliação do ENEM.

Esta edição é uma revisão da edição anterior com ampliação dos conteúdos nas áreas de conhecimento de Linguagem, Matemática, Ciências Naturais, ficando este último subdividido em três cadernos.

Ao permitir à Universidade atender parte dos seus objetivos, o Projeto proporciona ganhos aos seus docentes e discentes. Os alunos dos diferentes cursos ou licenciaturas, na situação de bolsistas e voluntários, têm a possibilidade de ampliar seus conhecimentos ao organizar didaticamente todo o processo de ensino destinado aos cursistas, envolvendo principalmente os conteúdos e as metodologias em função dos diferentes grupos atendidos. Os demais graduandos, não envolvidos diretamente com o Cursinho, são beneficiados mediante a socialização das experiências pelos colegas bolsistas do Projeto, quando em sala de aula, ampliando as relações e vínculos com as atividades práticas na Educação Básica, etapa do ensino para a qual muitos estão em processo de formação.

A situação de aprendizagem para os discentes direta e indiretamente envolvidos ultrapassa, então, os limites dos saberes e práticas curriculares dos conhecimentos específicos, envolvendo experiências relativas às relações que se estabelecem entre todos os envolvidos no processo educativo e que não se restringem aos aspectos cognitivos, mas também afetivos e sociais.

Os investimentos em recursos humanos e financeiros destinados à pesquisa e produção dos recursos materiais voltados à extensão dos resultados à sociedade, através da divulgação do conhecimento científico, tecnológico, mas que concretizar os nossos objetivos de proporcionar o acesso da comunidade à Universidade, nos permite vivenciar a Universidade como perspectiva, como possibilidade para a realização de um trabalho que proporciona o envolvimento pessoal e coletivo, um esforço conjunto de muitas pessoas que assumiram o compromisso da realização, o compromisso com a Universidade Pública e que se auxiliam nas dificuldades, nos contratemos, nas propostas, na coragem para enfrentar as críticas e solucioná-las.

Como já colocado na edição anterior, o trabalho executado tem seus limites, porém é possível aperfeiçoá-lo nas próximas edições, com base nas experiências e avaliações dos usuários estudantes e dos monitores das salas de cursinhos espalhados nas dezenas de unidades universitárias da UNESP.

O material estará disponível para os alunos matriculados nos Cursinhos da UNESP na forma impressa e online, oportunizando aos estudantes externos e demais interessados o acesso livre e gratuito.

Antonio Francisco Marques

Maria da Graça Mello Magnoni

SUMÁRIO

Introdução	11
1 FILOSOFIA	
1.1 Cidadania e democracia na Antiguidade.....	13
1.2 Estado e direitos do cidadão a partir da Idade Moderna; democracia direta, indireta e representativa	14
1.3 Revoluções sociais e políticas na Europa Moderna.....	17
1.4 A luta pela conquista de direitos pelos cidadãos: direitos civis, humanos, políticos e sociais.....	19
1.5 Direitos sociais nas Constituições brasileiras.....	22
1.6 Vida urbana: redes e hierarquia nas cidades, pobreza e segregação espacial...	24
1.7 O desenvolvimento do pensamento liberal na sociedade capitalista e seus críticos nos séculos XIX e XX.....	25
1.8 Políticas afirmativas.....	27
2 GEOGRAFIA	
2.1 Base estrutural da Geografia	29
2.2 As características climáticas do território brasileiro	40
2.3 As questões ambientais contemporâneas: mudança climática, ilhas de calor, efeito estufa, chuva ácida e a destruição da camada de ozônio	46
2.4 Estrutura interna da Terra	51
2.5 Estruturas do solo e do relevo – agentes internos e externos modeladores do relevo	54
2.6 Formação territorial brasileira. As regiões brasileiras. Políticas de reordenamento territorial.....	59
2.7 Origem e evolução do conceito de sustentabilidade.....	67
2.8 Os grandes domínios de vegetação no Brasil e no mundo.....	73
2.9 Situação geral da atmosfera e classificação climática.....	82
2.10 Demografia	94
3 HISTÓRIA	
3.1 A atuação dos grupos sociais e os grandes processos revolucionários do século XX. Revolução Bolchevique, Revolução Chinesa e Revolução Cubana	109
3.2 A Revolução Industrial.....	112
3.3 Diferentes formas de organização da produção: escravagismo antigo, feudalismo, capitalismo, socialismos.....	116

3.4 Ditadura do Estado Novo (1937-1945)	121
3.5 Economia agroexportadora brasileira: complexo açucareiro; a mineração no período colonial; a economia cafeeira, a borracha na Amazônia.....	125
3.6 Geopolítica e conflitos entre os séculos XIX e XX. Imperialismo, a ocupação da Ásia e da África, as Guerras Mundiais e a Guerra Fria	130
3.7 Conflitos Político-Culturais pós-Guerra Fria, reorganização política internacional e os organismos multilaterais nos séculos XX e XXI	138
3.8 Vida Urbana: redes e hierarquias nas cidades, pobreza e segregação espacial	140

4 SOCIOLOGIA

4.1 A conquista da América.....	145
4.2 Cultura material e imaterial; patrimônio e diversidade cultural no Brasil	149
4.3 História dos povos indígenas e a formação sociocultural brasileira	153
4.4 História cultural dos povos africanos	157
4.5 A luta dos negros no Brasil e o negro na formação da sociedade brasileira.....	160
4.6 Transformações na estrutura produtiva no século XX: o fordismo, o toyotismo, as novas técnicas de produção e seus impactos	162
4.7 A globalização, as novas tecnologias de telecomunicação e suas consequências econômicas, políticas e sociais	173

INTRODUÇÃO

Com a presente edição do Caderno *Ciências Humanas*, inauguramos uma nova era na produção de material para os cursinhos pré-universitários da UNESP, porque deixamos para trás um histórico de aquisição de produtos-padrão disponíveis no mercado, para a elaboração de produtos próprios, com chancela institucional. Esta realização atende a um antigo sonho do projeto, de que os docentes da própria instituição possam colaborar com a produção de saberes necessários aos exames seletivos.

Não se trata de tarefa corriqueira, tão pouco fácil de ser realizada, tendo em vista que a produção acadêmica, típica da universidade, se volta a outras modalidades, como *papers*, artigos científicos, projetos de pesquisa, relatórios, resenhas, os quais ensejam métodos de trabalho bastante específicos. Certamente, a produção de material instrucional é uma das demandas que temos, mas é importante dizer que impõe desafios novos, especialmente pela especificidade dos temas, ou seja, há necessidade de se conhecer um outro universo – o do vestibular –, para poder elaborar materiais adequados a essa finalidade. Ademais, esses conteúdos devem estar articulados com o público usuário do material - os egressos da rede pública de ensino, que já transitaram pelos conteúdos, mas que agora devem perceber que eles serão exigidos em provas bastante complexas, com muitas horas de duração, que solicitam pensamento rápido e objetivo, ao mesmo tempo em que contemplam a reflexão, contextualização e a articulação entre si, em busca da inter e transdisciplinaridade.

Não é nossa tarefa aqui fazer a análise do sistema de educação pública, aliás, muito bem tratada por autores renomados em nosso país, mas não podemos deixar de destacar que muitos egressos apresentam dificuldades para acompanhar as aulas dos cursinhos, o que implica a exigência de um material didático que supere ou minimize essa condição. Não há receitas ou modelos previamente conhecidos, mas teremos, sim, que testar nosso material e fazer as adequações que nosso público exigir, tanto na elaboração dos conteúdos, na formulação de exercícios, como na forma de apresentar os mesmos, ou seja, pensar as estratégias didático-pedagógicas não é um tema ausente no contexto dessa produção.

Assim, teremos desafios futuros ainda a superar, uma vez que se pretende atender de forma eficiente às demandas apresentadas pelos alunos da rede de ensino, os quais buscam os cursinhos da UNESP, na expectativa de superar limitações, relembrar o que já foi estudado e se preparar para as fases de seleção, por meio do vestibular, e atingir o objetivo precípua do cursinho, que é a obtenção de uma vaga em curso de graduação.

Obviamente, o que consta no caderno aqui apresentado se refere aos itens previstos para as provas vestibulares, todavia, sabemos que se pode apresentar de variadas maneiras e com diferentes abordagens, com vistas a um melhor aproveitamen-

to do que é exposto no material e nas aulas. Este parece ser o desafio central: focalizar conteúdos que sejam significativos para os alunos, sem menosprezar as exigências da produção acadêmica, ao mesmo tempo em que o material atende às necessidades, de forma leve e sem a rigidez dos cadernos clássicos de cursinho pré-universitário. As revisões certamente serão necessárias, assim como melhorias na apresentação, porém, isso virá com o tempo e a experimentação.

Outro aspecto importante a se destacar se refere, de forma mais direta, às *Ciências Humanas*, objeto deste caderno. A importância do conhecimento na área das humanidades tem sido referida pelos vestibulares, à medida que as questões na área de conhecimentos gerais e atualidades, além das disciplinas específicas, são propostas com relativo grau de complexidade. Recentemente, foram novamente incluídas as disciplinas sociologia e filosofia, no currículo do ensino médio, o que demonstra que há um reconhecimento de sua pertinência nas avaliações de nossos estudantes. De outro lado, sabe-se que, com todas as mudanças que ocorrem nas relações sociais, políticas e econômicas, não seria razoável deixar esses conteúdos de fora, o que dificultaria sobremaneira a análise dos tempos atuais.

A atualização do conhecimento passa, hoje, necessariamente, pelas novas tecnologias de informação. Nesse sentido, buscamos adequar os conteúdos à linguagem direta, objetiva, das novas mídias, sem abrir mão do rigor na busca de fontes confiáveis para fundamentar as informações e análises desenvolvidas nos textos. Cientes de que os alunos denominados “nativos digitais” estruturam sua formação como leitores com forte influência dessas tecnologias, procuramos ampliar e aprofundar certos temas sociológicos e filosóficos, com base em perspectivas científicas mais características do discurso acadêmico universitário.

A importância da formação sociológico-humanística é amplamente destacada nos dias de hoje e valorizada até mesmo pelo discurso corporativo, que se vê, de diversas formas, influenciado pelo fenômeno da globalização. A necessidade de adaptação dos atores econômicos a diferentes culturas aponta para a importância da formação cultural baseada na compreensão histórica e cultural mais ampla e que, necessariamente, enfatiza a formação sociológica e filosófica. A ampliação da cultura de direitos civis e a afirmação das minorias, no contexto histórico contemporâneo, confirmam a tendência de uma cultura que não pode mais abrir mão da perspectiva ética e histórica. Fica, assim, evidenciada a relevância da formação ligada às ciências humanas, no nível médio e universitário.

Em nome da equipe de elaboração dos textos, desejamos que sua finalidade seja alcançada e que os resultados sejam plenos de êxito.

Loriza Lacerda de Almeida
Eli Vagner Francisco Rodrigues
Maria da Graça M. Magnoni

1 FILOSOFIA

1.1 CIDADANIA E DEMOCRACIA NA ANTIGUIDADE

A palavra *democracia* se tornou muito comum nos debates e nas definições atuais do cenário político. Nos dias de hoje, a maioria dos países baseia sua estrutura de governo em princípios democráticos. O termo *democracia*, no entanto, não possui o mesmo significado em todos os períodos históricos. A democracia como regime político surgiu na Grécia antiga, na cidade de Atenas, por volta do ano 502 AC. Clístenes, após uma série de disputas políticas baseadas em um regime denominado Tirania, no qual o poder continuava na mesma família, por sucessão, instituiu uma divisão da população em *Demos*. Nessa divisão, considerava-se cidadão qualquer ateniense maior de 18 anos que tivesse prestado serviço militar e que fosse homem livre. Esses cidadãos deveriam manifestar fidelidade ao *demos*, isto é, ao seu grupo social, para uma participação nos assuntos públicos. Tal princípio foi criticado por filósofos e pelos aristocratas, que não viam em um sistema baseado no poder popular algo benéfico para os interesses da cidade. Todavia, os princípios de *isonomia* (igualdade de poder) e *isagoria* (direito à palavra) agradaram a boa parte dos atenienses. No início, esse sistema previa um sorteio para a representatividade popular, isto é, qualquer um poderia ser sorteado para defender os interesses de seu *demo*. Isso evitaria o concurso de políticos profissionais que, treinados nas artes retóricas, ganhassem as discussões políticas.

A noção de cidadania também não é a mesma em períodos diferentes da história. Hoje, com a cultura de direitos bastante difundida, temos uma noção de cidadania, a qual não se pode comparar com a ideia de cidadania da Idade Antiga. A ideia de cidadania, na Grécia, estava baseada na vinculação do cidadão a uma *polis*. Os laços eram determinados por família. Importante destacar que a noção de liberdade era um atributo e um requisito para o exercício dessa cidadania. O cidadão podia opinar sobre os destinos da cidade, mas ser cidadão não era algo universal, isto é, não era direito de todos. Péricles instituiu algumas mudanças e concedeu cidadania aos *metecos* (estrangeiros). O que constatamos, hoje, é o mesmo que os próprios gregos, através de seus filósofos, puderam também concluir: que a democracia necessita sempre de aperfeiçoamentos. Na Grécia antiga, a democracia apresentou já suas fragilidades, seja na defesa dos reais interesses das comunidades, seja na fundamentação de seus princípios filosóficos.

A ideia de democracia vem necessariamente aliada à ideia de liberdade de expressão e de defesa de teses políticas em público. Uma das questões que os filósofos levantavam, na antiga Grécia, era sobre o problema da manipulação da verdade pelos discursos. A arte da retórica e da persuasão seria uma ferramenta, se não uma arma,

para o exercício de poder ou para o predomínio de uma ideia sobre outra. Esse problema foi exemplarmente discutido por Platão e Aristóteles, em suas disputas com os chamados sofistas, os quais eram especialistas em retórica (técnica de discursar e convencer as pessoas das mais variadas teses), verdadeiros professores de persuasão. Segundo alguns sofistas, a verdade poderia ser defendida de vários pontos de vista. Isso acabou levando à acusação de que os sofistas estavam mais interessados em convencer do que chegar realmente à verdade das coisas. Se pensarmos no mundo da variedade de ideias políticas e aplicarmos esse princípio, teremos claramente uma fragilização do poder efetivo da democracia de representar a vontade popular, porque ela pode ser um instrumento de afirmação de interesses de classes e grupos políticos. O problema dos sofistas acompanha a democracia desde os tempos antigos até os dias de hoje. Criada para diminuir as tensões políticas que poderiam gerar revoltas populares entre os gregos, a democracia se viu também envolvida nesse processo de disputa de poder por interesses diversos.

A república romana foi herdeira do pensamento político dos gregos, herança que se nota não só na política, mas na cultura em geral. Tendo baseado seus princípios de poder no senado e em instituições denominadas assembleias populares, como a *curiata*, a *centuriata*, a tribuna *populi* e a tribuna *plebis*, a república romana tinha princípios democráticos, mas também apresentava diferenças em relação à nossa moderna concepção de democracia baseada em critérios mais universalistas. Nas assembleias populares romanas, por exemplo, os ricos tinham mais poder de voto, pois votavam em grupos diferenciados por propriedade. Quem elegia os cônsules e pretores era a assembleia *centuriata*. O senado não apresentava diretamente eleitos do povo, na verdade, era constituído por ex-magistrados, o que se poderia designar como uma elite política.

Como vimos, hoje, quando falamos em democracia, pensamos mais em um governo representativo, de um estado democrático de direito e de garantias de liberdades individuais, o que se distancia em vários aspectos da democracia antiga. Para os antigos, era muito mais difícil reconhecer a ideia de livre-arbítrio e de espaço privado, como imaginamos nos dias de hoje. Não significa dizer que os gregos e romanos não tinham esses anseios, contudo, reconhece-se que tais direitos não eram totalmente desenvolvidos, como vieram a ser na chamada Idade Moderna.

1.2 ESTADO E DIREITOS DO CIDADÃO A PARTIR DA IDADE MODERNA; DEMOCRACIA DIRETA, INDIRETA E REPRESENTATIVA

O ESTADO MODERNO

O Estado Moderno é resultado de diversas transformações políticas ocorridas a partir do declínio do sistema feudal e do surgimento e fortalecimento de estados nacionais. Para entendermos a formação do pensamento político da Idade

Moderna e os conceitos de democracia direta e indireta e representativa, temos que iniciar pela transição da Idade Média para Idade Moderna.

Sabemos que os processos de mudança de uma época para outra na história não acontecem de maneira rápida, na verdade, sempre são explicados por um número grande de eventos importantes. No caso da passagem da Idade Média para a Idade Moderna, a crise do chamado modelo feudal, a expansão marítima, o Renascimento e a Reforma Protestante foram acontecimentos que contribuíram para o nascimento de novas tendências econômicas, culturais e políticas.

As relações políticas na Idade Média eram determinadas por instituições pouco flexíveis no estabelecimento da participação popular. Além disso, o território europeu era muito fragmentado pela existência dos feudos, os quais possuíam um comando próprio exercido por um senhor feudal ou por um nobre. Pode-se afirmar que cada feudo representava, do ponto de vista do poder, um núcleo separado. Nesse contexto, não existia uma moeda comum ou padrões de pesos e medidas e também era muito difusa a realidade dos idiomas. A descentralização política, por esses fatores, era uma característica da Idade Média. Com o declínio da estrutura feudal e de sua estrutura rural, começa a haver um crescimento maior do comércio. No primeiro momento, o comerciante é estranho à sociedade feudal. Mas a circulação financeira cresceu, sobretudo, pela necessidade de trocar produtos excedentes. Surge a tendência de troca de serviços por dinheiro.

Para entendermos o estado moderno, devemos ainda contemplar outro fator, este de natureza política – o absolutismo.

O ABSOLUTISMO

O absolutismo é um regime político fundamentado no poder exercido por uma pessoa, cujos poderes são absolutos, daí o nome absolutismo. O absolutismo foi um regime que teve sua efetivação principalmente no período entre os séculos XVI e XVIII, na Europa. Nesse regime, os monarcas tinham plenos poderes de criar leis sem aprovação da sociedade, além de exercerem uma interferência econômica marcada pela criação de impostos e tributos, a fim de financiar seus projetos de poder e mesmo suas guerras, motivadas por sucessão e relações conflituosas com outros reinos. Tais conflitos estavam mais ligados aos interesses de uma nobreza do que aos da maioria da população. Será a partir do desgaste desse regime e de suas relações políticas e econômicas que surgirão as características sociais as quais darão origem ao estado moderno.

Seguindo as tendências de mudanças econômicas, a expansão do comércio causou a desorganização do sistema feudal. A classe social que representava esses interesses de modernização e mudança era a burguesia, que se tornou cada vez mais rica e, consequentemente, poderosa politicamente. A burguesia vai estabelecer seus

interesses no terreno político e seus interesses incluíam, necessariamente, uma nova organização política.

Essa nova organização deveria, para atender a tais anseios, ser mais estável e baseada numa ordem jurídica que fundamentasse seus direitos de ampliação do comércio de representação política e de direitos civis. As guerras intermináveis atrapalhavam o comércio, a quantidade de impostos sobre as mercadorias atravancava a circulação, o número de moedas dificultava a troca. O que a burguesia necessitava era de uma verdadeira revolução política.

O Estado moderno se forma, então, como uma espécie de organização política que representa novos interesses políticos e marca o final da era feudal e o início da modernidade. Desde o século XVII, o Estado configurou-se como única alternativa de organização política. Ainda assim, cada cultura política desenvolveu as instituições estatais de maneira diversa, dependendo das particularidades próprias de cada tradição. Em decorrência, as instituições dependem não só da estrutura dada pelo ordenamento jurídico do Estado, mas também da cultura política da sociedade, representada pelos valores e ideias sociais compartilhadas entre os membros, ou seja, os códigos de conduta que geralmente não estão escritos e os quais complementam as regras formais. Isso ocorre porque, ainda que as regras possam ser as mesmas, os mecanismos de cumprimento obrigatório, a forma com que se exerce a obrigatoriedade, as normas de conduta e os modelos subjetivos dos atores não o são. No presente artigo, analisaremos os principais modelos de Estado de ocidente, a partir de quatro culturas políticas (inglesa, francesa, estadunidense e latino-americana), com o objetivo de mostrar costumes e tradições políticas diversas, que influem até hoje nos diferentes Estados.

O ESTADO LIBERAL

O Estado Liberal é o verdadeiro desdobramento da separação entre o público e o privado. No absolutismo, predominava o interesse de um monarca ou até mesmo da nobreza. A revolução da burguesia impôs uma nova forma de Estado. Em 1787, a primeira Constituição liberal foi promulgada, os princípios que a fundamentavam eram a liberdade, a igualdade e a fraternidade; dois anos depois, esses princípios foram consagrados pela Revolução Francesa de 1789. Sobre a Revolução Francesa, paira até hoje a aura de uma mudança significativa nas relações de poder na Europa.

A Revolução Francesa representa todo um período de agitação política que instituiu os ideais de renovação da burguesia. A monarquia absolutista caiu em três anos do processo revolucionário. Privilégios feudais, aristocráticos e religiosos foram atacados por grupos políticos radicais.

O Parlamento de Paris defende o princípio de “um homem, um voto” – e a duplicação dos representantes do Terceiro Estado. As relações de poder podem ser representadas por números, desde que esses números sejam representantes de pessoas com votos e voz. Vejamos, portanto, o que ocorreu com o poder. Serão eleitos, na França, 291 deputados para a reunião do Primeiro Estado (Clero), 270 para a do Segundo Estado (Nobreza), e 578 deputados para a reunião do Terceiro Estado (burguesia e pequenos proprietários). Uma relação numérica que já diz muito do que realmente mudou, no novo regime.

DEMOCRACIA DIRETA, INDIRETA E REPRESENTATIVA

Existem diferenças importantes entre os tipos de democracia que existiram na história, por isso, há, pelo menos, três tipos de democracia: a democracia direta, a democracia indireta e a democracia representativa.

Na democracia direta, o cidadão pode votar e expressar sua opinião sem ter intermediários. Por esse motivo, essa espécie de democracia tem mais chances de ocorrer sem maiores problemas, em populações e territórios pequenos. Como vivemos em agrupamentos humanos cada vez mais populosos, a maioria dos governos democráticos utiliza um tipo de democracia indireta. A forma de democracia mais exercida no mundo moderno é a democracia representativa, na qual as decisões políticas não são tomadas diretamente pelos cidadãos, mas por representantes eleitos pelos cidadãos.

Os representantes dos cidadãos têm direito a voto e representam a vontade daqueles que os elegeram. Isso, obviamente, em tese, pois as opiniões e interesses dos cidadãos podem se distanciar da leitura que o representante faz do contexto político. Todavia, um princípio fica garantido, nesse processo, à eleição dos representantes para as assembleias, câmaras e parlamentos de uma nação. Pode-se, também, nesse sistema político, acontecer referendos e plebiscitos, nos quais os cidadãos votam sobre um assunto específico que seja de interesse público. O que sempre deve ocorrer, nesse processo é a garantia de liberdade de escolha e expressão. Portanto, o estado moderno pode ser caracterizado como um estado de direitos, isto é, ele se fundamenta na representatividade e no direito de escolha do cidadão. Note que a palavra cidadania só faz sentido nesse contexto.

1.3 REVOLUÇÕES SOCIAIS E POLÍTICAS NA EUROPA MODERNA

Para entendermos as revoluções sociais e políticas, na Europa moderna, temos que fazer referência aos movimentos intelectuais que determinaram a ideologia de fundo dessas revoluções. O ILUMINISMO certamente figura entre os movimen-

tos de ideias que levaram a uma maior conscientização do papel político dos povos, no sentido de serem os agentes das mudanças sociais e políticas.

A Crítica ao Absolutismo era um dos princípios que orientavam os iluministas, pois a ideia de liberdade e representatividade estava em franca oposição com o sistema absolutista. Paralela à luta política, uma ideia que cresceu em popularidade, principalmente nos séculos XVIII e XIX, foi o princípio de que a ciência é uma forma privilegiada de explicar as coisas. Nesse sentido os intelectuais e cientistas criticavam o dogmatismo do conhecimento religioso e a intolerância religiosa, em vários aspectos. Deve-se notar que as revoluções na Idade Moderna não foram somente políticas, mas também intelectuais e científicas, o que um pouco mais tarde daria origem à revolução industrial, por exemplo.

Um evento importante para a história das ideias foi a elaboração, por parte de Diderot e D'Alembert, da primeira encyclopédia no século XVIII, símbolo das modernas mudanças no conhecimento e no estabelecimento da autoridade de filosofia e da ciência frente ao autoritarismo e dogmatismo da religião e do estado. Os teóricos do Iluminismo fundamentaram o que podemos denominar ideologia das revoluções. Montesquieu, por exemplo, defendia a divisão do poder baseado nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Voltaire fez a defesa da liberdade de expressão e do pensamento, pilares das modernas concepções de democracia. Rousseau escreve o *Contrato social*, que introduz a ideia de uma bilateralidade na relação de dever e direito entre o estado e o indivíduo, entre governados e governante.

REVOLUÇÕES INGLESES SÉCULO XVII

No século XVII, acontece na Inglaterra um claro antagonismo entre a Coroa e o Parlamento. O conflito de interesses políticos se efetivou com a polaridade entre a dinastia Stuart, a qual defendia o absolutismo, e a burguesia local, que era partidária do liberalismo. Sabemos que os sistemas absolutistas possuíam características que não agradavam aos ideais econômicos e políticos da classe burguesa.

REVOLUÇÃO FRANCESA

A França, antes da Revolução, estava sob um regime absolutista. O poder estava concentrado nas mãos dos reis, os quais determinavam seus interesses e alianças, sobretudo com o Clero e a nobreza, que, por sua vez, recebiam de bom grado os benefícios da proximidade com o poder. Uma das vantagens de que usufruiam era a isenção de impostos e uma vida em inegável descompasso com a situação de pobreza do povo.

Por outro lado, os camponeses e burgueses pagavam impostos e não viam, de fato, retornos significativos por parte do governo. O clima de descontentamento

e revolta não afetava somente os intelectuais, porém, era evidente e real no seio da sociedade. O incitamento à ação revolucionária pôs fim ao regime absolutista, a partir de uma série de eventos que se seguiram, com a intenção de minar as forças de repressão do estado. O ápice desse movimento foi a Queda da Bastilha, a prisão política do governo absolutista e, nesse sentido, o símbolo maior do absolutismo naquele contexto. A Revolução Francesa foi um dos acontecimentos de maior relevância e influência, na história da humanidade, pois os ideais de liberdade, representatividade política e de igualdade de direitos se transformaram em um modelo fundador de instituições políticas, por todo o mundo ocidental. Hoje, os reflexos dessas ideias se fazem notar por todo o mundo. A moderna democracia liberal tem seu nascimento nas revoluções da Idade Moderna. Destaca-se, também, nesse contexto histórico global, a revolução americana, a qual começou como uma guerra da Independência dos EUA em relação à Grã-Bretanha e se configurou como um movimento emancipador das colônias inglesas na América do Norte, uma vez que as colônias estavam submetidas a cobranças de impostos considerados injustos.

As manifestações contrárias à relação comercial entre a Grã-Bretanha e as colônias culminaram em um movimento de independência. A base das reivindicações de mudanças era constituída de princípios democráticos.

Surge um movimento denominado Filhos da Liberdade, formado por trabalhadores. Esse grupo foi formado com a intenção de proteger os direitos dos colonos e protestar contra os impostos do governo britânico. Na Festa do Chá de Boston, em 1773, esse grupo ficou mais relevante no cenário de protestos. O governo britânico reprimiu vários protestos, o que ocasionou uma reação, nas colônias, que levaria à Revolução.

Em 1787, votou-se a Constituição dos EUA, a qual efetivava o princípio da separação dos poderes, formulado por Locke e Montesquieu.

As revoluções sociais e políticas da Idade Moderna prepararam, de certa maneira, o terreno das mudanças significativas que ocorreriam nos séculos XIX e XX, a industrialização, o surgimento do capitalismo e a consolidação de princípios políticos republicanos e, no campo econômico e social, o advento de conflitos gerados pela estrutura do capitalismo. Essas mudanças darão origem, a partir da metade do século XX, a uma polarização político-ideológica entre duas concepções de sociedade – a sociedade capitalista e o bloco socialista.

1.4 A LUTA PELA CONQUISTA DE DIREITOS PELOS CIDADÃOS: DIREITOS CIVIS, HUMANOS, POLÍTICOS E SOCIAIS

A luta pelos direitos dos cidadãos pode ser representada historicamente, desde a Antiguidade, pelas revoltas dos povos contra as esferas de poder da época, como

no caso daqueles que foram escravizados por impérios. Talvez, na memória cultural do ocidente, fruto, muitas vezes, mais do impacto de signos cinematográficos do que efetivamente de nosso conhecimento da história, o modelo de revolta de um povo contra a opressão seja a imagem do povo judeu contra o império egípcio. Figura ainda em nossa memória a revolta de Spartacus, no império romano. Porém, a luta por direitos dos povos no registro de uma concepção moderna de cidadania se dá sobretudo a partir da Revolução Francesa. Isso não significa que não houve movimentos de libertação e reivindicações, anteriormente. O que ocorre, desde o alastramento das ideias de liberdade e representatividade dentro de um sistema de bilateralidade, isto é, em contextos em que o estado possui obrigações em relação ao indivíduo e vice-versa, acontece com mais realidade a partir da Idade Moderna e de sua concepção de estado representativo de direito. Com o estopim revolucionário de 1789, as instituições passaram a ser pensadas como edifícios políticos que representam interesses, os quais devem trazer o princípio da justiça social. Não haveria justiça social sem que os direitos civis fossem garantidos, nas modernas sociedades. Contudo, esse contexto ainda exibe muitas injustiças e desigualdades. Podemos citar os movimentos por emancipação das colônias, os movimentos de libertação racial e o movimento operário, como exemplos das lutas que se travaram nos campos políticos e jurídicos, nos séculos XIX e XX.

A INDEPENDÊNCIA AMERICANA E A REVOLUÇÃO FRANCESA

O artigo I da Declaração que o povo da Virgínia publicou, em 1776, enfatiza que todos os seres humanos são, pela sua natureza, igualmente livres e independentes, e possuem certos direitos inatos, dos quais, ao entrarem no estado de sociedade, não podem, por nenhum tipo de pacto, privar ou despojar sua posteridade; nomeadamente, a fruição da vida e da liberdade, com os meios de adquirir e possuir a propriedade de bens, bem como de procurar e obter a felicidade e a segurança. Podemos afirmar que os direitos humanos nasceram a partir desse documento. É importante notar que ele introduz a ideia de que os homens são vocacionados, por natureza, ao aperfeiçoamento de si mesmos.

A Declaração de Independência dos Estados Unidos vai posteriormente reafirmar os princípios de defesa da dignidade da pessoa humana.

Na Revolução Francesa, veremos que a liberdade e a igualdade dos homens são reafirmadas: “os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos” (Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, art. 1º).

Surge uma democracia diferente da democracia grega, na qual o *demos* era composto, em sua grande maioria, por camponeses e artesões, e não pela burguesia, obviamente.

Na América do Norte e na França, a democracia foi criada, pode-se afirmar, pela burguesia, para fazer frente aos privilégios do antigo regime, ou seja, o clero e a nobreza.

Não obstante isso, a unidade democrática alcançada foi resultado de duas “revoluções”, em dois continentes diferentes. A Revolução Americana queria a restauração das franquias e cidadania americana. Na Revolução Francesa, aconteceu uma mudança radical de vida em sociedade, culturalmente e politicamente, um marco zero até no calendário.

A época do terror representa um retrocesso dessas ideias, pois sabemos que os direitos humanos foram amplamente violados, em nome de posições e disputas pelo poder político. Porém, é de reconhecimento geral que houve avanços no sentido de distribuição maior do poder ao povo, o que de maneira direta atinge e amplia a observação dos direitos humanos.

A PRIMEIRA FASE DA INTERNACIONALIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Esta fase vai do meio do século XIX até a Segunda Guerra e, nela, são três os importantes fatores:

- (1º) Os direitos humanitários.
- (2º) A luta contra o escravismo.
- (3º) Os direitos dos trabalhadores assalariados no capitalismo.

A Convenção de Genebra de 1864 visava a diminuir o sofrimento em guerras e prisões bélicas. A Cruz Vermelha objetivava melhorar as condições de tratamento dos prisioneiros de guerra.

Na luta contra a escravatura, o Ato Geral da Conferência de Bruxelas, de 1890, institui regras contra o tráfico de escravos.

A Organização Internacional do Trabalho, em 1919, visava à proteção do trabalhador assalariado, no capitalismo.

Todas essas medidas, pactos, leis e convenções foram de fundamental importância para a afirmação histórica dos direitos humanos, porque, uma vez estabelecido em documentos internacionais um avanço nessa área, dificilmente a humanidade, então alcançada por tais mudanças e garantias, retroagirá em tais garantias.

A EVOLUÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS A PARTIR DE 1945

A Segunda Guerra Mundial levou a humanidade europeia a extremos nunca vistos na história. O genocídio nazista e a amplitude do conflito trouxeram problemas e discussões que provocaram, depois do horror do holocausto, novas necessidades e

medidas para a contenção e prevenção de violações aos direitos humanos. Em 10 de dezembro de 1948, a ONU aprova um documento referente à nova situação. Afirma também novas espécies de direitos humanos, que foram os direitos dos povos e direitos da humanidade. Posteriormente, reconheceu-se a preservação de sítios e monumentos do patrimônio mundial, posse das riquezas e equilíbrio ecológico.

1.5 DIREITOS SOCIAIS NAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

A Constituição brasileira prevê direitos e deveres individuais e coletivos aos cidadãos. Se seguirmos a série principal de artigos constitucionais, podemos destacar, em primeiro lugar, o Art. 5º, o qual afirma: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

Um avanço da Constituição de 1988 pode ser constatado no item que diz que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos dessa Constituição, e que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei.

Os direitos humanos são, em boa medida, garantidos pela Constituição, pois constam de nossa carta magna os seguintes direitos: ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante; é livre a manifestação do pensamento e é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias. Este último item tem sido bastante discutido pela sociedade brasileira, já que as redes sociais e algumas manifestações populares apresentaram sinais evidentes de intolerância religiosa.

Se observarmos a Constituição, veremos ainda que ela determina que ninguém deve ser privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei. Esse direito ao livre pensamento se complementa com um tópico sobre a manifestação intelectual.

Sobre a manifestação intelectual, a Constituição determina que deva ser livre, tanto a expressão da atividade intelectual como a artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença. Esse item é importante, pois reconhece a possibilidade de crítica ao próprio governo, garantindo, assim, um dos princípios democráticos mais importantes para a efetivação da justiça.

Os direitos individuais são garantidos, ainda, pela prescrição de inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

O cidadão tem direito a se defender até mesmo das forças do estado, visto que a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, para prestar socorro ou, durante o dia, por determinação judicial.

Nossa comunicação particular, que hoje é tão ligada aos meios eletrônicos, é garantida na sua inviolabilidade e sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

Em tese, todos são livres para o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei fixar. Além disso, é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.

O direito de ir e vir, tão difundido e citado até pelos cidadãos, é garantido pela lei, a qual determina que é livre a locomoção no território nacional, em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.

Quanto à organização social, todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.

Podemos destacar também o direito de propriedade, o qual garante ao cidadão que os bens adquiridos como fruto de seu trabalho ou de capital acumulado por família devem ser respeitados pela sociedade e pelo estado, sendo vedada a expropriação dos bens do indivíduo.

Esta longa, mas não completa lista de direitos, pode nos dar uma ideia dos avanços que a humanidade e especificamente o Brasil, neste caso, conseguiu com relação a períodos pregressos da nossa história. O período colonial foi marcado por injustiças sociais evidentes, que, em muitos casos, tiveram o amparo das leis. O que se nota, desde a Constituição de 1988, é um acirramento dos princípios democráticos, mas, ao mesmo tempo, ainda, uma forte desigualdade econômica que vem sendo enfrentada pelos governos recentes. O que se percebe, em análises sociológicas e econômicas, é que os direitos sociais devem vir acompanhados de ganhos econômico-sociais. O pleno estabelecimento da justiça social e da sociedade de direitos passa necessariamente pela colocação social dos cidadãos.

DIREITO À PREVIDÊNCIA SOCIAL

Uma função do Estado prevista pela Constituição brasileira que deve ser destacada ainda é o direito à previdência social. Esta garante a segurança social, por meio de um regime de contribuição previdenciária efetuada pelo indivíduo, gerando alguma segurança a seus dependentes, em caso de doença, invalidez ou morte. Paralelamente a esse direito, temos o direito à assistência social. Essa garantia de seguridade social deve ser prestada àqueles que não dispõem de recursos financeiros para o mínimo de existência digna, que seriam aqueles grupos de cidadãos menos favorecidos economicamente.

1.6 VIDA URBANA: REDES E HIERARQUIA NAS CIDADES, POBREZA E SEGREGAÇÃO ESPACIAL

Existe, na vida urbana, uma clara imagem da desigualdade social. A especulação imobiliária tende a determinar os rumos do crescimento das cidades, no sentido da valorização de espaços privilegiados em acessibilidade e conforto ambiental e até de recursos naturais. A interferência do capital imobiliário na configuração das cidades modernas não é somente um fenômeno brasileiro. O que agrava a situação, no Brasil, é, em alguns casos, a falta de planejamento estatal das cidades e a desigualdade de condições de aquisição de imóveis, por parte da população. Tais fatores, aliados à escalada da violência urbana, originaram uma tendência de isolamento social por parte daqueles que possuem recursos para viver em condomínios, paralelamente ao crescimento de bolsões caracterizados por moradias precárias, como as favelas, por exemplo. Por um lado, vê-se uma crescente tendência de isolamento da chamada classe média alta e, por outro, uma precarização da moradia das classes economicamente desfavorecidas. Como resultado desse processo de crescimento urbano, surge um modelo de cidade dividida em regiões de ampla valorização imobiliária e regiões caracterizadas por franca desvalorização cultural e territorial. Esse panorama cria também culturas locais, as quais se opõem no convívio social. A expressão *periferia* significa, hoje, mais do que uma região da cidade, mas alude a uma noção de pertencimento cultural e até de afirmação cultural. Nessa lógica afirmativa, alguns se consideram de um lado da cidade e outros de outro lado. Parece haver uma tendência de isolamento crescente. Os condomínios fechados representariam, nesse contexto, o local da classe média, tendo os *shoppings centers* como o lugar de fluxo e passeio. E a periferia, isolada deste mundo de consumo mais sofisticado e estruturado. Às classes periféricas estariam disponíveis os antigos centros comerciais, alguns em decadência, localizados nas partes centrais e mais antigas das cidades. O fenômeno de ascensão econômica da classe C, ocorrido na sociedade brasileira nas últimas décadas, criou um conflito cultural representado pelo maior afluxo das classes C e D aos *shoppings centers*, antes frequentados, em sua maioria, pelas classes A e B. Os jovens de classe C e D que adentraram no universo do consumo e procuraram seu espaço nos centros

comerciais até então vedados a eles provocaram a reação dos estabelecimentos, na forma de repressão ao convívio desses grupos nos *shoppings centers*. A lógica desses eventos recentes nos dá uma visão da desigualdade e da intolerância que existe em nosso meio social.

A divisão espacial da cidade, provocada pela especulação imobiliária e pela desigualdade social, se soma à divisão de espaços de convívio, evidenciada nos locais de lazer e nas manifestações culturais de afirmação. No entanto, o mundo do consumo, que supostamente é direito de todos, cria um choque de comportamentos e de identidades em locais de fluxo comercial. A precarização dos centros comerciais mais centrais das cidades e a consequente concorrência pelos novos focos de consumo mostram os benefícios do crescimento econômico, todavia, demonstram também graves problemas sociais de desigualdade e convívio cultural.

Parece razoável que o estado, no estabelecimento de políticas que promovam a justiça social, pode e deve pensar o planejamento das cidades, no sentido de promover a integração social e não se submeter ao capital imobiliário especulativo, o qual dita uma separação de interesses e beneficia somente aqueles que possuem mais recursos.

1.7 O DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO LIBERAL NA SOCIEDADE CAPITALISTA E SEUS CRÍTICOS NOS SÉCULOS XIX E XX

O liberalismo se caracteriza por ser uma doutrina política que concebe o Estado com poderes e funções limitados, diferentemente do Estado absolutista e do Estado chamado de bem-estar social. O Estado liberal é fruto de um pensamento liberal, que tem como fundamento algumas teses de John Locke (1632-1704), na obra *Dois tratados do governo civil*, do final do século XVII. Nessa obra, Locke faz uma crítica ao Estado absolutista e à ideia de escolha divina do rei, começando por definir o que seriam os objetivos de um governo civil. Para Locke, existem naturalmente no homem a liberdade e a igualdade, contudo, as ações humanas acabam por subverter essa condição. O contrato social seria um meio de estabelecer a igualdade de direitos e a liberdade dos cidadãos. Além dos direitos relacionados com a liberdade e com a igualdade os homens, segundo Locke, os homens teriam direito a bens e este seria também, um direito natural do ser humano. Locke afirma que a propriedade seria uma instituição anterior à sociedade. Esse ponto posteriormente causou muita polêmica e até hoje é questionado. Se o direito à propriedade é um direito anterior ao estado, este não poderia retirar dos cidadãos suas propriedades. A desapropriação não seria uma prerrogativa do estado. O homem, na concepção de Locke, seria naturalmente livre e, consequentemente, ele seria proprietário de sua própria pessoa e de seu próprio trabalho e bens materiais, o que seria um direito natural, isto é, anterior à formação do estado e da sociedade.

Para garantir esses direitos, seria preciso fazer um contrato social. Um contrato social é um estabelecimento bilateral, entre o estado, que representa a sociedade, e o indivíduo, ou seja, um pacto entre os indivíduos para determinar que o Estado seja o comando político, com a prerrogativa de preservar e defender os direitos individuais dos homens, que, como vimos, são direitos naturais, quer dizer, anteriores ao próprio estado. A preservação desses direitos é papel do estado – e não a supressão desses direitos. No liberalismo, o estado deve proteger o indivíduo dos outros indivíduos, garantindo a propriedade a cada um. O estado seria a garantia de meus direitos. O aspecto de garantia de propriedade de bens individuais levou à ideia de individualismo liberal, a qual será muito atacada pelas correntes críticas ao liberalismo. O sentimento de propriedade individual poderia conduzir a sociedade a um sectarismo e luta desigual, na defesa da propriedade e dos meios de produção geradores da riqueza. Não obstante essas críticas, o liberalismo, sobretudo o de Locke, terá influência no pensamento do século XVIII e na formação política dos estados, nessa época e até hoje. A Declaração dos Direitos dos Estados Unidos (1776) e a Revolução Francesa (1789) são exemplos dessa influência.

Pode-se afirmar que o individualismo é uma consequência direta da formação e estrutura filosófica do Estado Liberal. Podemos associar, sem sombra de dúvidas, a influência desses princípios ao desenvolvimento do capitalismo. Os princípios jurídicos da sociedade capitalista estão baseados no pensamento liberal, sobretudo no princípio do direito à propriedade.

Essa constatação leva alguns críticos a questionar se a liberdade e igualdade realmente se efetivam, no capitalismo. O Estado liberal deve garantir a defesa da liberdade, mas ele pode promover a igualdade? Essa questão está na base de toda a disputa ideológica que se viu, nos séculos XIX e XX, e ainda é atual, isto é, seria o liberalismo político realmente justo, enquanto princípio ordenador de uma sociedade? O pensamento marxista representa a maior e mais elaborada reação a essa questão. Segundo Marx, as contradições do capitalismo teriam sua superação definitiva através da instituição de outro modelo de estado, não o liberal. A classe trabalhadora deveria conduzir um processo revolucionário em direção à mudança na estrutura do Estado, com a instalação de uma ditadura do proletariado.

Este seria um regime ditatorial, que assumiria a propriedade dos meios de produção, para efetuar a distribuição igualitária das riquezas produzidas na sociedade. Uma sociedade igualitária surgiria desse processo. Aprimorando-se os mecanismos de distribuição, a igualdade seria igualmente aprimorada e efetivada. O que previa esse processo era que um governo proletário acabaria dando origem a uma sociedade comunista e, nela, o Estado e as propriedades seriam, ao longo de um processo econômico e político, extintas. Nesse sentido, podemos concluir que o princípio da propriedade privada defendida por Locke e pelo liberalismo é negado pela crítica ao pensamento liberal e à sociedade capitalista, desenvolvida pelo pensamento marxista.

1.8 POLÍTICAS AFIRMATIVAS

Ações políticas afirmativas são políticas específicas adotadas pelos estados nacionais que dirigem recursos da União em benefício de pessoas que seriam pertencentes a grupos discriminados culturalmente e vitimados pela exclusão socioeconômica, no passado ou no presente. Um exemplo claro dessa situação social são os negros e índios. Há, na história do Brasil, a partir do sistema escravocrata, ações que dificultaram em grande medida a ascensão social dessas etnias e mesmo sua afirmação cultural, a qual foi e ainda é objeto de preconceito e violência social.

Essas medidas do estado têm como objetivo combater, além das discriminações étnicas, as raciais, as religiosas, as de gênero ou as de casta. As medidas, ou políticas afirmativas, visam a aumentar a participação de minorias no processo político, acentuar o acesso à educação e ao emprego, bem como reconhecer o importante papel dessas culturas na formação da identidade cultural brasileira.

As políticas de ação afirmativa são direcionadas para o aumento da contratação de membros desses grupos, nas áreas relacionadas aos concursos públicos e na educação pública, através de metas, cotas, bônus ou fundos de estímulo e bolsas de estudo. Além dessas políticas, o governo brasileiro tem criado linhas de empréstimos para custear a educação daqueles que não conseguem acesso ao ensino público superior.

Em suma, as políticas afirmativas cobrem aspectos de desigualdade social e cultural, na promoção tanto da igualdade cultural de acesso quanto de direitos básicos de cidadania, implementando o reconhecimento e a valorização étnica e cultural.

As ações afirmativas são políticas antidiscriminatórias em si mesmas e pretendem criar, além dos incentivos legais, uma cultura de valorização étnica e cultural. Nesse sentido, elas possuem uma dupla função cultural: a de estabelecer um mínimo de igualdade nas oportunidades sociais e a de criar uma conscientização sobre os problemas históricos dessas etnias e grupos sociais, os quais estão implicados na identidade desses cidadãos.

Os debates sobre as cotas nas universidades públicas tem mobilizado vários segmentos sociais e criado um ambiente de discussão, no qual as diversas vozes interessadas nessas políticas afirmativas podem se fazer ouvir. Desse debate surge uma consciência da complexidade dos problemas enfrentados por etnias que sofreram e sofrem discriminação, não somente de pessoas, mas também de instituições ligadas à repressão social. A precarização social que esses grupos enfrentaram, historicamente, criou associações interpretativas arraigadas na cultura brasileira que efetivam o preconceito e naturalizam a discriminação como algo normal. O trabalho de conscientização cultural de toda uma população passa, nesse sentido, por ações governamentais que buscam melhorar as relações entre etnias, religiões e grupos sociais, no Brasil.

2 GEOGRAFIA

2.1 BASE ESTRUTURAL DA GEOGRAFIA

Quando eu era jovem o meu sonho era tornar-se geógrafo. Entretanto, antes de ingressar no curso superior, quando trabalhei num escritório, numa atividade que envolvia consumidores de diversas partes, comecei a pensar mais profundamente sobre essa questão e concluí que essa disciplina deve ser extremamente complexa e difícil. Após alguma relutância, acabei optando pelo estudo da Física.

Albert Einstein

“O homem mora na Geografia, e nela, é o gerador dos tributos na nação. Ignorar a Geografia é ignorar o próprio homem e suas necessidades vitais.”

Ulisses Guimarães

“Ignorar a geografia é uma atitude irresponsável. Ela é tão importante para os negócios e a política doméstica quanto para as decisões militares e de política exterior.”
Gilbert Grasvenor, presidente da Sociedade Nacional de Geografia dos Estados Unidos

“A política de um Estado está em sua geografia.”

Napoleão Bonaparte

Muitos ainda pensam que a geografia não passa de uma disciplina descritiva, que fornece descrições ‘neutras’ ou ‘desinteressadas’ sobre o mundo: o clima do sul da Ásia, o relevo da Europa, os fusos horários da Rússia etc. Contudo, a despeito das aparências, a geografia não é um saber sem utilidade [...] Na verdade, ela é útil para a vida prática e interessa bastante a todos os cidadãos. Pois a geografia serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Isso não significa que ela só sirva para conduzir operações militares. Ela serve também para organizar territórios, para o exercício do poder (do Estado, por exemplo) sobre o espaço, para que as pessoas aprendam a se organizar no espaço para nela atuar.

Yves Lacoste

A Geografia é a ciência que estuda a organização do espaço pelo Homem, se preocupando com este e suas relações entre si e com a natureza. Nessas relações, cria cultura e cria também um espaço diferenciado que chamamos de espaço geográfico ou segunda natureza.

Segundo o geógrafo Ruy Moreira (2007, p. 41-42),

O espaço surge na história da organização territorial dada pelo homem à relação ao seu meio. Dois acontecimentos balizam o início dessa história. Atuando desde então como os determinantes da relação estável do homem com seu espaço. A descoberta do fogo é a primeira. A da agricultura é o segundo.

O fogo é o dado seminal. O uso do fogo leva o homem a tornar-se um ser ubíquo na superfície terrestre. Com o fogo ele aprende a controlar o meio (o fogo serve para o preparo dos alimentos e para a fabricação de armas e utensílios) e a dominar os territórios (serve para o ataque e a defesa, para iluminar o acampamento e para

renovar a vegetação através da queimada). A da agricultura é o dado integrador. Com a agricultura, o homem dá outra arrumação espacial à natureza (através da domesticação das plantas e dos animais) e assim cria os territórios (através da guarda organizada das provisões em silos e celeiros, da apropriação intencional dos solos e da água, do ordenamento dos caminhos e das localizações).

Da combinação do fogo e da agricultura vem a instalação dos primeiros núcleos de povoamento. Os polos germinativos de que emergem as civilizações.

A complexa teia de relações entre os homens, entre estes e a natureza e entre os elementos que a compõem constitui-se o objeto de estudo da Geografia, isto é, tudo aquilo que podemos visualizar, sentir a textura, fotografar, mapear, enfim, as manifestações concretas da natureza e da sociedade.

Os conceitos que formam a base estrutural da ciência geográfica são:

CONCEPÇÃO NORTEADORA	ELEMENTOS DE APROFUNDAMENTO
Conjunto indissociável de sistemas de objetivos (redes técnicas, prédios, ruas) e de sistemas de ações (organização do trabalho, produção, circulação, consumo de mercadorias, relações familiares e cotidianas) que procura revelar as práticas sociais dos diferentes grupos que nele produzem, lutam, sonham, vivem e fazem a vida caminhar. (Milton Santos)	O espaço é perceptível, sensível, porém, extremamente difícil de ser limitado, quer por dinâmica, quer pela vivência de elementos novos e elementos de permanência. Apesar de sua complexidade, ele apresenta elementos da unicidade. Interferem nos mesmos valores, que são atribuídos pelo próprio ser humano e que resultam numa distinção entre o espaço absoluto – cartesiano – uma coisa em si mesmo, independente; e um espaço relacional que apresenta sentido (valor), quando confrontado a outros espaços e outros objetos.

Quadro 1: Espaço Geográfico

CONCEPÇÃO NORTEADORA	ELEMENTOS DE APROFUNDAMENTO
Unidade visível do arranjo espacial, alcançado por nossa visão.	Contém elementos impostos pelo homem, por meio de seu trabalho, de sua cultura e de sua emoção. Nela se desenvolve a vida social e, dessa forma, ela pode ser identificada informalmente apenas, mediante a percepção, mas também pode ser identificada e analisada de maneira formal, de modo seletivo e organizado; e é neste último sentido que a paisagem se compõe como um elemento conceitual de interesse da Geografia.

Quadro 2: Paisagem

CONCEPÇÃO NORTEADORA	ELEMENTOS DE APROFUNDAMENTO
<p>Porção do espaço definida pelas relações de poder, passando, assim, da delimitação natural e econômica para a de divisa social.</p> <p>O grupo que se apropria de um território ou se organiza sobre ele cria relação de territorialidade, que se constitui em outro importante conceito da Geografia. Ela se define como a relação entre os agentes sociais políticos e econômicos, interferindo na gestão do espaço.</p>	<p>A delimitação do território é a delimitação das relações de poder, domínio e apropriação nele instaladas. É, portanto uma porção concreta. O território pode, assim, transcender uma unidade política, o mesmo acontecendo com o processo de territorialidade, sendo que este não se traduz por uma simples expressão cartográfica, mas se manifesta sob as relações variadas, desde as mais simples até as mais complexas.</p>

Quadro 3: Território

CONCEPÇÃO NORTEADORA	ELEMENTOS DE APROFUNDAMENTO
<p>Distinguem-se dois tipos ou duas visões básicas: a escala cartográfica e a escala geográfica. A primeira delas é, <i>a priori</i>, uma relação matemática que implica uma relação numérica entre a realidade concreta e a realidade representada cartograficamente. No caso da escala geográfica, trata-se de uma visão relativa a elementos componentes do espaço geográfico, tomada a partir de um direcionamento do olhar científico: uma escala de análise que procura responder aos problemas referentes à distribuição dos fenômenos.</p>	<p>Para a escala geográfica, é essencial estabelecer os valores numéricos entre o fato representado e a dimensão real do fato ocorrente. No entanto, essa relação pode pressupor a escolha de um grau de detalhamento que implique a inclusão de fatos mais ou menos visíveis, dentro de um processo seletivo que considere graus de importância para o processo de representação.</p> <p>No caso da escala geográfica, o que comanda a seleção dos fatos é a ordem de sua importância, no contexto do tema que está sendo trabalhado. Há, nesse caso, uma seleção efetiva dos fatos, a partir dos diversos níveis de análise, que já se tentou agrupar em unidades, o que pode ser discutível.</p>

Quadro 4: Escala

CONCEPÇÃO NORTEADORA	ELEMENTOS DE APROFUNDAMENTO
<p>Porção do espaço apropriável para a vida, que é vivido, reconhecido e cria identidade.</p>	<p>Guarda em si mesmo as noções de densidade técnica, comunicacional, informacional e normativa. Guarda em si a dimensão da vida, como tempo passado e presente. É nele que ocorrem as relações de consenso, conflito, dominação e resistência. É nele que se dá a recuperação da vida. É o espaço com o qual o indivíduo se identifica mais diretamente.</p>

Quadro 5: Lugar

CONCEPÇÃO NORTEADORA	ELEMENTOS DE APROFUNDAMENTO
O fato gerador é o processo de globalização, que corresponde a uma etapa do processo de implementação de novas tecnologias, as quais acabaram por criar a intercomunicação entre os lugares em tempo simultâneo. Para sua ocorrência, torna-se fundamental a apreensão das técnicas pelo ser humano e a expressão das redes, que não se restringem à comunicação, mas englobam todos os sistemas de conexão entre os lugares.	A globalização é basicamente assegurada pela implementação de novas tecnologias de comunicação e informação, isto é, de novas redes técnicas que permitem a circulação de ideias, mensagens, pessoas e mercadorias, num ritmo acelerado, criando a interconexão dos lugares em tempo simultâneo.

Quadro 6: Globalização, Técnicas e Redes

A - REDE

É toda infraestrutura, permitindo o transporte de matéria, de energia ou informação, que se inscreve sobre um território caracterizado pela topologia dos seus pontos de acesso ou pontos terminais, seus arcos de transmissão, seus nós de bifurcação ou de comunicação. Mas a rede é também social e política, pelas pessoas, mensagens e valores que a frequentam.

A organização do espaço geográfico, através das redes, eliminou a necessidade de fixar as atividades políticas, econômicas e até terroristas, em determinados lugares. Isso vale para o grande número de atividades que podem ser executadas a partir de qualquer parte do mundo, bastando que esses locais estejam conectados. O espaço geográfico hoje tende a se tornar um meio técnico-científico-informacional, impregnado pela tríade ciência, técnica e informação, o que resulta em uma nova dinâmica territorial (SANTOS, 1994). Até há pouco tempo, a superfície do planeta era utilizada de acordo com divisões produzidas pela natureza ou pela história, chamadas de regiões. Essas regiões correspondiam à base da vida econômica, cultural e política. Atualmente, devido ao processo das técnicas e das comunicações, a esse território se sobrepõe um território das redes que, em primeira análise, fornece a impressão de ser uma realidade virtual. Porém, ao contrário do que se possa imaginar, não se trata de um espaço virtual. Para o sociólogo espanhol Manuel Castells (2002, p. 565), “redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura”.

Assim, as redes são realidades concretas, formadas por pontos interligados, que tendem se a espalhar por toda a superfície mundial, ainda que com desigual densidade, conforme os continentes e países. Milton Santos (1996, p. 215) afirma que “a existência das redes é inseparável da questão do poder”. Essas redes se constituem na base da modernidade e na condição necessária para a plena realização da economia global. Elas formam o veículo que possibilita o fluxo das informações, que é hoje o

mecanismo vital da globalização. Ruy Moreira (2006) salienta que a organização em rede vai mudando a forma de conteúdo dos espaços, deixando-os simultaneamente mais fluidos, de maneira que as distâncias perdem seu sentido físico diante do novo conteúdo social do espaço. Antes de mais nada, é preciso se estar inserido num lugar, para se estar inserido na geopolítica da rede. Uma vez localizado na rede, pode-se daí puxar a informação, disputar-se primazias e então integrar-se ao jogo do poder.

B - NATUREZA

São múltiplos elementos criados por uma dinâmica própria e que interagem entre si (exemplos: rios, oceanos, florestas, vulcões, montanhas, animais, homens etc.).

C - SOCIEDADE

Conjunto de pessoas interagindo entre si, buscando seus meios de sobrevivência e construindo suas culturas.

D - CULTURA

Conjunto de técnicas, normas, crenças, ideias, formas de organização social, manifestações artísticas, costumes, línguas etc., que surgem e se desenvolvem por intermédio das experiências de grupos humanos em determinado meio ambiente.

E - TRABALHO

Ação desencadeada pelo homem para produzir os seus objetos, construir sua morada, atender às suas mais variadas necessidades.

A PERIODIZAÇÃO DO ESPAÇO

Milton Santos (1996) explica que a história do meio geográfico pode ser dividida em três etapas: o meio natural, o meio técnico (período de emergência do espaço mecanizado) e o meio técnico-científico-informacional.

F - MEIO NATURAL

Quando tudo era meio natural, o homem escolhia da natureza aquelas suas partes ou aspectos considerados fundamentais ao exercício da vida, valorizando, diferentemente, segundo os lugares e as culturas, essas condições naturais que constituíam a base material da existência do grupo. Esse meio natural generalizado era uti-

lizado pelo homem sem grandes transformações. As técnicas e o trabalho se casavam com as dádivas da natureza, com a qual se relacionavam sem outra mediação. Nesse período, os sistemas técnicos não tinham existência autônoma.

G - MEIO TÉCNICO

O período técnico vê a emergência do espaço mecanizado. Os objetos que formam o meio não são, apenas, objetos culturais; eles são culturais e técnicos, ao mesmo tempo. Quanto ao espaço, o componente material é crescentemente formado do “natural” e do “artificial”. Contudo, o número e a qualidade de artefatos variam. As áreas, os espaços, as regiões, os países passam a se distinguir em função da extensão e da densidade da substituição, neles, dos objetos naturais e dos objetos culturais por objetos técnicos.

Com o advento da ciência, criaram-se as condições para a invenção de máquinas que modificaram, radicalmente e com muita rapidez, o modo de vida no planeta. A tecnologia adquiriu um papel cada vez mais importante. O conjunto das tecnologias envolvidas no processo de fabricação de mercadorias, produção de energia e circulação de pessoas foi resultado da aplicação prática dos conhecimentos científicos.

H - MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL

É um meio geográfico onde o território inclui obrigatoriamente ciência, tecnologia e informação. É a nova face do espaço e do tempo. É onde se instalam as atividades hegemônicas, aquelas que têm relações mais longínquas e participam do comércio internacional, fazendo com que determinados lugares se tornem mundiais. Caracteriza o meio geográfico da globalização capitalista, o qual se distingue dos períodos anteriores, em virtude da crescente interação entre a ciência e a técnica.

Mudanças tecnológicas ao longo do tempo			
Período	Comunicação	Energia	Meios
Pré-agrícola	<ul style="list-style-type: none"> • Linguagem oral e pictórica 	<ul style="list-style-type: none"> • Fogo • Animais 	<ul style="list-style-type: none"> • Instrumentos primitivos
Agrícola	<ul style="list-style-type: none"> • Escrita • Imprensa 	<ul style="list-style-type: none"> • Tração animal • Pólvora 	<ul style="list-style-type: none"> • Charrua (arado grande de ferro)
Industrial	<ul style="list-style-type: none"> • Telégrafo • Telefone • Fonógrafo • Rádio • Cinema 	<ul style="list-style-type: none"> • Máquina a vapor • Eletricidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Aço • Máquinas avançadas • Estradas de ferro • Veículos motorizados

Atual	<ul style="list-style-type: none"> • Televisão • Satélite • Computador • Sistemas multimídias 	<ul style="list-style-type: none"> • Fissão atômica • Baterias elétricas • Laser 	<ul style="list-style-type: none"> • Transporte supersônico e interplanetário • Materiais sintéticos • Microeletrônica • Informática • Robótica • Biotecnologia
-------	---	---	---

Quadro 7: Mudanças tecnológicas ao longo do tempo

Fonte: Adaptado de SANTOS, 1996, p. 140 e de LUCCI et al., 2005, p.7.

TEXTOS COMPLEMENTARES

ESPAÇO GEOGRÁFICO E PAISAGEM

Numa paisagem podem ser observados edifícios, áreas cultivadas, ruas, ferrovias, igrejas, aeroportos, veículos, enfim, vários objetos construídos e modificados pela sociedade humana ao longo da História, além das formas naturais (animais e plantas em geral) e as próprias pessoas. **A paisagem geográfica** é aquilo que se vê (o conjunto dos elementos materiais) e se percebe (sons, cheiros, movimentos) num determinado momento, num certo trecho do espaço.

O geógrafo Milton Santos definiu paisagem como “o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons, etc. [...] A dimensão da paisagem é a dimensão da percepção, o que chega aos sentidos”. (*Metamorfose do espaço habitado*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 61 e 62).

A simples observação da paisagem não nos traz explicações sobre as funções de cada uma das edificações, a organização do sistema de produção, as tecnologias empregadas, as relações comerciais, as relações de trabalho, a organização política e social, etc.

Ao considerarmos os elementos materiais, as funções das edificações, as sociedades, as relações e as estruturas econômicas sociais e políticas, estamos tratando do **espaço geográfico** e não apenas da paisagem. O espaço geográfico é, portanto, o conjunto de elementos materiais (naturais e construídos) sob permanente ação da sociedade, que o modifica e o organiza por meio do trabalho e das diversas relações econômicas, sociais e políticas.

A estrutura (paisagem) e o uso do espaço, além dos impactos nele produzidos, são temas interligados da Geografia. A análise desses elementos permite entender como os grupos sociais operam na paisagem, desenvolvem relações de trabalho e interagem entre si, com outros grupos e com o ambiente.

Fonte: LUCCI, Elian Alabi et al. *Território e sociedade no mundo globalizado: geografia geral e do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 12.

REPRODUÇÃO ESPACIAL E ESTRUTURAS DE RELAÇÃO

Se observarmos uma quadra de futebol de salão, notamos que o arranjo do terreno reproduz as regras desse esporte. Basta aproveitarmos a mesma quadra e nela sobrepormos o arranjo espacial do futebol de salão, do vôlei, do basquete ou do handebol uns sobre os outros, cada qual com “leis” próprias, para notarmos que o arranjo espacial de um diferirá do outro no terreno. Diferirá porque o arranjo espacial ao se confundir com as regras do jogo, segue as regras de cada um dos esportes citados. Se fossem as mesmas as “leis” para todos eles, o arranjo seria um só.

Naturalmente que a transposição do exemplo da quadra de esportes para o que ocorre com a formação espacial implica alguns cuidados, como de resto deve acontecer com as analogias. Não se trata de uma diferença de escalas, apenas, mas de natureza qualitativamente distinta entre a quadra e a formação espacial, embora possamos falar da quadra como de uma formação espacial. Mas as regras do esporte são regras simples e quase mecânicas, com intuições de repetições de jogadas de reduzidas margens de variações. As leis de uma formação econômico-social são de uma ordem de grande complexidade, porque se referem a movimentos determinados historicamente. Confundindo-se com estruturas complexas enquadradas no tempo histórico, e não no tempo sideral como o da quadra, a formação espacial tem uma estrutura complexa e submetida ao tempo histórico.

Fonte: MOREIRA, Ruy. *Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico*. São Paulo: Ed. Contexto, 2007. p. 70.

IMPORTÂNCIA DE CADA ESCALA GEOGRÁFICA

Até por volta dos anos 1980, considerava-se a escala dos Estados nacionais como a mais importante, pois nela existem as fronteiras entre os territórios nacionais, nos quais prevalece a soberania do poder público, isto é, do Estado. Geralmente a maior parte da política e a economia são determinadas por esta escala nacional: é aí que se definem a moeda e o sistema financeiro do país, as políticas de desenvolvimento, de educação, de saúde, de previdência, etc.

Com o avanço da globalização ou interdependência cada vez maior entre todos os povos e economias, ocorreu uma intensa valorização da escala global em virtude da expansão dos acordos, dos problemas comuns da humanidade (comércio mundial, tecnologias de informação, meio ambiente, máfias, narcotráfico, terrorismo etc.) e, principalmente, de uma crescente importância do mercado e do sistema financeiro internacionais e das instituições supranacionais, como a ONU, a União Européia e outras.

Também a escala local vem sendo cada vez mais valorizada, na medida em que vem ocorrendo um relativo enfraquecimento das fronteiras nacionais, com a crescente abertura comercial e um lento avanço da democracia em várias partes do

globo. O enfraquecimento das fronteiras é um fato que permite que as localidades tenham maior autonomia em comparação com o passado. O avanço da democracia é algo que favorece a descentralização das decisões, e estas, em alguns casos, deixam de ser tomadas na escala nacional, pelo governo do país, e passam a ser definidas na escala local, pela comunidade ou pelo governo do município.

Fonte: VESENTINI, José Willian. *Sociedade & espaço: geografia geral e do Brasil*. São Paulo: Ática, 2005. p. 14.

SUGESTÕES DE VÍDEOS

NÃO *por acaso*. Brasil, 2007. Direção: Phillippe Barcinski. Brasil, 2007. Duração: 90 min

DIÁRIO *de motocicleta*. Direção: Walter Salles. Estados Unidos, 2004. Duração: 126 min.

DENISE *está chamando*. Direção: Hal Salwen. Canadá, 1995. Duração: 80 min.

NOAM Chomsky e a mídia: o consenso fabricado. Direção: Marck Achbar e Peters Wintonick. Austrália, 1992. Duração: 170 min.

EXERCÍCIOS

(UFU) A Geografia se expressou e se expressa a partir de um conjunto de conceitos que, por vezes, são considerados erroneamente como equivalentes, a exemplo do uso do conceito de espaço geográfico como equivalente ao de paisagem, entre outros.

Considerando os conceitos de espaço geográfico, paisagem, território e lugar, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A paisagem geográfica é a parte visível do espaço e pode ser descrita a partir dos elementos ou dos objetos que a compõem. A paisagem é formada apenas por elementos naturais; quando os elementos humanos e sociais passam a integrar a paisagem, ela se torna sinônimo de espaço geográfico.
- O espaço geográfico é (re)construído pelas sociedades humanas ao longo do tempo, através do trabalho. Para tanto, as sociedades utilizam técnicas de que dispõem segundo o momento histórico que vivem, suas crenças e valores, normas e interesses econômicos. Assim, pode-se afirmar que o espaço geográfico é um produto social e histórico.
- O lugar é concebido como uma forma de tratamento geográfico do mundo vivido, pois é a parte do espaço onde vivemos, ou seja, é o espaço onde moramos, trabalhamos e estudamos, onde estabelecemos vínculos afetivos.

d) Historicamente, a concepção de território associa-se à ideia de natureza e sociedade configuradas por um limite de extensão do poder. A categoria território possui uma relação estreita com a de paisagem e pode ser considerada como um conjunto de paisagens contido pelos limites políticos e administrativos de uma cidade, estado ou país.

(UEPB) De acordo com a composição “Triste Partida” de Patativa do Assaré, nas estrofes que dizem

No topo da serra
Oiando pra terra
Seu berço, seu lar
[...]
Aquele nortista
Partido de pena
De longe acena
Adeus meu lugar...

A categoria geográfica “lugar” que aparece no fragmento do texto está empregada

- a) com o sentido de paisagem, pois é do topo da serra que o retirante delimita visualmente o que ele denomina como o seu lugar.
- b) erroneamente porque ninguém pode ter o sentimento de identidade e de pertencimento a uma terra inóspita que só lhe causa sofrimento. O lugar é para cada pessoa o espaço onde consegue se reproduzir economicamente.
- c) com o sentido de território, pois trata-se de um espaço apropriado pelo fazendeiro, o qual exerce sobre o mesmo uma relação de poder.
- d) corretamente porque está impregnada de emoções e de afetividade. Há uma identidade de pertencimento para com esta parcela d espaço.
- e) com conotação de região natural, pois trata-se do Sertão nordestino de abrangência do clima semiárido de chuvas escassas e irregulares e da presença da vegetação de caatinga.

3 - (Unics) A que categoria geográfica se refere Milton Santos neste fragmento de texto?

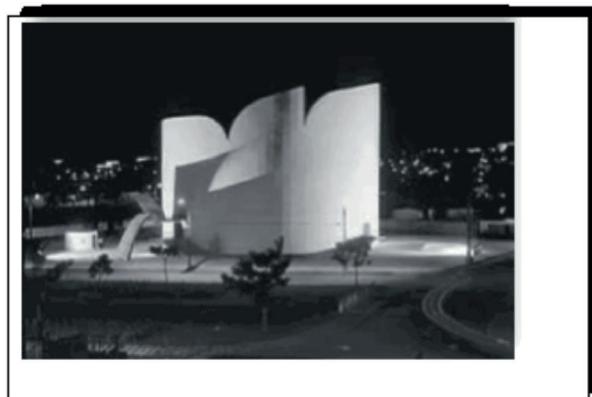
“Formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá.” (SANTOS, M., 2004:63).

Assinale a alternativa correta:

- a) Paisagem
- b) Espaço geográfico
- c) Território
- d) Lugar
- e) Região

4 - (ESPM) O patrimônio cultural brasileiro é dos mais variados e apresenta íntima relação com o espaço geográfico. Ao lado e abaixo temos dois momentos da arquitetura brasileira que remetem a esta reflexão.

Sobre isso, podemos afirmar:



(www.vitruvius.com.br - 05/08)

- a) A paisagem é um conceito geográfico caracterizado pela combinação do território com a cultura, como comprova a arte gótica exposta nas duas imagens.
- b) A produção do espaço é uma ação exclusivamente antrópica em que o meio físico não apresenta relevância em sua construção.
- c) O espaço é uma acumulação desigual de tempos, como pode ser observado nas arquiteturas barroca e moderna, expostas nas imagens.
- d) O espaço é estático, a cultura, dinâmica e o papel da geografia é fazer a descrição do momento presente, como ocorrem nas imagens do século XX, expostas acima.
- e) A globalização impôs tal padronização cultural aos lugares que extinguiu a preservação da arquitetura histórica, legando ao território, uma convivência exclusiva com a arte contemporânea.

Respostas

- 1) A
- 2) D
- 3) B
- 4) C

2.2 AS CARACTERÍSTICAS CLIMÁTICAS DO TERRITÓRIO BRASILEIRO

A RELAÇÃO ENTRE CLIMA E EXTENSÃO TERRITORIAL

A extensão territorial de um país, no sentido geográfico norte-sul, é determinante para as diversas ocorrências climáticas e variadas temperaturas espalhadas pelas mais diversas regiões. Assim, quanto maior for a extensão geográfica norte-sul de um país, maior será a sua diversidade de climas.

O Brasil possui 92% de seu território localizado na Zona Intertropical do planeta e 8% na Zona Temperada do Sul, além de grande extensão no sentido norte-sul. Essas características conferem ao país a predominância de climas quentes e úmidos, ocorrendo maior variação térmica e estações do ano mais definidas apenas nas áreas concentradas ao sul do Trópico de Capricórnio.

TIPOS E CARACTERÍSTICAS DOS CLIMAS BRASILEIROS

Grosso modo, o Brasil possui dois macroclimas: Equatorial e Tropical. Este segundo recebe denominações regionais de acordo com sua atuação e dinâmicas regionais.

Os climas brasileiros e suas principais características estão assim divididos:

CLIMA EQUATORIAL

É predominante na Região Norte do Brasil, abrangendo, também, o Mato Grosso (Região Centro-Oeste) e Maranhão (Região Nordeste).

Caracteriza-se por ser quente (temperaturas acima de 24°C) e úmido (totais anuais acima de 2.500mm), possuir baixa amplitude térmica, elevada umidade do ar, sendo brandos ou inexistentes os períodos de estiagem. No Brasil, o Clima Equatorial é fortemente influenciado pelas Massas de Ar Equatorial Continental e Equatorial Atlântica, ambas quentes e úmidas. A ocorrência de baixas temperaturas (fenômeno da friagem), embora rara, se dá quando, no inverno, a Massa Polar Atlântica atravessa as terras baixas do interior do país, canalizando nessa região o ar frio oriundo das porções sul do território.

A vegetação que desabrocha no Clima Equatorial destaca-se por possuir grande biodiversidade, ser latifoliada, e predominar árvores de médio e grande porte, como é o caso da Floresta Amazônica, no Brasil.

CLIMA TROPICAL

Também denominado Tropical Continental ou Tropical Semiúmido, é característico da Região Centro-Oeste, com ocorrência em porções das Regiões Sudeste e Nordeste.

Trata-se de um tipo climático quente, com duas estações distintas: verão úmido e inverno seco. As temperaturas são altas (média anual em torno de 20°C), com presença de umidade e índice de chuvas de médio a elevado.

O cerrado e o complexo do Pantanal são as vegetações predominantes nesse tipo climático.

CLIMA TROPICAL SEMIÁRIDO

Conhecido também apenas como “Semiárido”, é o tipo climático brasileiro com menor umidade, sendo predominante na Região Nordeste, em especial em seu sertão, abrangendo o norte de Minas Gerais.

É tipo climático quente (média anual de 28°C) e seco, onde a pluviosidade anual oscila entre 300 a 800mm. Inexistem massas de ar úmidas atuando na região, o que auxilia na compreensão do baixo índice pluviométrico. O desequilíbrio hídrico presente na região leva à formação de rios intermitentes. A escassez de chuvas, somada a práticas políticas, fazem da seca um instrumento de flagelo à população, a qual, muitas vezes, tem que caminhar quilômetros para conseguir água, nas raras fontes espalhadas pela região semiárida.

O sertão nordestino configura-se em uma das regiões semiáridas mais povoadas do mundo, sendo a caatinga o ecossistema de destaque desse clima.

TROPICAL LITORÂNEO

Identificado também como Tropical Atlântico, esse tipo climático geograficamente se estende, na costa atlântica, entre os Estados de São Paulo e Rio Grande do Norte.

Possui médias térmicas elevadas, durante todo o ano, podendo ter quedas de temperaturas no inverno, na Região Sudeste, devido à atuação da Massa Polar Atlântica.

Duas formações são representativas desse clima: mata atlântica e os mangues.

TROPICAL DE ALTITUDE

Abrange as regiões mais altas do Planalto Atlântico do Sudeste. Geograficamente, atravessa trechos dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Norte do Paraná e sul do Mato Grosso do Sul. A temperatura apresenta valores entre 18°C e 22°C. Por sofrer influência da Massa Tropical Atlântica, há chuvas no verão. No inverno, as geadas são frequentes, devido à presença da Massa Polar Atlântica.

SUBTROPICAL

Variação climática típica da Região Sul, ocorrendo ainda nas porções meridionais dos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, o Clima Subtropical apresenta as menores temperaturas do país. A alta latitude, somada à intensa atuação da Massa de Ar Polar, são os fatores determinantes para a baixa temperatura.

Durante o inverno, as temperaturas se apresentam muito baixas, chegando a ser negativas em alguns pontos. No verão, as temperaturas são elevadas. Essa combinação de fatores faz com que o Clima Subtropical revele grandes amplitudes térmicas. Outra característica desse clima é a regularidade na distribuição de chuvas anuais.

CAMPOS E FLORESTAS SÃO AS FORMAÇÕES VEGETAIS PREDOMINANTES.

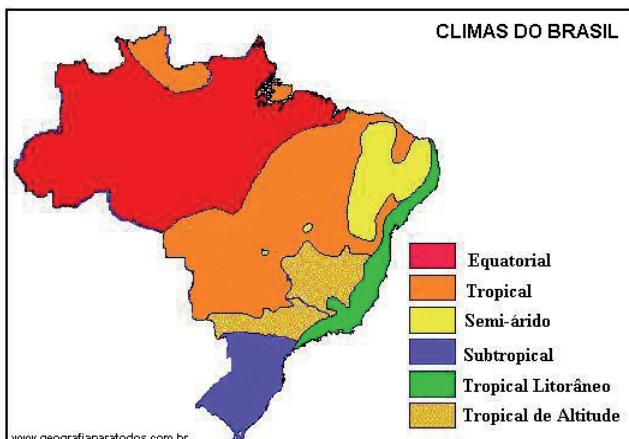


Figura 1: Mapa – Climas Brasileiros

Fonte: Disponível em: <www.geografiaparatodos.com.br>. Acesso em: 2 jul. 2015

TEXTO COMPLEMENTAR

O CLIMA E A VIDA DAS PESSOAS

O clima influencia de diversas maneiras a vida das pessoas, por exemplo, o tipo de moradia, vestuário, as atividades econômicas e os processos migratórios. O Brasil, com sua grande extensão territorial, engloba uma série de fatores climáticos diferentes que devem ser considerados na arquitetura e na engenharia civil. O formato das moradias, sua posição em relação ao movimento do Sol e a direção dos ventos, o tipo de telhado considerando o regime de chuvas, a permeabilidade do solo, tudo isso, entre outros aspectos, deve ser reconhecido na execução de projetos arquitetônico.

É importante destacar que as atividades humanas podem sofrer adaptações para as diferentes condições climáticas. Na prática da agricultura, por exemplo, um sistema de irrigação torna possível produzir diversas culturas em áreas de clima árido e semiárido.

Entretanto, existem regiões em que os habitantes são mais afetados pelas condições climáticas durante um maior espaço de tempo. Regiões nessa situação e seus habitantes necessitam de ações públicas no sentido de minimizar impactos negativos. No Brasil, a seca prolongada na região de clima semiárido do Sertão nordestino é um fenômeno natural que tem registro desde a colonização, mas ainda é motivo para agravar a fome e para provocar o êxodo rural de grupos que ainda ali vivem; várias pessoas migram para as cidades em busca de melhores condições de vida, especialmente o que dependem da agricultura de subsistência e da criação de animais, proprietários ou não de terras. No entanto, é importante afirmar que a seca não é responsável pela miséria no Sertão nordestino, embora possa agravá-la. A miséria nessa região decorre de muitos problemas associados, como concentração de terras, distribuição desigual de renda, pouco acesso à infraestrutura de serviços entre outros.

Fonte: JOIA, Antonio L.; GOETTEMS, Arno G. *Geografia: leituras e interpretações*. São Paulo: Leya, 1993. p. 176-177.

EXERCÍCIOS

1- (UFRR) Observe atentamente o mapa a seguir:



Com base no mapa acima, assinale a opção que indica corretamente a classificação de climas (que leva em consideração as massas de ar) de cada região numerada:

- a) I- Tropical; II - Equatorial úmido; III - Subtropical úmido; IV - Tropical semiárido;
V - Litorâneo úmido.
- b) I - Equatorial úmido; II - Tropical semiárido; III - Tropical; IV - Subtropical úmido; V- Litorâneo úmido.
- c) I - Tropical úmido; II - Tropical seco; III - Tropical semiárido; IV - Tropical litorâneo; V - Subtropical frio.
- d) I - Tropical; II - Equatorial úmido; III - Tropical seco; IV - Tropical litorâneo;
V - Subtropical frio.
- e) I - Equatorial úmido; II - Tropical; III - Tropical semiárido; IV - Litorâneo úmido;
V - Subtropical úmido.

2 - (UESPI) O Brasil, em face de sua enorme dimensão e da influência de outros fatores estáticos e dinâmicos, possui uma grande variedade de tipos climáticos. Assinale o tipo climático que domina na Região Sul do país.

- a) Frio Oceânico
- b) Tropical de Altitude
- c) Subtropical
- d) Temperado Continental
- e) Subequatorial

3 - (FURG-RS) O Clima subtropical úmido, no sul do país, é caracterizado por invernos relativamente rigorosos, com a ocorrência esporádica de precipitação de neve em determinadas áreas.

Assinale a alternativa que apresenta os fatores climáticos que influenciam a precipitação de neve em determinadas áreas do sul do país.

- a) Latitude, altitude e massa de ar.
- b) Altitude, maritimidade e continentalidade.
- c) Latitude, altitude e maritimidade.
- d) Maritimidade, relevo e massas de ar.
- e) Depressões, altitude e massas de ar.

4 - (UFRGS)

O sistema de alerta baseado em satélites do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) detectou 498 Km² de desmatamentos na Amazônia Legal por corte raso ou degradação progressiva, em agosto de 2009. Desse total, 301 Km² foram registrados no Pará.

A cada quinzena, os dados são enviados ao IBAMA, responsável pela fiscalização das áreas. O sistema indica tanto áreas de corte raso – quando os satélites detectam a completa retirada da floresta nativa – quanto áreas classificadas como degradação progressiva, que revelam o processo de desmatamento na região.

Adaptado de: www.inpe.br.

O texto faz referência a uma região em que predomina o clima

- a) tropical úmido.
- b) tropical semiárido.
- c) tropical semiúmido.
- d) subtropical úmido.
- e) equatorial.

Respostas

- 1) E
- 2) C
- 3) A
- 4) E

2.3 AS QUESTÓES AMBIENTAIS CONTEMPORÂNEAS: MUDANÇA CLIMÁTICA, ILHAS DE CALOR, EFEITO ESTUFA, CHUVA ÁCIDA E A DESTRUIÇÃO DA CAMADA DE OZÔNIO

REVOLUÇÃO INDUSTRIAL: UM MARCO DA QUESTÃO AMBIENTAL CONTEMPORÂNEA

Desde que surgiu no planeta, o homem modifica o espaço, transformando a natureza para sua melhor subsistência. Contudo, é a partir da Revolução Industrial, inaugurada no século XVIII, em terras inglesas, que as atividades antrópicas começaram a causar maior impacto na natureza. A produção e o estímulo do consumo em massa, a urbanização e a substituição das fontes de energia por combustíveis fósseis ditaram um novo ritmo socioambiental ao mundo.

ILHAS DE CALOR

Caracterizando-se por ser uma das mais notáveis demonstrações da ação antrópica sobre o espaço, as Ilhas de Calor são fenômenos que ocorrem nos grandes centros urbanos e são caracterizados pela elevação de temperatura em alguns pontos da cidade, sendo mais comuns nas áreas centrais do que na periferia. Em média, os centros urbanos ficam em torno de 7°C mais quentes, quando comparados às periferias.

As Ilhas de Calor se originam devido à poluição atmosférica, alta densidade demográfica, pavimentação, remoção da cobertura vegetal, construção de prédios barrando a passagem do vento, grande quantidade de veículos e outros fatores que contribuem para o aumento da retenção de calor na superfície.

EFEITO ESTUFA

É importante ressaltar que o Efeito Estufa é um fenômeno natural e de suma importância para a manutenção da vida na Terra. Acredita-se que, sem a existência do Efeito Estufa, as temperaturas no planeta ficariam em torno de 15°C negativos, impossibilitando as formas de vida como hoje as conhecemos.

O grande problema reside na intensificação desse fenômeno, causada pela permanente queima de combustíveis fósseis e impulsionada pelo período pós-Revolução Industrial, o que ocasionou desequilíbrio na composição atmosférica.

Os raios solares, quando atingem a Terra, têm parte de seu calor absorvido pela superfície, enquanto o restante é “devolvido” para a atmosfera. Contudo, com presença cada vez mais constante de poluentes atmosféricos, forma-se uma camada impedindo que o calor se dissipe por completo, fazendo o papel de estufa e aumentando a temperatura interna do planeta.

CHUVA ÁCIDA

Toda chuva, naturalmente, possui certo grau de acidez, independentemente da poluição atmosférica. Esse grau de acidez não é prejudicial ao meio ambiente. Todavia, a acidez aumenta e se torna danosa, quando reage com outros elementos, como o dióxido de enxofre (SO_2) e o dióxido de nitrogênio (NO_2), gases oriundos da queima de combustíveis fósseis. Esses ácidos são dissolvidos pelas gotas de chuva e se precipitam como chuva ácida. A circulação atmosférica faz com que essas precipitações ácidas se materializem a quilômetros de distância de sua origem.

Entre os principais problemas ambientais proporcionados pela chuva ácida, estão:

- Prejuízos à vegetação natural e às plantações;
- Destrução da vida vegetal e animal em lagos e rios;
- Efeitos insalubres, uma vez que a corrosão do solo libera metais pesados;
- Corrosão de monumentos, paredes de edifícios, veículos e estátuas;
- Contaminação de lençóis freáticos.

As manchas industriais da Europa, Estados Unidos, Japão e China são as regiões do planeta onde a chuva ácida mais se faz presente.

No Brasil, a chuva ácida é mais comum nas áreas dos grandes centros industriais, como Cubatão (SP), as zonas metalúrgicas de Minas Gerais e as regiões carboníferas no litoral de Santa Catarina.

DESTRUIÇÃO DA CAMADA DE OZÔNIO

A Camada de Ozônio tem importância vital para a vida na Terra, por proteger o planeta dos raios ultravioletas emitidos pelo sol. Porém, com a emissão de certos tipos de gases como, por exemplo, o clorofluorcarboneto (CFC), quando associada aos raios ultravioletas, causam a sua destruição.

A sua diminuição provoca sérios problemas de saúde, como catarata e câncer de pele, além de danos aos ecossistemas. A rarefação da Camada de Ozônio acontece mais intensamente em regiões temperadas do Hemisfério Norte, região do Ártico e Antártida.

TEXTO COMPLEMENTAR

DERRITIMENTO DE GELEIRAS NA ANTÁRTIDA É ‘IRREFREÁVEL’, DIZEM CIENTISTAS

Dois novos estudos mostram que a água morna dos oceanos está corroendo a base da camada de gelo, em um processo que não pode mais ser interrompido

O **derretimento** das geleiras da Antártida Ocidental está avançando de forma gradual e “irrefreável”, afirmaram dois novos estudos científicos. De acordo com os levantamentos, o derretimento que já começou não deve ter efeitos imediatos nos oceanos, mas poderá adicionar até 3,6 metros ao nível do mar nos próximos séculos, um ritmo de elevação mais rápido do que o previsto anteriormente.

Os resultados dos estudos foram divulgados em uma entrevista coletiva convocada pela Nasa nesta segunda-feira. Os pesquisadores afirmaram que é provável que o derretimento ocorra por causa do **aquecimento global** provocado pelo homem e pelo buraco na camada de ozônio, que mudaram os ventos da Antártida e aqueceram a água que corrói as bases do gelo. Fatores naturais, no entanto, também podem estar entre as causas, acrescentaram os cientistas.

Em um dos estudos, a agência espacial americana analisou 40 anos de dados de solo, aviões e de satélite sobre o que os pesquisadores chamam de “o ponto fraco da Antártida Ocidental” que mostram que o colapso das geleiras da região está sendo provocado pela água morna do oceano que se infiltra por baixo da camada de gelo, acelerando o seu derretimento. “Parece estar acontecendo rapidamente”, disse o glaciologista da Universidade de Washington, Ian Joughin, autor de um dos levantamentos.

‘REAÇÃO EM CADEIA’

Outro cientista envolvido nas pesquisas classificou o processo como “irrefreável” e explicou que nenhuma ação humana ou mudança climática poderá deter o derretimento, embora ele possa ser reduzido. “O sistema está em uma espécie de reação em cadeia que é irrefreável”, disse o glaciologista da Nasa, Eric Rignot, principal autor de um dos estudos. “Cada processo nesta reação está alimentando o próximo.” Segundo ele, limitar as emissões de combustíveis fósseis para reduzir a mudança climática provavelmente não irá parar o derretimento, mas pode diminuir a velocidade do problema.

Fonte: Veja.com/Ciência, 13 maio 2014. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/ciencia/derretimento-de-geleiras-na-antartida-e-irrefreavel-dizem-cientistas/>>. Acesso em: 7 jul. 2015.

SUGESTÕES DE LEITURAS

ANGELO, Cláudio. *O aquecimento global*. São Paulo: Publifolha, 2008.

PEARCE, Fred. *O aquecimento global: causas e efeitos de um mundo mais quente*. São Paulo: Publifolha, 2002. (Série Mais Ciência).

SUGESTÕES DE VÍDEOS

A ÚLTIMA hora. Direção de Leila Conners Peterson, Nádia Connors. EUA, 2007. Duração: 95 min.

O DIA depois de amanhã. Direção de Roland Emmerich. EUA, 2004. Duração: 124 min.

EXERCÍCIOS

1 - (UCS) O efeito estufa é um processo em que o calor proveniente do Sol é absorvido pela Terra e posteriormente é irradiado para a atmosfera, onde parte desse calor fica retido devido à presença de gases, como o vapor d'água, o gás carbônico e o metano.

Analise a veracidade (V) ou a falsidade (F) das afirmações a seguir, relacionadas ao efeito estufa.

() O efeito estufa é um processo natural que, se não existisse, tornaria a Terra um planeta gelado e inabitável para a maioria dos seres vivos.

() O aumento da emissão de gases, como o gás carbônico e o metano, pode gerar um aumento na retenção de calor na atmosfera, aquecendo nosso planeta.

() Uma fonte emissora de metano é o rebanho de gado bovino, pois tais animais eliminam grandes quantidades desse gás, proveniente do metabolismo dos seus tratos digestórios.

() A quantidade de gás carbônico na atmosfera vem aumentando desde a Revolução Industrial.

Assinale a alternativa que preenche corretamente os parênteses, de cima para baixo.

- a) V – F – F – V
- b) F – V – V – F
- c) F – F – V – F
- d) V – V – F – V
- e) V – V – V – V

2 - (PUCPR) Monumentos históricos e outras construções são atingidos pela _____, fenômeno que ocorre especialmente nas grandes cidades, nas quais existe grande concentração de indústrias e veículos automotores ou ainda onde se localizam usinas termoelétricas.

A lacuna acima é **CORRETAMENTE** preenchida com:

- a) Inversão térmica.
- b) Aurora boreal.
- c) Chuva ácida.
- d) Cinzas vulcânicas.
- e) Enchentes de outono.

3 - (UFVJM) A queima de combustíveis fósseis condiciona diversos fenômenos atmosféricos nocivos ao meio ambiente.

ASSINALE a alternativa que apresenta um fenômeno atmosférico que **NÃO** se origina da queima de combustíveis fósseis.

- a) Chuva ácida.
- b) Ilhas de calor.
- c) Efeito estufa.
- d) Camada de ozônio.

4 - (UNESP) O efeito estufa é um fenômeno natural e consiste na retenção de calor irradiado pela superfície terrestre, pelas partículas de gases e água em suspensão na atmosfera que garante a manutenção do equilíbrio térmico do planeta e da vida. O efeito estufa, de que tanto se fala ultimamente, resulta de um desequilíbrio na composição atmosférica, provocado pela crescente elevação da concentração de certos gases que têm a capacidade de absorver calor.

Qual das ações a seguir seria mais viável para minimizar o efeito acelerado do aquecimento global provocado pelas atividades do homem moderno?

- a) Redução dos investimentos no uso de tecnologias voltada para a captura e seqüestro de carbono.
- b) Aumento da produção de energia derivada de fontes alternativas, como o xisto pirobetuminoso e os micro-organismos manipulados geneticamente.
- c) Reduzir o crescimento populacional e aumentar a construção de usinas termelétricas.
- d) Reflorestamento maciço em áreas devastadas e o consumo de produtos que não contenham CFCs (clorofluorcarbonetos).
- e) Criação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) pelo Brasil e do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC) pelos EUA.

Respostas

- 1) E
- 2) C
- 3) D
- 4) D

2.4 ESTRUTURA INTERNA DA TERRA

Conhecer a estrutura interna da Terra é de fundamental importância para o entendimento dos fenômenos que despontam em sua superfície, como vulcanismo, terremoto e atividade mineradora.

A estrutura interna do planeta é formada por três tipos de camadas.

CAMADAS INTERNAS DA TERRA

NÚCLEO

Constituído por ferro misturado com outros elementos (níquel, silício e carbono). Possui altas temperaturas e está dividido em núcleo externo (líquido) e núcleo interno (sólido).

MANTO

Camada intermediária, o manto é composto de material de maior densidade, possuindo em sua composição ferro, magnésio e silício. É nessa região que se encontra um material pastoso denominado magma.

CROSTA TERRESTRE

Das três camadas que compõem a estrutura interna da Terra, a crosta terrestre é a mais superficial e menos densa de todas. Trata-se de uma camada descontínua, formada por fragmentos que flutuam sobre o manto, gerando incessante atividade geológica na superfície terrestre (tectonismo).

TEXTO COMPLEMENTAR

A CROSTA EM MOVIMENTO

Em 1912, o cientista alemão Alfred Wegener (1880-1930) elaborou a Teoria da Deriva dos Continentes. Observando semelhanças entre os contornos da América, da Europa e da Ásia, e também entre as rochas que os formam, Wegener propôs que, há cerca de 200 milhões de anos, os continentes estariam todos unidos, formando um único bloco, a **Pangeia**. Esta teria se partido, separando-se em dois grandes blocos continentais: **Gondwana** e **Laurásia**. Posteriormente, outras fragmentações deram origem aos atuais continentes, em tempos geológicos mais recentes.

A teoria foi contestada pela maior parte da comunidade científica da época. Um dos poucos que a apoiaram, o geólogo britânico Arthur Holmes (1860-1965), elaborou, em 1928, a hipótese da expansão dos fundos oceânicos, baseando-se no movimento de convecção do magma na astenosfera. Para Holmes, esse movimento teria empurrado os continentes.

Em 1967, o geofísico estadunidense William Jason Morgan (1935 -) confirmou a hipótese de Holmes: os fundos oceânicos se deslocam e se expandem a partir das dorsais, as cordilheiras situadas na porção central dos oceanos, chamadas meso-oceânicas. Constatou-se também que a idade das rochas dos fundos dos oceânicos aumenta à medida que elas se distanciam das dorsais, ou seja, quanto mais próximas dos continentes, mais antigas são as rochas.

A partir dessas constatações, chegou-se à conclusão de que o envoltório da Terra (a crosta terrestre) é descontínuo e fragmentado em vários blocos, os quais são formados por partes continentais e oceânicas (o fundo ou assoalho dos oceanos). Cada bloco corresponde a uma placa tectônica que se desloca pelos movimentos de convecção do magma. A deriva dos continentes, a formação das cordilheiras montanhosas e de outras formas de relevo, os terremotos, os tsunamis passaram a ser compreendidos melhor pela Teoria da Tectônica de Placas.

Fonte: LUCCI, Elian Alabi et al. *Território e sociedade no mundo globalizado*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 63-64.

SUGESTÕES DE LEITURAS

TEIXEIRA, Wilson et al. (Org.). *Decifrando a terra*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

VERNE, Júlio. *Viagem ao centro da Terra*. São Paulo: FTD, 2007.

SUGESTÃO DE VÍDEO

TERRA: *um planeta fascinante*. EUA, Discovery Channel, 2002. Duração: 100 min.

EXERCÍCIOS

1 - (UPE) As lavas mais antigas estão justamente nas ilhas mais afastadas da Cadeia Médio-Atlântica; por outro lado, as mais jovens são encontradas nas ilhas adjacentes à referida Cadeia. Esta ocupa posição mediana no Atlântico, acompanhando paralelamente as sinuosidades da costa da África e da América do Sul. Portanto, o assoalho submarino está em processo de expansão.

Esses dados mencionados apoiam a ideia de um importante modelo teórico empregado pela Geografia Física e pela Geologia. Qual alternativa contém esse modelo?

- a) Uniformitarismo das cadeias oceânicas
- b) Teoria da Tectônica Global
- c) Modelo da Litosfera Quebradiça
- d) Teoria do Quietismo Crustal
- e) Migração dos Polos Geográficos

2 - (UECE) A parte sólida e a parte com material em estado de fusão da Terra correspondem, respectivamente, à

- a) criossfera e à litosfera.
- b) litosfera e ao magma.
- c) hidrosfera e ao magma.
- d) troposfera e à criossfera.

3 - (UDESC) A Teoria da Deriva dos Continentes foi enunciada pelo cientista alemão Alfred Lothar Wegener, em 1912. Segundo este autor a Terra teria sido formada inicialmente por um único e enorme supercontinente que foi se fragmentando e se deslocando continuamente desde o período Mesozoico, como se fosse uma espécie de nata flutuando sobre um magma semilíquido e passeando em diferentes direções. Assinale a alternativa que contém o nome com o qual foi batizado este supercontinente inicial.

- a) Gaia
- b) Placas Tectônicas
- c) Folhelhos de Wegener
- d) Riftis
- e) Pangeia

Respostas

- 1) B
- 2) B
- 3) E

2.5 ESTRUTURAS DO SOLO E DO RELEVO – AGENTES INTERNOS E EXTERNOS MODELADORES DO RELEVO

AGENTES MODELADORES DO RELEVO

AGENTES INTERNOS

Também denominados forças endógenas, os agentes internos são responsáveis por dar forma ao relevo.

Tectonismo ou Movimentos Tectônicos

Deslocamentos lentos das placas tectônicas. Podem ser verticais (epirogênese) ou horizontais (orogênese).

Para se medir a intensidade e a magnitude dos terremotos, usa-se a Escala Richter.

Escala Richter	
2,4 ou menos	Praticamente não é sentido, mas pode ser gravado em sismógrafo.
2,5 a 5,4	É eventualmente percebido e provoca danos menores, como a quebra de vidros e de objetos.
5,5 a 6,0	Ligeiros danos, como rachaduras em edifícios e outras estruturas. Apenas edificações precárias podem desabar.
6,1 a 6,9	Pode causar uma série de danos em áreas muito povoadas. Derruba várias edificações, causa o transbordamento de rios, danos nas estradas, entre outros.
7,0 a 7,9	Grande terremoto. A destruição é de grande proporção no local do epicentro.
8,0 ou maior	Grande terremoto. Pode destruir totalmente comunidades perto do epicentro e se propaga para locais mais distantes

Quadro 8: Escala Richter

Fonte: U.S. GEOLOGICAL SURVEY. Disponível em: <www.usgs.gov>. Acesso em: dez. 2002. (Apud LUCCI et al., 2013, p. 69).

VULCANISMO

Fendas na crosta terrestre por meio das quais o magma é expelido à superfície, os vulcões se constituem em dois tipos: explosivo e não explosivo.

Os **explosivos** surgem nos pontos de encontro das placas tectônicas como, por exemplo, os que integram o Círculo do Fogo do Pacífico.

Por sua vez, os **não explosivos**, como os localizados no Havaí, acontecem no meio de uma placa tectônica, distante do atrito entre elas.

ABALOS SÍSMICOS

Os abalos sísmicos são tremores causados pela movimentação das placas tectônicas. Propagam-se a partir do hipocentro (área de contato entre as placas), atingindo regiões distantes do epicentro (ponto de contato na superfície).

Quando ocorrem em áreas continentais, são chamados de terremotos; maremoto é o nome dado quando esse fenômeno acontece em águas oceânicas.

AGENTES EXTERNOS

Também chamados de forças exógenas, os agentes externos são responsáveis por modelar o relevo.

EROSÃO E INTEMPERISMO

Composta por desgaste, transporte e acúmulo de sedimentos, a erosão é um processo natural que provoca desgastes nas rochas e nos solos.

Intemperismo é o conjunto de processos que gera a degradação das rochas. O intemperismo pode ser **físico** (mecânico), pela variação de temperaturas entre o dia e a noite e, no decorrer das estações do ano; **químico**, efetuado pela atuação hídrica; e **biológico**, quando há a transformação das rochas a partir da ação de seres vivos, como bactérias ou até mesmo animais.

VENTOS

Os ventos são os responsáveis pelo processo de erosão e deposição de sedimentos. Os desertos, por exemplo, são formados em grande parte pela atuação da erosão eólica.

AÇÃO ANTRÓPICA

O ser humano tem cada vez mais atuado na transformação dos espaços naturais, resultando na modificação do relevo. Ao construir cidades, desviar cursos de rios, derrubando florestas, a ação humana altera e acelera o ciclo natural.

SOLOS

O solo é a camada superficial da litosfera, arável e possuidora de vida microbiana. Quanto a sua gênese, os solos classificam-se em *eluviais* (desagregação e decomposição das rochas existentes no próprio local de formação) e *aluviais* (originados do acúmulo de material transportado pela ação da água e do vento).

TEXTO COMPLEMENTAR

SOLO: UM COMPLEXO QUARTO REINO

O solo é o único ambiente onde se encontram reunidos em associação íntima os quatro elementos: domínio das rochas ou pedras – litosfera; domínio das águas – hidrosfera; domínio do ar – atmosfera; domínio da vida – biosfera. É um complexo vivo elaborado na superfície de contato da crosta terrestre, com seus invólucros: atmosfera, hidrosfera e formado de organismos vegetais e animais que lhes dão a matéria orgânica.

O solo, no dizer de Dokoutchaiev, é um corpo natural completamente diferente do mundo mineral, vegetal e animal, sendo, no entanto, um mundo vivo, pois um solo pode ser jovem (incompleto na sua formação), adulto (bem formado), velho e morto (fóssil). Por causa de sua gênese, sua evolução e suas propriedades, o solo difere dos três reinos da natureza, devendo ser considerado como um quarto reino.

Fonte: GUERRA, Antônio T. *Dicionário geológico-geomorfológico*. Rio de Janeiro: IBGE, 1980. p. 398.

SUGESTÕES DE LEITURAS

BRANCO, Samuel Borges; BRANCO, Fábio Cardinale. *A deriva dos continentes*. São Paulo: Moderna, 2014.

FRANÇOIS, Michel. *A geologia em pequenos passos*. São Paulo: IBEP, Nacional, 2006.

SUGESTÃO DE VÍDEO

10.5 - O dia em que a Terra não aguentou. EUA: NBC, 2004. Duração: 153 min.

EXERCÍCIOS

1 - (UFP) A dinâmica interna e a externa da Terra provocam modificações no relevo terrestre. São considerados, respectivamente, agentes modeladores internos (endógenos) e externos (exógenos) da Terra:

- a) Erosão e intemperismo.
- b) Águas correntes e vulcanismo.
- c) Geleiras e vento.
- d) Vulcanismo e tectonismo.
- e) Tectonismo e intemperismo.

2 - (PUCMG)



No contato entre placas litosféricas ocorre a maioria dos fenômenos relacionados ao tectonismo e vulcanismo do globo. Essas áreas de contato podem exibir as seguintes feições morfológicas, EXCETO:

- a) Tsunamis
- b) Cadeias de montanhas
- c) Vulcões
- d) Fossas tectônicas

3- (UFLA)

MORTOS POR CAUSA DE TERREMOTO NO CHILE JÁ SÃO MAIS DE 300, DIZ GOVERNO TREMOR DE MAGNITUDE 8,8 AFETOU 2 MILHÓES DE PESSOAS, DIZ PRESIDENTE

O terremoto de magnitude 8,8 que sacudiu o Chile neste sábado (27/2) causou a morte de mais de 300 pessoas, informou durante a noite a diretora do Escritório Nacional de Emergência (Onemi, na sigla em espanhol), Carmen Fernández.

Segundo Bachelet, que sobrevoou de helicóptero as áreas atingidas neste sábado (27/2), o terremoto afetou 80% do país, e há pelo menos 1 milhão de casas danificadas. A presidente mandou condoléncias e solidariedade às vítimas e pediu “força” aos cidadãos.

O terremoto, de cerca de um minuto de duração, ocorreu às 3h34 (horário local de verão, o mesmo de Brasília) e atingiu a região central do Chile, perto da cidade de Concepción, 400 km ao sul de Santiago. Na capital chilena, a 325 km de distância, o terremoto estremeceu diversos prédios, e várias regiões da cidade ficaram sem energia. Com medo, muitos chilenos saíram às ruas.

O tremor foi sentido nos países vizinhos, inclusive no Brasil. O Corpo de Bombeiros e a Defesa Civil de São Paulo informaram que receberam chamados para verificar pequenos tremores em vários bairros da capital paulista.

<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,MUL1508896-5602,00.html>

As alternativas abaixo apresentam trechos selecionados do texto acima, assim como explicações para os mesmos. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) “O terremoto de magnitude 8,8...”: refere-se à Escala Richter, utilizada para medir terremotos.
- b) “... o terremoto afetou 80% do país...”: esse tipo de fenômeno natural deve ser classificado como agente endógeno.
- c) “... atingiu a região central do Chile...”: nesse país, terremotos são relativamente frequentes, pois o país se localiza em uma região de instabilidade geológica.
- d) “O tremor foi sentido nos países vizinhos, inclusive no Brasil.”: o fato de o Brasil fazer fronteira com o Chile possibilitou essa situação.

4 – (UNESP) As quatro afirmações que se seguem serão correlacionadas aos seguintes termos:

- (1) vulcanismo – (2) terremoto – (3) epicentro – (4) hipocentro.

- a. Os movimentos das placas tectônicas geram vibrações, que podem ocorrer no contato entre duas placas (caso mais frequente) ou no interior de uma delas. O ponto onde se inicia a ruptura e a liberação das tensões acumuladas é chamado de foco do tremor.
- b. Com o lento movimento das placas litosféricas, da ordem de alguns centímetros por ano, tensões vão se acumulando em vários pontos, principalmente perto de suas bordas. As tensões, que se acumulam lentamente, deformam as rochas; quando o limite de resistência das rochas é atingido, ocorre uma ruptura, com um deslocamento abrupto, gerando vibrações que se propagam em todas as direções.
- c. A partir do ponto onde se inicia a ruptura, há a liberação das tensões acumuladas, que se projetam na superfície das placas tectônicas.
- d. É a liberação espetacular do calor interno terrestre, acumulado através dos tempos, sendo considerado fonte de observação científica das entradas da Terra, uma vez que as lavas, os gases e as cinzas fornecem novos conhecimentos de como os minerais são formados. Esse fluxo de calor, por sua vez, é o componente essencial na dinâmica de criação e destruição da crosta, tendo papel essencial, desde os primórdios da evolução geológica.

(Wilson Teixeira, et al. *Decifrando a Terra*, 2003. Adaptado.)

Os termos e as afirmações estão corretamente associados em

- a) 1d, 2b, 3a, 4c.
- b) 1b, 2a, 3c, 4d.
- c) 1c, 2d, 3b, 4a.
- d) 1a, 2c, 3d, 4b.
- e) 1d, 2b, 3c, 4a.

Respostas

- 1) E
- 2) A
- 3) D
- 4) E

2.6 FORMAÇÃO TERRITORIAL BRASILEIRA. AS REGIÕES BRASILEIRAS. POLÍTICAS DE REORDENAMENTO TERRITORIAL

O Brasil é um país de dimensões continentais, possuindo 8.514.876 km². Assim, torna-se importante regionalizar o território, para melhor planejamento e administração.

Entende-se a regionalização como o estabelecimento de determinadas regiões com critérios que podem ser naturais, culturais, históricos ou socioeconômicos.

Em sua formação como país, o Brasil passou por diversas modificações de reordenamento territorial. Contudo, é no século XX que surgem as primeiras iniciativas de regionalização, sobretudo com a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

AS MACRORREGIÕES DO IBGE

A divisão territorial brasileira mais conhecida e difundida é a elaborada pelo IBGE. O Instituto propôs diversas divisões regionais do território brasileiro. Atualmente, está em vigor a divisão estabelecida no ano de 1970, que é composta por **cinco macrorregiões: Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sul e Sudeste**. Essas macrorregiões são formadas por 27 unidades político-administrativas.

Divisões regionais do território brasileiro



Figura 2: Divisões regionais do território brasileiro

Fonte: Disponível em: <<http://www.cartanaescola.com.br/single/show/43>>. Acesso em: 11 jul. 2015.

PEDRO GEIGER E OS COMPLEXOS REGIONAIS

Há outra regionalização do espaço brasileiro que se caracteriza por captar a situação socioeconômica do território, destacando as relações entre o espaço natural e a sociedade. Trata-se da regionalização geoeconômica que divide o país em três grandes complexos: Centro-Sul, Nordeste e Amazônia.

Elaborados pelo geógrafo Pedro Pinchas Geiger, na década de 1960, e diferentemente da proposta elaborada pelo IBGE, os Complexos Regionais não se limitam entre as divisas dos Estados. A sua metodologia de análise considera o processo histórico de formação do território brasileiro, em especial a industrialização, associado aos aspectos naturais.

Assim, o Norte de Minas Gerais encontra-se no Nordeste, enquanto o restante do território mineiro pertence ao Centro-Sul. O leste do Maranhão fica no Nordeste, enquanto o oeste se encontra na Amazônia. O sul de Tocantins e do Mato Grosso integra o Centro-Sul, mas a maior parte desses Estados pertence ao complexo da Amazônia.



Fonte: Pedro Pinchas Geiger. Organização regional do Brasil. Revista Geográfica. Rio de Janeiro, n. 61, julho/dezembro de 1964, p. 51. In: Angélica Alves Magnano. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, v. 57, n. 4, outubro/dezembro de 1995, p. 77 (adaptado).

Figura 3: Os três complexos regionais brasileiros

Fonte: <http://conceitosetemas.blogspot.com.br/2011/04/os-complexos-regionais-brasileiros.html>
Acesso em 15 jul. 2015

Os “BRASIS” DE MILTON SANTOS

O geógrafo Milton Santos (1926-2001) e sua equipe apresentam outra proposta de regionalização brasileira, com base no desenvolvimento tecnológico e na constituição histórica do espaço.

Dentro dessa proposta, o Brasil fica assim dividido:

Região Concentrada: formada pelas atuais regiões Sudeste e Sul, é composta por intenso sistema de fluxos, elevado índice de urbanização, atividade comercial intensa, além de alto padrão de consumo. É nessa região que ocorre a maior difusão do meio técnico-científico-informacional.

Região Centro-Oeste: composta pela atual região Centro-Oeste e mais o Estado de Tocantins. Apresenta grande modernização, devido à alta tecnologia empregada no setor agropecuário. O desenvolvimento da agronegócio e a transferência da Capital Federal para essa região possibilitou o surgimento de uma rede urbana integrada por sistemas de transportes e comunicação.

Região Nordeste: formada pela atual região Nordeste. As atividades econômicas modernas e o uso de recursos tecnológicos avançados ainda são restritos apenas às grandes metrópoles.

Região da Amazônia: formada pela atual região Norte, com exceção de Tocantins, é caracterizada pela baixa densidade demográfica. A Zona Franca de Manaus somada à indústria de extração e metalurgia configuram-se em polos econômicos.



Figura 4: Brasil – Divisão Regional segundo Milton Santos

Fonte: <<http://pt.slideshare.net/ThiagoSilva33/diviso-regional-do-brasil-13555166>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

TEXTO COMPLEMENTAR

A REGIÃO CONCENTRADA

Região concentrada é a área onde os acréscimos de ciência e tecnologia ao território se verificam de modo contínuo. Expressão mais intensa do meio técnico-científico-informacional, essa região abrange os estados do Sudeste (Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo), os estados do Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e dois estados do Centro-oeste (Mato Grosso do Sul e Goiás), tendo como polo as metrópoles de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Nessa região, a modernização generalizada e a intensa circulação interna e com outras regiões e países correspondem a uma marcada divisão territorial do trabalho. Sede da agricultura mais moderna do Brasil e do mais expansivo desenvolvimento industrial e financeiro, essa área concentra, também, os níveis superiores dos sistemas de saúde, educação, lazer e serviços modernos, como a publicidade, cujas demandas são garantidas pelo consumo dessa grande concentração produtiva e populacional.

As metrópoles de São Paulo e do Rio de Janeiro sediam os escritórios das mais poderosas firmas nacionais e das filiais das empresas globais, que têm um papel de controle do mercado nacional e de comando do respectivo território. É em São Paulo que se elabora e concentra a maior parcela das informações sobre a economia, a sociedade e o território.

A acumulação de atividades intelectuais assegura a essa metrópole o predomínio das atividades produtivas de ponta, a função de suporte aos segmentos modernos da economia do país e, em decorrência, um caráter de encruzilhada na expansão do meio técnico-científico-informacional. Como o território deve ser usado, hoje, com o conhecimento simultâneo das ações empreendidas em lugares distantes, a sua função de centro informacional lhe concede uma nova hierarquia no sistema urbano brasileiro.

Fonte: Disponível em: <http://apareciadoespaco.blogspot.com.br/2012_09_01_archive.html>. Acesso em: ago. 2015

SUGESTÕES DE LEITURAS

ANDRADE, Manuel Correia; ANDRADE, Sandra Maria Correia. *A federação brasileira: uma análise geopolítica e geossocial*. São Paulo: Contexto, 1999.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SUGESTÃO DE VÍDEO

BYE Bye Brasil. Direção de Cacá Diegues. Brasil, 1979. Duração: 105 min.

EXERCÍCIOS

1 - (CEDERJ)

OS QUATRO BRASIS

Poderíamos, grosseiramente, reconhecer a existência de quatro Brasis, ou seja, regiões específicas dentro do país. Num desses Brasis, verifica-se a implantação mais consolidada dos dados da ciência, da técnica e da informação, além de uma urbanização importante, com um padrão de consumo das empresas e das famílias mais intenso. Nele se produzem novíssimas formas específicas de terciário superior, um quaternário e um quinquenário ligados à finança, à assistência técnica e política e à informação em suas diferentes modalidades.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. *O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 268-269. Adaptado.

A descrição dos aspectos geográficos mencionados individualiza o complexo regional denominado:

- a) Centro-Sul.
- b) Meio Norte.
- c) Amazônia.
- d) Nordeste.

2 - (PUC-SP) Leia com atenção:

“[...] todo espaço regional é fruto de uma história geológica, geomorfológica, pedológica e hidrológica, modificado por sucessivas formas de atividades antrópicas, às vezes bastante perturbadoras.”

(Aziz Ab'Sáber. Escritos ecológicos. São Paulo: Lazuli Editora, 2006. p. 34)

Segundo o autor, vários são os processos que formam o espaço regional. A partir do que ele diz, pode-se perceber, nas realidades regionais, que

- a) numa região tropical, as ações humanas juntamente com os fenômenos geológicos são os principais elementos na constituição do perfil da região.
- b) ações humanas como a urbanização e a modificação do curso dos rios, por exemplo, somente são importantes na forma de uma região, se forem perturbadoras.

- c) por serem perturbadoras, especialmente quando mal planejadas, as ações humanas terminam dando o tom principal das características de uma região.
- d) uma região condensa em suas características a complexidade tanto dos fenômenos naturais, como da produção social do espaço.
- e) a história dos processos naturais, embora marcada pelos tempos longos da natureza, tem menor importância na determinação dos quadros regionais.

3 - (FACASPER) No final da década de 1990, foi proposta uma nova regionalização para o país, conforme se pode observar abaixo.



(Santos, Milton & Silveira, Maria Laura. *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 308)

Essa divisão regional foi realizada a partir de critérios

- a) morfoestruturais e climáticos, sendo que 1 corresponde à região de grandes rios e terras baixas florestadas que ainda permanecem com grandes espaços praticamente intocados.
- b) de planejamento estratégico, sendo que 2 corresponde à região com maior número de estudos e políticas de intervenção, a exemplo do recente projeto de transposição das águas do rio São Francisco.
- c) de concentração de meios técnico-científicos e de difusão de informações, sendo que 3 corresponde à região que concentra maior número de atividades associadas ao processo de globalização.

- d) relacionados à biodiversidade, sendo que 1 e 4 são regiões que se destacam pela grande variedade de animais e formações vegetais, a exemplo da floresta Amazônica, do Cerrado e do Pantanal.
- e) político-administrativos, sendo que 2 e 3 são regiões que englobam mais da metade dos eleitores do país e, portanto, usufruem de maior representatividade popular no Congresso Nacional.

4 - (UNIFENAS) O mapa a seguir apresenta a proposta de regionalização do Brasil baseada em três grandes complexos regionais ou regiões geoeconômicas.



A regionalização proposta no mapa

- I) adota exclusivamente o critério político-administrativo, e suas fronteiras coincidem com as fronteiras dos estados.
- II) utiliza critérios abrangentes como o processo de formação histórico e econômico do Brasil, associado à modernização brasileira, através de suas atividades produtivas;
- III) desconsidera os limites entre os estados como estratégia de valorização da organização político-administrativa proposta pelo IBGE, em 1969, para a criação da chamada região concentrada.
- IV) engloba uma porção do norte de Minas Gerais no complexo nordestino, tendo em vista suas características semiáridas e o seu baixo dinamismo econômico regional.
- V) inclui o estado do Maranhão, em sua totalidade, no Complexo Amazônico.

Estão corretas apenas

- a) I e II.
- b) II e IV.
- c) III, IV e V.
- d) IV e V.
- e) I, II, III e IV.

Respostas

- 1) A
- 2) D
- 3) C
- 4) B

2.7 ORIGEM E EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE

“A Terra provê o suficiente para as necessidades de todos os homens, mas não para a voracidade de todos.”

Mahatma Gandhi (1869-1948), líder político indiano.

O conceito de sustentabilidade está intimamente direcionado à maneira pela qual a humanidade produz bens materiais para a melhora de sua qualidade de vida. Não raro, tais modos de produção estão alicerçados em uma ideologia consumista, o que acarreta sérios prejuízos aos sistemas naturais.

É com o advento da Revolução Industrial que as atividades humanas começam a imprimir novo ritmo e significado à natureza. Nascia um “novo mundo”, imerso no binômio industrialização-urbanização, em que a sociedade passou a consumir produtos industrializados, aumentando consideravelmente a extração de recursos naturais para atender à demanda de produção. Contudo, é somente na segunda metade do século XX que o despertar da consciência ecológica se faz perceber, ganhando corpo científico.

Em 1987, foi publicado, pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU), o estudo *Nosso Futuro Comum*. Nesse estudo, aparece o conceito de “Desenvolvimento Sustentável”, sendo “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades.” Para tanto, exige-se o estabelecimento de políticas governamentais, ações empresariais e da sociedade civil, irmanados em um objetivo comum.

Esse objetivo se viabilizaria com a inserção de novos hábitos de consumo, somados à redução das desigualdades sociais. É nesse cenário que emerge o conceito de “Consumo Sustentável”. Ou seja, há a necessidade de se modificar os hábitos de consumo, para evitar o desperdício. Os produtos consumidos devem satisfazer as necessidades reais, além da certificação de que, em seu processo de produção, não houve severos danos ao meio ambiente.

Os desequilíbrios ambientais impostos pela ação antrópica, conjugados com as situações de injustiças sociais a que substancial parcela da humanidade está

condicionada, apontam para a necessidade de novas relações entre as sociedades e, destas, com a natureza.

TEXTO COMPLEMENTAR

O QUE COMPÓE A PEGADA?

A Pegada Ecológica de um país, de uma cidade ou de uma pessoa, corresponde ao tamanho das áreas produtivas de terra e de mar, necessárias para gerar produtos, bens e serviços que sustentam determinados estilos de vida. Em outras palavras, a Pegada Ecológica é uma forma de traduzir, em hectares (ha), a extensão de território que uma pessoa ou toda uma sociedade “utiliza”, em média, para se sustentar.

Para calcular as pegadas foi preciso estudar os vários tipos de territórios produtivos (agrícola, pastagens, oceanos, florestas, áreas construídas) e as diversas formas de consumo (alimentação, habitação, energia, bens e serviços, transporte e outros). As tecnologias usadas, os tamanhos das populações e outros dados, também entraram na conta.

Cada tipo de consumo é convertido, por meio de tabelas específicas, em uma área medida em hectares. Além disso, é preciso incluir as áreas usadas para receber os detritos e resíduos gerados e reservar uma quantidade de terra e água para a própria natureza, ou seja, para os animais, as plantas e os ecossistemas onde vivem, garantindo a manutenção da biodiversidade.

OS COMPONENTES DA PEGADA ECOLÓGICA

CARBONO

Representa a extensão de áreas florestais capaz de sequestrar emissões de CO₂ derivadas da queima de combustíveis fósseis, excluindo-se a parcela absorvida pelos oceanos que provoca a acidificação.

ÁREAS DE CULTIVO

Representa a extensão de áreas de cultivo usadas para a produção de alimentos e fibras para consumo humano, bem como para a produção de ração para o gado, oleaginosas e borracha.

PASTAGENS

Representa a extensão de áreas de pastagem utilizadas para a criação de gado de corte e leiteiro e para a produção de couro e produtos de lã.

FLORESTAS

Representa a extensão de áreas florestais necessárias para o fornecimento de produtos madeireiros, celulose e lenha.

ÁREAS CONSTRUÍDAS

Representa a extensão de áreas cobertas por infraestrutura humana, inclusive transportes, habitação, estruturas industriais e reservatórios para a geração de energia hidrelétrica.

ESTOQUES PESQUEIROS

Calculada a partir da estimativa de produção primária necessária para sustentar os peixes e mariscos capturados, com base em dados de captura relativos a espécies marinhas e de água doce.

De modo geral, sociedades altamente industrializadas, ou seus cidadãos, “usam” mais espaços do que os membros de culturas ou sociedades menos industrializadas.

Suas pegadas são maiores pois, ao utilizarem recursos de todas as partes do mundo, afetam locais cada vez mais distantes, explorando essas áreas ou causando impactos por conta da geração de resíduos. Como a produção de bens e consumo tem aumentado significativamente, o espaço físico terrestre disponível já não é suficiente para nos sustentar no elevado padrão atual.

Para assegurar a existência das condições favoráveis à vida precisamos viver de acordo com a “capacidade” do planeta, ou seja, de acordo com o que a Terra pode fornecer e não com o que gostaríamos que ela fornecesse. Avaliar até que ponto o nosso impacto já ultrapassou o limite é essencial, pois só assim poderemos saber se vivemos de forma sustentável.

Fonte: Disponível em: <http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/especiais/pegada_ecologica/o_que_compoem_a_pegada/>. Acesso em: 20 jul. 2015.

SUGESTÕES DE LEITURAS

DIAS, Genebaldo Freire. *40 contribuições pessoais para a sustentabilidade*. São Paulo: Gaia, 2005.

GIANANTI, Roberto. *O desafio do desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Atual, 1998.

SUGESTÃO DE VÍDEO

SURPLUS. Direção de Erik Gandini. Suécia, 2003. Duração: 54 min.

EXERCÍCIOS

1 - (UPE) Ao fazer o estudo bibliográfico sobre um determinado assunto do conteúdo programático do vestibular da Universidade de Pernambuco (UPE), um vestibulando encontrou e anotou a seguinte definição: “É aquele que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades.”

Trata-se da definição correta de

- a) Crescimento neomalthusiano ambiental.
- b) Desenvolvimento sustentável.
- c) Ecodesenvolvimento neoliberal.
- d) Desenvolvimento ambiental.
- e) Ecodesenvolvimento darwinista.

2 - (UDESC) A definição de desenvolvimento sustentável mais usualmente utilizada é a que procura atender às necessidades atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras. Isso significa optar pelo consumo de bens produzidos com tecnologia e materiais menos ofensivos ao meio ambiente, utilização racional dos bens de consumo, evitando-se o desperdício e o excesso e ainda, após o consumo, cuidar para que os eventuais resíduos não provoquem degradação ao meio ambiente. Principalmente: ações no sentido de rever padrões insustentáveis de consumo e minorar as desigualdades sociais. O Brasil está em uma posição privilegiada para enfrentar os enormes desafios que se acumulam. Abriga elementos fundamentais para o desenvolvimento: parte significativa da biodiversidade e da água doce existente no planeta; grande extensão de terras cultiváveis.

De acordo com esta definição, o desenvolvimento sustentável pressupõe:

- a) traçar um novo modelo de desenvolvimento econômico para nossa sociedade com o uso racional dos recursos naturais disponíveis e indisponíveis.
- b) a redução do consumo das reservas naturais com a consequente estagnação do desenvolvimento econômico e tecnológico;
- c) a preservação do equilíbrio global e do valor das reservas de capital natural, o que não justifica a desaceleração do desenvolvimento econômico e político de uma sociedade;
- d) a distribuição homogênea das reservas naturais entre as nações e as regiões em nível global e regional.
- e) definir os critérios e instrumentos de avaliação do custo-benefício e os efeitos socioeconômicos e os valores reais do consumo e da preservação.

3 - (UERJ)

3ª do plural (Engenheiros do Hawaii)	
Corrida pra vender cigarro	(...)
Cigarro pra vender remédio	
Remédio pra curar a tosse	Corrida contra o relógio
Tossir, cuspir, jogar pra fora	Silicone contra a gravidade
Corrida pra vender os carros	Dedo no gatilho, velocidade
Pneu, cerveja e gasolina	Quem mente antes diz a verdade
Cabeça pra usar boné	Satisfação garantida
E professorar a fé de quem patrocina	Obsolescência programada
Querem te matar a sede, eles querem te sedar	Eles ganham a corrida antes mesmo da largada
Eles querem te vender, eles querem te comprar	(...)

letras.terra.com.br

Os diferentes modelos produtivos de cada momento do sistema capitalista sempre foram o resultado da busca por caminhos para manter o crescimento da produção e do consumo. A crítica ao sistema econômico presente na letra da canção está relacionada à seguinte estratégia própria do atual modelo produtivo toyotista:

- a) aceleração do ciclo de renovação dos produtos
- b) imposição do tempo de realização das tarefas fabris
- c) restrição do crédito rápido para o consumo de mercadorias
- d) padronização da produção dos bens industriais de alta tecnologia

4 - (IFBA)

O avanço técnico e científico dos séculos XVIII, XIX e XX possibilitado pelo capitalismo e o crescente processo de industrialização, seja nos países ricos, seja nos países pobres, nos capitalistas ou nos socialistas, vêm progressivamente interferindo, agredindo e alterando a natureza, em benefício dos interesses imediatos dos homens. Assim, para produzir mercadorias e equipamentos, foi necessário instalar extensos complexos industriais, e para alimentá-los foi exigida a extração de matérias-primas e a exploração de fontes energéticas do mundo todo. É em torno das áreas de concentração industrial que a economia gravita e, para alimentar esse complexo sistema, o homem destrói a natureza.

ROSS, Jurandyr L. S. A Sociedade Industrial e o Ambiente. In: *Geografia do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2008.

Nessa perspectiva analítica, é **incorreto** afirmar que

- a) o agravamento dos problemas ambientais industriais está diretamente relacionado à intensificação da urbanização, em especial a partir do século XX, sendo produzida uma volumosa quantidade de resíduos que a natureza, por si só, não consegue absorver.
- b) nas regiões que, em curto espaço de tempo, se transformaram em áreas industrializadas através da importação de tecnologias e capital e da instalação maciça de multinacionais, como ocorreu na América Latina, na Ásia e na África, os problemas ambientais urbanos são agravados pelos problemas sociais.
- c) o depósito do lixo doméstico em aterros sanitários produz o gás metano – que contribui para o aquecimento global – e também, grande quantidade de material líquido rico em nitrogênio – o chorume – que contamina as águas superficiais e subterrâneas.
- d) a produção dos efluentes líquidos industriais está associada principalmente às indústrias químicas e petroquímicas, sendo que em geral são depositados em lagoas de decantação dada a deficiência de tecnologia e inviabilidade econômica do reaproveitamento desses resíduos.
- e) o desenvolvimento de programas e ações sustentáveis, pautadas na criação de usinas de compostagem para a coleta seletiva e a fabricação de adubo orgânico, vem favorecendo a diminuição da produção de resíduos sólidos nas metrópoles.

Respostas

- 1) B
- 2) E
- 3) A
- 4) E

2.8 OS GRANDES DOMÍNIOS DE VEGETAÇÃO NO BRASIL E NO MUNDO

A vegetação sempre está condicionada ao clima. Ou seja, é em função das condições climáticas que a vegetação irá se desenvolver, atingindo portes e folhagens diferenciados. Assim, há diversas formações vegetais no planeta, tanto quanto a diversidade de climas e solos permite.

GRAU DE UMIDADE

Quanto ao grau de umidade, as formações vegetais se classificam em quatro grandes grupos:

Halófitas: adaptadas a ambientes salgados.

Xerófitas: comuns em climas áridos e semiáridos.

Higrófitas: típicas de ambientes úmidos.

Hidrófitas: quando sua ocorrência acontece dentro d'água.

FORMAÇÃO

Em relação à formação vegetal, temos as seguintes características:

Árborea: árvores de grande porte.

Herbácea: vegetação de campos.

Litorânea: submetida à ação do mar.

Arbustiva: árvores de pequeno e médio porte.

Desértica: vegetação descontínua.

FOLHAS

As folhagens assim se apresentam:

Caducifólias: quando as folhas caem em determinada estação do ano.

Perenifólias: perenes, sempre com folhas.

Aciculifoliada: folhas em formas de pontas.

Latifoliada: folhas largas.

VARIEDADE

Divide-se em dois grupos principais:

Homogênea: predomínio de uma espécie.

Heterogênea: várias espécies no mesmo ambiente.

AS GRANDES FORMAÇÕES VEGETAIS DO PLANETA

Em decorrência de chuvas abundantes, altas temperaturas e a intensa luminosidade que favorecem o surgimento e desenvolvimento de inúmeras espécies, a maior diversidade de formações vegetais ocorre em regiões de baixa latitude. Ao passo que se avança para as altas latitudes, em direção aos polos, onde a luz é escassa e as temperaturas são baixas, a diversidade de formações vegetais diminui.

As principais formações vegetais do planeta estão assim divididas:

TUNDRA

Vegetação rasteira constituída por musgo, liquens e gramíneas. Por localizar-se em regiões de climas subpolares, desenvolve-se somente durante os três meses em que ocorre o verão, onde há degelo.

FLORESTA BOREAL (TAIGA)

Bioma típico da zona climática temperada. Formação florestal homogênea com predomínio de coníferas. Foi largamente explorada para a retirada de madeira. Atualmente, a extração de madeira é obtida através de árvores cultivadas (silvicultura).

FLORESTA SUBTROPICAL E TEMPERADA

Formação florestal caducifólia comum em climas temperados e subtropicais. Em virtude da exploração agrícola e da urbanização, atualmente, restam poucas áreas com a cobertura original.

VEGETAÇÃO MEDITERRÂNEA

Ocorre em regiões de climas mediterrâneos. Caracteriza-se originalmente por bosques que se distribuem de forma espaçada. O cultivo da oliveira para fins comerciais substituiu as formações originais. Predominam espécies arbustivas, como maquis e garrigues, além de árvores de pequeno e médio porte.

PRADARIA

Vegetação encontrada em clima temperado continental, composta por graminéas, muito utilizada como pastagem. Um dos solos mais férteis do mundo, o *tchernozion* (terras negras), pode ser encontrado nas pradarias da Rússia e Ucrânia.

ESTEPE

Possui vegetação herbácea. Desenvolve-se em uma faixa de transição entre os climas tropicais e desérticos (Sahel, África) e temperados e desérticos (Ásia Central).

DESERTO

Apresenta vegetação xerófita, com raízes profundas para retirar água do lençol freático. Os cactos estão entre as espécies mais representativas do bioma. Bioma presente principalmente nas regiões entre os trópicos.

SAVANA

Vegetação complexa que apresenta estrato arbóreo, arbustivo e herbáceo. Como característica marcante dessa formação vegetal, tem-se a ocorrência de uma estação seca (inverno) e outra chuvosa (verão). Sua área tem sido muito usada para a prática da agropecuária.

FLORESTA EQUATORIAL E TROPICAL

Formação florestal situada em regiões quentes e úmidas da zona intertropical. Possui temperaturas e pluviosidade elevadas, o que origina espécies heterogêneas e latifoliadas, além de comportar a maior biodiversidade do planeta.

VEGETAÇÃO DE ALTITUDE (MONTANHA)

As diferenças de altitude ocasionam variações de temperatura e pluviosidade. Assim, na medida em que a altitude se eleva, diminui a temperatura, os solos ficam mais rasos e a vegetação mais esparsa. Dessa dinâmica surgem áreas florestais nas regiões mais baixas e, nas mais elevadas, campos de altitude.

CARACTERÍSTICAS DA VEGETAÇÃO BRASILEIRA: OS DOMÍNIOS MORFOCLIMÁTICOS

Domínios Morfoclimáticos ou Morfoclimatobotânicos correspondem a uma classificação criada pelo geógrafo Aziz Nacib Ab'Saber, a qual nos permite co-

nhecer as características das formações vegetais de maneira integrada com os demais aspectos naturais, tais como relevo, estrutura geológica, clima, hidrografia e solo.

Ao todo, o Brasil possui seis domínios morfoclimáticos: Amazônico, Cerrado, Mares de Morros, Araucárias, Caatinga e Pradarias. No encontro desses domínios, situam-se as chamadas “Faixas de Transição”, que possuem características naturais heterogêneas.

DOMÍNIO AMAZÔNICO

O Domínio Amazônico abrange extensas áreas da Região Norte do Brasil, além de penetrar em outros países da América do Sul, como Venezuela, Peru, Colômbia, Suriname, Bolívia, Equador e o território da Guiana Francesa.

Caracterizado como terras baixas florestadas equatoriais, é constituído por uma pluralidade vegetal, típica de climas equatoriais úmidos, com três tipos de florestas interdependentes: igapó, várzea e terra firme.

A própria vegetação amazônica recicla os nutrientes necessários a sua existência (floresta autotrófica), por meio das folhagens que, sobre o solo, se transformam em material orgânico. Em virtude disso, a devastação desse domínio morfoclimático representa danos irreparáveis ao ecossistema.

Sua diversidade biológica torna-a cada vez mais preciosa para os diversos setores industriais e biopirataria.

DOMÍNIO DO CERRADO

O domínio dos chapadões tropicais, com cerrados e florestas-galerias, geograficamente ocupa grandes extensões do Brasil Central, sendo marcado por verões chuvosos e invernos secos. Os solos desse domínio possuem baixa fertilidade natural, sendo a acidez corrigida pelo processo de calagem. Nesse domínio, encontram-se desde formações campestres até florestas densas. Devido à carência de nutrientes no solo, os arbustos presentes no cerrado apresentam troncos e galhos retorcidos, cascas grossas e raízes profundas.

Sua importância socioambiental e riqueza vêm sendo destaques nas últimas décadas, em decorrência de uma rápida e cada vez maior ocupação agropecuária.

O Complexo do Pantanal, maior planície de inundação contínua do mundo, situa-se nesse domínio.

DOMÍNIO DOS MARES DE MORRO

Destacando-se pelos processos de erosão e intemperismo sobre a sua estrutura cristalina, o domínio das áreas mamelonares tropical-atlânticas florestadas estende-se no sentido norte-sul, margeando a costa atlântica. A denominação “Mares de Morros” se dá em decorrência das formas arredondadas dos topos mais elevados dos planaltos e serras do Atlântico leste-sudeste.

A vegetação desse domínio é plural, genericamente denominada Mata Atlântica, altamente devastada devido aos ciclos econômicos que modificaram o seu espaço natural.

DOMÍNIO DAS ARAUCÁRIAS

O domínio dos Planaltos Subtropicais com Araucárias abrange as áreas dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (Região Sul do Brasil).

A temperatura e a pluviosidade oscilam, de acordo com a altitude, pela influência da massa de ar Polar Atlântica. Dessa combinação surgem formações vegetais, como as araucárias, campos de gramíneas. Em sua porção norte, encontram-se manchas de cerrados.

A intensa extração vegetal, pelas indústrias madeireiras, e práticas ligadas à agropecuária modificaram a paisagem desse ecossistema.

DOMÍNIO DA CAATINGA

Estendendo-se pela faia semiárida nordestina, nas depressões intermontanas e interplanálticas semiáridas, esse domínio é caracterizado pela escassez e irregularidade pluviométricas. As condições climáticas acarretam longos períodos de estiagem e rios intermitentes.

Suas espécies vegetais são adaptadas às elevadas temperaturas e aridez. Em regiões de maior umidade, aparecem trechos de matas úmidas, conhecidos como brejos.

O Rio São Francisco atravessa esse domínio, possibilitando aproveitamento hidrelétrico e projetos de irrigação.

DOMÍNIO DAS PRADARIAS

As Coxilhas Subtropicais, com Pradarias Mistas, é o domínio de menor extensão. Destaca-se pelo predomínio de vegetação rasteira, composta por gramíneas (pampas gaúchos).

A pecuária e a produção monocultura têm provocado perda da fertilidade dos solos e aumento de processos erosivos na região.

TEXTO COMPLEMENTAR

A INTERNACIONALIZAÇÃO DO MUNDO

Cristovam Buarque

Fui questionado sobre o que pensava da internacionalização da Amazônia, durante um debate, nos Estados Unidos. O jovem introduziu sua pergunta dizendo que esperava a resposta de um humanista e não de um brasileiro. Foi a primeira vez que um debatedor determinou a ótica humanista como o ponto de partida para uma resposta minha. De fato, como brasileiro eu simplesmente falaria contra a internacionalização da Amazônia. Por mais que nossos governos não tenham o devido cuidado com esse patrimônio, ele é nosso. Respondi que, como humanista, sentindo o risco da degradação ambiental que sofre a Amazônia, podia imaginar a sua internacionalização, como também de tudo o mais que tem importância para a humanidade.

Se a Amazônia, sob uma ótica humanista, deve ser internacionalizada, internacionalizemos também as reservas de petróleo do mundo inteiro. O petróleo é tão importante para o bem-estar da humanidade quanto a Amazônia é para o nosso futuro. Apesar disso, os donos das reservas sentem-se no direito de aumentar ou diminuir a extração de petróleo e subir ou não o seu preço. Os ricos do mundo, no direito de queimar esse imenso patrimônio da humanidade.

Da mesma forma, o capital financeiro dos países ricos deveria ser internacionalizado. Se a Amazônia é uma reserva para todos os seres humanos, ela não pode ser queimada pela vontade de um dono, ou de um país.

Queimar a Amazônia é tão grave quanto o desemprego provocado pelas decisões arbitrárias dos especuladores globais. Não podemos deixar que as reservas financeiras sirvam para queimar países inteiros na volúpia da especulação.

Antes mesmo da Amazônia, eu gostaria de ver a internacionalização de todos os grandes museus do mundo. O Louvre não deve pertencer apenas à França. Cada museu do mundo é guardião das mais belas peças produzidas pelo gênio humano. Não se pode deixar que esse patrimônio cultural, como o patrimônio natural amazônico, possa ser manipulado e destruído pelo gosto de um proprietário ou de um país. Não faz muito, um milionário japonês decidiu enterrar com ele um quadro de um grande mestre. Antes disso, aquele quadro deveria ter sido internacionalizado.

Durante o encontro em que recebi a pergunta, as Nações Unidas reuniam o Fórum do Milênio, mas alguns presidentes de países tiveram dificuldades em com-

parecer por constrangimentos na fronteira dos EUA. Por isso, eu disse que Nova York, como sede das Nações Unidas, deveria ser internacionalizada.

Pelo menos Manhattan deveria pertencer a toda a humanidade. Assim como Paris, Veneza, Roma, Londres, Rio de Janeiro, Brasília, Recife, cada cidade, com sua beleza específica, sua história do mundo, deveria pertencer ao mundo inteiro. Se os EUA querem internacionalizar a Amazônia, pelo risco de deixá-la nas mãos de brasileiros, internacionalizemos todos os arsenais nucleares dos EUA. Até porque eles já demonstraram que são capazes de usar essas armas, provocando uma destruição milhares de vezes maior do que as lamentáveis queimadas feitas nas florestas do Brasil.

Nos seus debates, os atuais candidatos à presidência dos EUA têm defendido a idéia de internacionalizar as reservas florestais do mundo em troca da dívida. Comecemos usando essa dívida para garantir que cada criança do mundo tenha possibilidade de ir à escola.

Internacionalizemos as crianças tratando-as, todas elas, não importando o país onde nasceram, como patrimônio que merece cuidados do mundo inteiro. Ainda mais do que merece a Amazônia. Quando os dirigentes tratarem as crianças pobres do mundo como um patrimônio da humanidade, eles não deixarão que elas trabalhem quando deveriam estudar; que morram quando deveriam viver.

Como humanista, aceito defender a internacionalização do mundo. Mas, enquanto o mundo me tratar como brasileiro, lutarei para que a Amazônia seja nossa. Só nossa.

Fonte: JORNAL O GLOBO, 10 out. 2000. Disponível em: <cristovam.org>. Acesso em: 22 jul. 2015.

SUGESTÃO DE LEITURA

AB'SABER, Aziz Nacib. *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

LEITE, Marcelo. *Brasil: paisagens naturais*. São Paulo: Ática, 2007.

SUGESTÃO DE VÍDEO

AMAZÔNIA em chamas. Direção de John Frakenheimer. EUA, 1994. Duração: 123 min.

NEGRO carvão. Direção de Joanatha Moreira, Francila Calica e Luiz Felipe Fernandes. Brasil, 2004. Duração: 20 min.

EXERCÍCIOS

1 - (FATEC) Analise a seguinte descrição geral de um tipo de vegetação.

Ocorre em climas estacionais com períodos frios e quentes bem marcados. As temperaturas de inverno podem chegar abaixo do ponto de congelamento. As plantas são úmidas, com estrutura e composição distintas conforme a área de ocorrência. A queda das folhas nas estações secas equilibra as plantas para que elas, transpirando menos, consigam atravessar os períodos de escassez de água. As árvores têm em geral 40-50 m de altura e possuem folhas delgadas e largas, como os plátanos. É vegetação das mais destruídas do mundo.

(CONTI, J. B. e FURLAN, S.A. *Geoecologia: o clima, os solos e a biota*. São Paulo: Edusp, 1996. Adaptado).

Assinale o nome do tipo de vegetação correspondente à descrição.

- a) Floresta tropical semiúmida.
- b) Vegetação mediterrânea.
- c) Floresta temperada.
- d) Savana tropical.
- e) Floresta boreal.

2 - (UCPEL) Um dos biomas terrestres caracteriza-se por clima muito frio, ambiente seco e precipitação baixa, geralmente, em forma de neve. O solo permanece congelado durante a maior parte do ano, degelando só na camada superficial nos 3 meses de verão. É habitado por plantas herbáceas, como o capim e o junco, e por animais, como as renas, raposas, lebres e lobos, que, no inverno, migram para regiões mais quentes ou se refugiam em túneis e tocas. Esse tipo de bioma recebe o nome de

- a) deserto.
- b) taiga.
- c) tundra.
- d) campos.
- e) floresta tropical.

3 - (FGV-eco) A questão está relacionada ao mapa e ao texto apresentados a seguir.



... é um complexo de vegetação heterogênea, um mosaico de cerrados, florestas e até mesmo caatinga. [...] Inúmeros programas nacionais e internacionais de proteção ao ambiente foram instaurados para defender esse ecossistema único, frágil e ameaçado, ao mesmo tempo pela pecuária extensiva, pela dispersão de mercúrio e pelos resíduos de pesticidas (utilizados pelos agricultores) carreados do planalto que o domina, e pela exploração de suas matas galeria, o que aumenta a erosão e a sedimentação.

(Hervé Théry & Neli Aparecida de Mello. Atlas do Brasil. São Paulo: Edusp, 2005. p. 67-68. Adaptado)

O texto refere-se à área do mapa indicada com o número

- a) 1.
- b) 2.
- c) 3.
- d) 4.
- e) 5.

4 - (UNAMA) **Impactos ambientais sobre os domínios morfoclimáticos do Brasil.**

Impacto ambiental deve ser entendido como resultados de ações que modifiquem o ambiente, podendo produzir danos, muitas vezes irreversíveis.

Ao longo da história, a ocupação humana dos domínios morfoclimáticos brasileiros provocou impactos ambientais de diversos tipos.

Adas, Melhem; Adas, Sergio. *Expedições Geográficas*, 7º ano. São Paulo: Moderna, 2011.

A partir do texto acima e dos seus conhecimentos geográficos sobre os impactos ambientais que resultaram da ação antrópica nos domínios morfoclimáticos brasileiros, é correto afirmar que no (as)

- a) domínio amazônico e no domínio do cerrado o avanço dos projetos agropecuários, grandes projetos minero-metalúrgicos, garimpos e hidrelétricas, causam desmatamento e queimadas, com graves consequências para a flora e a fauna, além de erosão do solo, inundações, assoreamento, contaminação de rios, que afetam diretamente as comunidades locais e os povos que sobrevivem da floresta.
- b) faixas de transição e no domínio das pradarias, o avanço da cultura da soja e a pecuária intensiva causam desmatamento e lixiviação do solo, pois utilizam imensas áreas para desenvolver o processo produtivo, fato que deixa o solo desprotegido e sujeito às intempéries da natureza.
- c) domínio das araucárias e no domínio dos mares de morro, é visível a expansão urbana e industrial, inclusive na faixa litorânea, fato que acarreta a contaminação do solo e das vertentes de rios, trazendo como consequência a lixiviação do solo, o assoreamento e a eutrofização.
- d) domínio da caatinga, ocorre intenso desmatamento praticado por grandes grupos econômicos e a exploração de lenha para uso doméstico e produção de carvão, fatos que têm causado a perda da biodiversidade, a erosão do solo bem como sua “arenização”.

Respostas

- 1) C
- 2) C
- 3) E
- 4) A

2.9 SITUAÇÃO GERAL DA ATMOSFERA E CLASSIFICAÇÃO CLIMÁTICA

OS MOVIMENTOS DA TERRA E OS SEUS REFLEXOS NA RADIAÇÃO SOLAR

ROTAÇÃO

Rotação é o movimento que a Terra realiza em torno do seu próprio eixo. Esse movimento dura aproximadamente 24 horas, tendo como consequência direta a alternância entre dias e noites. O lado do planeta que fica voltado para o sol é mais aquecido e claro: é dia. O outro lado se torna escuro, pela ausência de raios solares: é noite.

TRANSLAÇÃO

Translação é o movimento que a Terra realiza em torno da órbita solar. Com duração de 365 dias e 6 horas, esse movimento, somado à inclinação do eixo de rotação da Terra, é responsável pelas diferentes estações do ano.

TEMPO E CLIMA

Embora muitas vezes tratados como sinônimos, tempo e clima são conceitos distintos.

Tempo: corresponde a um estado momentâneo da atmosfera, em uma determinada área na superfície do planeta. É dinâmico, podendo se modificar várias vezes durante o dia.

Clima: refere-se ao comportamento do tempo em uma determinada área, durante um longo período (ao menos 30 anos).

Já é comum nos noticiários televisivos o quadro sobre previsão do tempo. Gradualmente, as expressões “tempo bom” e “tempo ruim” foram abolidas, sendo substituídas por explicações que descrevem os aspectos atmosféricos. Popularmente, “tempo bom” corresponde a dia ensolarado, enquanto “tempo ruim”, a dias chuvosos. Contudo, as expressões não encerram um sentido em si. Para quem pretende ir à praia, por exemplo, realmente “tempo bom” é a presença de sol. No entanto, para o agricultor que necessita de água para a sua produção, em regiões que sofrem com o flagelo da seca, “tempo bom” é o chuvoso.

FATORES CLIMÁTICOS E ELEMENTOS CLIMÁTICOS

Os diversos tipos climáticos são resultado de uma combinação de fatores e elementos presentes na atmosfera, embora cada vez mais a ação humana tenha propiciado mudanças nessa dinâmica.

FATORES CLIMÁTICOS

Latitude: quanto maior a latitude, menor a temperatura. Ou seja, quanto mais nos afastamos da região equatorial do planeta, menor será a temperatura registrada.

Altitude: quanto maior for a altura, menor a temperatura média do ar. Assim, no alto de uma montanha, por exemplo, a temperatura será menor do que a encontrada no nível do mar.

Massas de ar: grandes porções da atmosfera com características comuns de temperatura, umidade e pressão. À medida que se deslocam, transformam-se com a interação de outras massas de ar.

Continentalidade: quanto maior for a distância das áreas continentais em relação ao litoral, maior será a amplitude térmica. Isso se deve ao fato de os continentes se aquecerem mais rapidamente que as regiões hídricas. Aquecendo-se mais rapidamente, também liberam mais calor rapidamente.

Maritimidade: quanto mais próxima for a distância das áreas litorâneas, maior será a temperatura. Explica-se pelo fato de a água reter calor por mais tempo, o que, consequentemente, faz com que ela perca esse calor de maneira mais lenta.

Correntes marítimas: imensos volumes hídricos que se movimentam sobre os oceanos. Ao alterarem a temperatura atmosférica, causam grande influência no clima.

Vegetação: as diferentes formações vegetais apresentam variação de densidade, incidindo diretamente na irradiação e absorção de calor. Em áreas desmatadas, ocorre acentuada redução da umidade e elevação das temperaturas.

Relevo: além da influência já vista no item “Altitude”, o relevo implica a temperatura e umidade, ao facilitar ou dificultar a circulação de massas de ar.

ELEMENTOS DO CLIMA

Temperatura: intensidade de calor existente na atmosfera.

Umidade: quantidade de vapor de água presente na atmosfera, em determinado momento.

Pressão atmosférica: medida de força aplicada pelo peso da coluna de ar em relação a uma área da superfície terrestre. Quanto mais elevada a temperatura, maior a movimentação das moléculas de ar.

TIPOS DE CLIMAS

Os diversos tipos de climas existentes no mundo resultam da combinação dos fatores e elementos climáticos presentes na atmosfera já expostos.

A seguir, são focalizados os principais tipos climáticos existentes no planeta.

POLAR

Clima em que ocorrem as menores temperaturas do planeta (sempre inferiores a 0°C), sendo predominante em altas latitudes.

TEMPERADO

Dividido em Temperado Oceânico e Temperado Continental. Ambos são encontrados em regiões de médias latitudes. Apesar de existirem na mesma zona climática, diferenciam-se pelos fatores maritimidade e continentalidade (vide “fatores climáticos”). As regiões atingidas por esse tipo climático se caracterizam por apresentar quatro estações do ano bem definidas.

MEDITERRÂNEO

As regiões com esse tipo climático têm verões secos e quentes e invernos amenos e chuvosos. Ocorre no sul da Europa, oeste do Chile e Estados Unidos, entre outras áreas distribuídas pelo mundo.

DESÉRTICO

Caracteriza-se pela falta de umidade e elevada amplitude térmica. A pluviosidade anual é inferior a 250mm.

TROPICAL

Clima que apresenta duas estações bem definidas: inverno ameno e seco e verão quente e chuvoso. Ocorre nas áreas entre os trópicos de Câncer e Capricórnio. No Sudeste Asiático, por exemplo, destacam-se tempestades torrenciais de inverno e verão, conhecidas como chuvas de monções.

EQUATORIAL

Quente e úmido, durante todo o ano. Característico de regiões de baixa latitude, como as localizadas na Linha do Equador. Devido às altas temperaturas, o Clima Equatorial apresenta baixas amplitudes térmicas.

SUBTROPICAL

Característico de regiões situadas em médias latitudes. As chuvas são abundantes e bem distribuídas. Os verões são quentes e os invernos frios. Há ampla amplitude térmica anual.

SEMIÁRIDO

Clima de transição encontrado tanto em regiões tropicais como em regiões temperadas. Caracterizado por chuvas escassas e mal distribuídas, durante o ano.

TEXTOS COMPLEMENTARES

VITAMINA D

Drauzio Varella

Esse menino precisa apanhar sol, recomendava minha avó diante da criança pálida. Na época, a exposição ao sol nas montanhas era o único tratamento para a tuberculose.

Em 1822, um médico polonês observou que o raquitismo era mais comum nas crianças que haviam migrado para as cidades. Dois anos depois, os alemães sugeriram que a doença fosse tratada com o insuportável óleo de fígado de bacalhau. No fim do século 20, os dermatologistas concluíram que a exposição ao sol deveria ser evitada por causa do câncer de pele. Entramos na era dos filtros protetores, sem os quais alguns não põem o pé fora de casa.

O conselho dado por minha avó encontra-se hoje nas páginas das revistas médicas mais influentes: sem sol, a pele não produz vitamina D. Sem ela, surgem enfermidades que vão do raquitismo à osteoporose; do câncer às infecções, ao diabetes e às complicações cardiovasculares.

Seres humanos conseguem obter vitamina D a partir da exposição à luz solar, da dieta e de suplementos vitamínicos.

Ao incidir sobre a pele, a banda B da radiação ultravioleta converte um precursor em pré-vitamina D, que é rapidamente transformada em vitamina D. Como qualquer excesso da pré-vitamina é destruído pela luz, o excesso de sol não leva à hipervitaminose.

As fontes alimentares são pobres. A maior concentração é no óleo de fígado de bacalhau: 1.360 unidades em cada colher de sopa. Em quantidades menores, a vitamina pode ser obtida pela ingestão de peixes oleosos (salmão, atum, sardinha), cogumelos, gema de ovo, sucos e cereais enriquecidos artificialmente.

As descobertas de que a maioria das células do organismo possui receptores para vitamina D (e de que muitas são dotadas de enzimas capazes de convertê-la em sua forma ativa) permitiram elucidar seu papel na prevenção de doenças crônicas.

Vivemos em plena epidemia de hipovitaminose D, deficiência que atinge 1 bilhão de pessoas, especialmente nos países com dias frios e escuros durante meses consecutivos. Inquéritos epidemiológicos demonstram que, nos EUA, acham-se

nessa condição de 40% a 100% das pessoas com mais de 70 anos; 52% das crianças negras e 32% dos médicos de um hospital de Boston.

Habitantes das regiões equatoriais expostos ao sol com roupas leves, ao contrário, apresentam altos níveis da vitamina. Mas nos países árabes, na Austrália e na Índia, em que a população vive com o corpo coberto apesar do calor, de 30% a 50% dos adultos são deficientes.

Osteoporose e fraturas ósseas, fatos dramáticos na vida dos mais velhos, guardam relação íntima com a hipovitaminose D. Assim como os ossos, os músculos possuem receptores para vitamina D, da qual requerem quantidades mínimas para adquirir potência máxima.

Células de cérebro, fígado, próstata, mama, cólon e sistema imunológico também apresentam tais receptores e se ressentem da falta dela.

Direta ou indiretamente, a vitamina D controla mais de 200 genes, responsáveis pela integridade da resposta imunológica. A deficiência desse micronutriente aumenta o risco de tuberculose. Os negros, cuja pele tem mais dificuldade para sintetizá-lo, são mais suscetíveis à doença e a contraí-la em suas formas mais graves.

Viver em latitudes mais altas aumenta a probabilidade de câncer de cólon, próstata, ovário e outros. Um estudo conduzido entre 32 mil mulheres mostrou que, quanto mais baixos os níveis de vitamina D, mais alto o risco de câncer de intestino. Outro estudo demonstrou que o câncer de próstata surge três a cinco anos mais tarde em homens que trabalham ao ar livre.

Nessas regiões, são maiores os riscos de se manifestar o diabetes do tipo 1, doenças inflamatórias do intestino, esclerose múltipla, hipertensão arterial, doenças cardiovasculares, esquizofrenia e depressão.

O que fazer? Voltaremos a queimar o corpo sob o sol?

Não podemos esquecer que as radiações solares provocam manchas e apressam o envelhecimento cutâneo, além de constituir a principal causa do câncer de pele.

Quanto sol precisamos tomar?

Depende da cor da pele: quanto mais escura, mais resistente a ele, e menos eficiente na produção de vitamina D.

Exposição dos braços e pernas ao sol num período de 5 a 30 minutos (segundo a pigmentação cutânea), duas vezes por semana, produz níveis adequados de vitamina D.

Quem foge do sol deve fazer reposição com suplementos que ofereçam 800 unidades por dia.

Fonte: Folha de São Paulo, 5 jan. 2008.

FENÔMENO DOS RIOS VOADORES

Os rios voadores são “cursos de água atmosféricos”, formados por massas de ar carregadas de vapor de água, muitas vezes acompanhados por nuvens, e são propelidos pelos ventos. Essas correntes de ar invisíveis passam em cima das nossas cabeças carregando umidade da Bacia Amazônica para o Centro-Oeste, Sudeste e Sul do Brasil.

Essa umidade, nas condições meteorológicas propícias como uma frente fria vinda do sul, por exemplo, se transforma em chuva. É essa ação de transporte de enormes quantidades de vapor de água pelas correntes aéreas que recebe o nome de rios voadores – um termo que descreve perfeitamente, mas em termos poéticos, um fenômeno real que tem um impacto significante em nossas vidas.

A floresta amazônica funciona como uma bomba d’água. Ela puxa para dentro do continente a umidade evaporada pelo oceano Atlântico e carregada pelos ventos alísios. Ao seguir terra adentro, a umidade cai como chuva sobre a floresta. Pela ação da evapotranspiração das árvores sob o sol tropical, a floresta devolve a água da chuva para a atmosfera na forma de vapor de água. Dessa forma, o ar é sempre recarregado com mais umidade, que continua sendo transportada rumo ao oeste para cair novamente como chuva mais adiante.

Propelidos em direção ao oeste, os rios voadores (massas de ar) recarregados de umidade – boa parte dela proveniente da evapotranspiração da floresta – encontram a barreira natural formada pela Cordilheira dos Andes. Eles se precipitam parcialmente nas encostas leste da cadeia de montanhas, formando as cabeceiras dos rios amazônicos.

Porém, barrados pelo paredão de 4.000 metros de altura, os rios voadores, ainda transportando vapor de água, fazem a curva e partem em direção ao sul, rumo às regiões do Centro-Oeste, Sudeste e Sul do Brasil e aos países vizinhos.

É assim que o regime de chuva e o clima do Brasil se deve muito a um acidente geográfico localizado fora do país! A chuva, claro, é de suma importância para nossa vida, nosso bem-estar e para a economia do país. Ela irriga as lavouras, enche os rios terrestres e as represas que fornecem nossa energia.

Por incrível que pareça, a quantidade de vapor de água evaporada pelas árvores da floresta amazônica pode ter a mesma ordem de grandeza, ou mais, que a vazão do rio Amazonas ($200.000 \text{ m}^3/\text{s}$), tudo isso graças aos serviços prestados da floresta.

Estudos promovidos pelo INPA já mostraram que uma árvore com copa de 10 metros de diâmetro é capaz de bombeiar para a atmosfera mais de 300 litros de água, em forma de vapor, em um único dia – ou seja, mais que o dobro da água que um brasileiro usa diariamente! Uma árvore maior, com copa de 20 metros de diâmetro, por exemplo, pode evapotranspirar bem mais de 1.000 litros por dia. Estima-se que haja 600 bilhões de árvores na Amazônia: imagine então quanta água a floresta toda está bombeando a cada 24 horas!

Todas as previsões indicam alterações importantes no clima da América do Sul em decorrência da substituição de florestas por agricultura ou pastos. Ao avançar cada vez mais por dentro da floresta, o agronegócio pode dar um tiro no próprio pé com a eventual perda de chuva imprescindível para as plantações.

O Brasil tem uma posição privilegiada no que diz respeito aos recursos hídricos. Porém, com o aquecimento global e as mudanças climáticas que ameaçam alterar regimes de chuva em escala mundial, é hora de analisarmos melhor os serviços ambientais prestados pela floresta amazônica antes que seja tarde demais.

Fonte: Disponível em: <<http://riosvoadores.com.br/o-projeto/fenomeno-dos-rios-voadores/>>. Acesso em: 28 jul. 2015



Fonte: Disponível em: <<http://riosvoadores.com.br/o-projeto/fenomeno-dos-rios-voadores/>>. Acesso em: 28 jul. 2015

SUGESTÕES DE LEITURA

CONTI, José Bueno. *Clima e meio ambiente*. São Paulo: Atual, 2011.

TOLENTINO, Mario et al. *A atmosfera terrestre*. São Paulo: Moderna, 2004. (Coleção Polêmica).

EXERCÍCIOS

1 - (URCA) Marque a única assertiva que traz somente fatores climáticos, isto é, aqueles que contribuem para determinar as condições climáticas de uma região do globo.

- a) Correntes marítimas, temperatura do ar, umidade relativa do ar e amplitude térmica.
- b) Latitude, pressão altitude, hidrografia e massas de ar.
- c) Altitude, massas de ar, maritimidade e latitude.
- d) Hidrografia, correntes marítimas, latitude e pressão.
- e) Temperatura do ar, umidade relativa do ar, insolação e média térmica.

2 - (UCPEL) A temperatura atmosférica varia de um lugar para outro, mas também pode apresentar variações no decorrer do tempo, pois vários fatores estão relacionados à sua distribuição ou variação.

Sobre os fatores que interferem na variação e distribuição da temperatura atmosférica, é correto afirmar que

- a) as variações de temperaturas no continente são menos acentuadas que nos oceanos devido à diferença do comportamento térmico no meio sólido e no líquido.
- b) a influência da altitude ocorre, porque o calor é irradiado da superfície da Terra para o alto e a atmosfera se aquece por irradiação. Assim, quanto maior a altitude, maior a temperatura.
- c) o relevo pode facilitar ou dificultar a passagem de massas de ar, por isso a presença de altas cadeias de montanhas no litoral evitam a formação de desertos.
- d) a variação da temperatura com a latitude deve-se, fundamentalmente, à forma esférica da Terra e, em função disso, a insolação diminui a partir do Equador em direção aos polos.
- e) o fenômeno da *continentalidade térmica* explica por que, quanto mais distante estiver uma área do continente, menores são suas oscilações térmicas.

3- (PUC-RJ)



Levando-se em consideração a paisagem selecionada, a única característica climática correta para a região destacada é:

- a) alta amplitude térmica.
- b) elevada evapotranspiração.
- c) reduzida taxa de insolação.
- d) inexistência de pluviosidade.
- e) intensa umidade relativa do ar.

4 - (URCA) A continentalidade, as correntes marítimas, as massas de ar, a vegetação e o relevo podem ser considerados, dentre outros, como fatores do clima de uma determinada região.

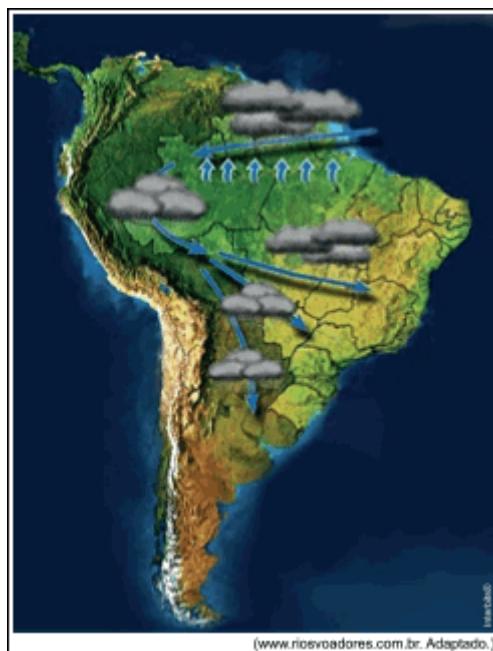
Assinale a opção que apresenta a descrição incorreta de um destes fatores do clima.

- a) Do ponto de vista climático, a principal consequência das correntes marítimas é a redistribuição da energia térmica fornecida pela radiação solar, o que regulariza os contrastes térmicos numa perspectiva geográfica.
- b) As características meteorológicas de uma massa de ar dependem de suas características térmicas e hídricas, sendo essas massas muito importantes no estudo do tempo e do clima porque os influenciam diretamente na área na qual predominam.
- c) O efeito da continentalidade, decorrente das diferenças térmicas das superfícies continentais e hídricas, tem como consequência o fato de a amplitude anual da temperatura ser maior nas localidades costeiras do que nas localidades interiores.
- d) A vegetação auxilia o aumento da umidade do ar, pois retira umidade do solo através das raízes e a envia para a troposfera, pela evapotranspiração.
- e) O relevo influencia a organização climática a partir do momento em que interfere na circulação das massas de ar.

(UNESP) Leia.

O FENÔMENO DOS “RIOS VOADORES”

“Rios voadores” são cursos de água atmosféricos, invisíveis, que passam por cima de nossas cabeças transportando umidade e vapor de água da bacia Amazônica para outras regiões do Brasil. A floresta Amazônica funciona como uma bomba d’água. Ela “puxa” para dentro do continente umidade evaporada do oceano Atlântico que, ao seguir terra adentro, cai como chuva sobre a floresta. Pela ação da evapotranspiração da floresta, as árvores e o solo devolvem a água da chuva para a atmosfera na forma de vapor de água, que volta a cair novamente como chuva mais adiante. O Projeto Rios Voadores busca entender mais sobre a evapotranspiração da floresta Amazônica e a importante contribuição da umidade gerada por ela no regime de chuvas do Brasil.



- A partir da leitura do texto e da observação do mapa, é correto afirmar que, no Brasil,
- a) cada vez mais, a floresta é substituída por agricultura ou pastagem, procedimento que promove o desenvolvimento econômico, sem influenciar, significativamente, o clima na América do Sul.
 - b) os recursos hídricos são abundantes e os regimes fluviais não serão alterados, apesar das mudanças climáticas que ameaçam modificar o regime de chuvas na América do Sul.
 - c) o atual desenvolvimento da Amazônia não afeta o sistema hidrológico, devido à aplicação de medidas rigorosas contra o desmatamento e danos à biodiversidade da floresta.

- d) os mecanismos climatológicos devem ser considerados na avaliação dos riscos decorrentes de ações como o desmatamento, as queimadas, a abertura de novas fronteiras agrícolas e a liberação dos gases do efeito estufa.
- e) a circulação atmosférica é dominada por massas de ar carregadas de umidade que, encontrando a barreira natural formada pelos Andes, precipitam-se na encosta leste, alimentando as bacias hidrográficas do país.

Respostas

- 1) C
- 2) D
- 3) A
- 4) C
- 5) D

REFERÊNCIAS

- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 1).
- GUERRA, Antônio T. *Dicionário geológico-geomorfológico*. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.
- JOIA, Antonio L.; GOETTEMS, Arno G. *Geografia: leituras e interpretações*. São Paulo: Leya, 1993.
- LUCCI, Elian Alabi et al. *Território e sociedade no mundo globalizado: geografia geral e do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2005.
- MOREIRA, Ruy. *Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.
- _____. *Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico*. São Paulo: Ed. Contexto, 2007.
- SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informational*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.
- VESENTINI, José William. *Sociedade & espaço: geografia geral e do Brasil*. São Paulo: Ática, 2005.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- BRASIL. Ministério da Educação. *PCN +: ensino médio*. Brasília, DF, 2002.
- LACOSTE, Yves. *A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas: Papirus, 1997.
- MORANDI, Sonia. *Espaço e técnica*. São Paulo: Copidart, 2001.
- MOREIRA, Ruy. A geografia serve para desvendar máscaras sociais. In: MOREIRA Ruy (Org.). *Geografia: teoria e crítica – o saber posto em questão*. Rio de Janeiro: Vozes, 1982. p. 33-63.
- _____. *O que é geografia*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

2.10 DEMOGRAFIA

“Os seres humanos estão no centro das preocupações do desenvolvimento sustentável. Eles têm direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza.”
(ONU, Declaração do Rio, Princípio 1, 1992).

A IMPORTÂNCIA DOS ESTUDOS SOBRE A POPULAÇÃO

Os estudos sobre a população são de fundamental importância para a compreensão das dinâmicas que regem as sociedades. Assim, a dinâmica populacional não pode ser vista divorciada dos componentes sociais que a envolvem, sob o risco de se constituir em uma abstração.

Para alguns, o crescimento populacional é o grande responsável pela deterioração do meio ambiente e, consequentemente, da qualidade de vida.

Outras questões ligadas à dinâmica populacional referem-se às migrações, aos refugiados e à distribuição desigual de recursos.

De acordo com estudos da Organização das Nações Unidas (ONU), a população do planeta, hoje calculada em 7,2 bilhões de habitantes, saltará para 9,6 bilhões, em 2050, podendo chegar no fim deste século a 10,9 bilhões. Estima-se que, desse montante, 88% estejam concentrados nos países em desenvolvimento.

CONCEITOS BÁSICOS

População: Conjunto de pessoas que habitam uma determinada região (cidade, Estado, país, continente...).

População Absoluta: Número total de habitantes de uma determinada área.

População Relativa: Relação entre o número total de habitantes e a área territorial que residem. Também é chamada de **Densidade Populacional** ou **Densidade Demográfica**.

Dessa forma, Densidade Demográfica = População Absoluta ÷ Área (Km²)

País Populoso: Aquele que possui uma grande população absoluta (total de habitantes).

País Povoado: Aquele que possui grande densidade demográfica (habitantes por Km²).

Taxa de Natalidade: Número de nascidos vivos (excluindo os natimortos) em um ano, tendo como base de cálculo mil habitantes.

Taxa de Mortalidade: Número de óbitos ocorridos no período de um ano a cada mil habitantes.

Taxa de Mortalidade Infantil: Número de óbitos de crianças com menos de doze meses de idade ocorridos em um ano, a cada mil habitantes.

Crescimento Vegetativo: Diferença existente entre a Taxa de Natalidade e a Taxa de Mortalidade. Também é chamado de **Crescimento Natural**.

Crescimento Demográfico: Trata-se do Crescimento Vegetativo somado à migração, calculada entre a entrada e a saída de pessoas de um território. Também é conhecido como **Crescimento Populacional**.

Taxa de Fecundidade: Número médio de filhos por mulher em idade de procriação (15 aos 49 anos).

População Flutuante: Conjunto de indivíduos presentes no território por um período de curta duração, por motivos recreativos, de turismo, visita a familiares ou de negócios.

População Economicamente Ativa: Corresponde aos habitantes que representam capacidade produtiva para o país, ou seja, aqueles que têm potencial de mão de obra.

Migrante: Todo aquele que muda de região ou país.

Emigrante: Todo aquele que deixa o local de nascimento.

Imigrante: Toda aquele que entra em uma nova região ou país.

Refugiado: Pessoa que está fora de seu país natal e que não pode retornar por perseguição baseada em motivos raciais, religiosos, de nacionalidade...

Deslocado Interno: Aquele que, em função de conflito armado, violência generalizada, violações a direitos humanos ou desastres naturais, é obrigado a deixar o local de residência, porém, permanece em seu país.

Solicitante de Asilo: Aquele que pede proteção internacional e aguarda a concessão de condição de refugiado.

TEORIAS DEMOGRÁFICAS

Com o crescimento populacional, ao longo dos séculos, a questão começou a ser refletida de maneira mais sistematizada.

O advento da Revolução Industrial, no século XVIII, representou não apenas uma transformação no modo de produção, mas também na organização socioespacial.

Assim, a Inglaterra, protagonista dessa nova forma de produção e organização espacial, foi berço da primeira teoria reflexiva sobre o crescimento populacional: a Teoria Malthusiana.

TEORIA MALTHUSIANA

O pastor anglicano Thomas Robert Malthus publicou, em 1798, o livro *Ensaio sobre o princípio da população*.

Para Malthus, a população, ao contrário da natureza, tinha potencial de crescimento ilimitado. Ou seja, a população mundial cresceria em um ritmo rápido, comparado por ele a uma progressão geométrica (1, 2, 4, 8, 16, 32, 64...), e a produção de alimentos cresceria em um ritmo lento, comparado a uma progressão aritmética (1, 2, 3, 4, 5, 6...).

Segundo o pensamento de Malthus, projetava-se uma tenebrosa sombra para o futuro da humanidade. Subnutrição, fome, doenças, infanticídios e guerras por disputas de territórios para ampliar a produção de alimentos seriam inevitáveis.

O antídoto para tal mal estaria naquilo que Malthus classificou como “controle moral”. Devido a sua formação religiosa, descartava os métodos contraceptivos e advogava pela abstinência sexual e o adiamento dos casamentos (estes só deveriam acontecer mediante a capacidade de sustentar a família).

À época, a obra fez muito sucesso, todavia, hoje suas ideias são consideradas ultrapassadas. Para os críticos de Malthus, não se elimina a falta de alimentos diminuindo o número de nascimentos entre a população mundial, mas com a redistribuição da riqueza produzida no mundo.

TEORIA NEOMALTHUSIANA

Essa teoria começou a se desenvolver no início do século XX. Porém, ela só ganha musculatura após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), em razão da explosão demográfica ocorrida nos países subdesenvolvidos.

Os defensores dessa teoria justificavam-na, argumentando que os países com elevadas taxas de crescimento populacional eram obrigados a investir grande parte de seus recursos em educação e saúde, em virtude da grande concentração de jovens.

Também afirmavam que o crescimento acelerado da população gerava a diminuição da sua renda *per capita*, impactando no desenvolvimento econômico, no desemprego e na pobreza. Com esse raciocínio, para aumentar a renda média dos habitantes, era necessário controlar o crescimento populacional.

Ao contrário da teoria original, os neomalthusianos eram favoráveis aos métodos anticoncepcionais, defendendo a sua utilização em massa, nos países subdesenvolvidos.

TEORIA ECOMALTHUSIANA

Essa variante da teoria de Thomas Robert Malthus questiona a relação de desequilíbrio entre o crescimento populacional e a disponibilidade de recursos naturais, além da capacidade da natureza em resistir à crescente intervenção humana, em função do aumento gradativo das populações.

Nesse sentido, o número crescente de pessoas na Terra demanda uma maior utilização de recursos naturais e, consequentemente, uma maior exploração dos elementos disponíveis na natureza. Logo, a tendência é que se chegue a um ponto em que haverá tantas pessoas no mundo que o meio ambiente não será capaz de suprir a necessidade de todos.

Outra linha de defesa do ecomalthusianismo é a de que a maior quantidade de habitantes na Terra também gera mais impactos ambientais, podendo prejudicar o clima, os solos e os recursos renováveis, de um modo geral. Até mesmo a ideia de sustentabilidade ficaria em xeque, uma vez que a sua definição trabalha com a ideia de garantir a natureza e os recursos naturais para as gerações futuras.

TEORIA REFORMISTA

A Teoria Reformista choca-se frontalmente com a Teoria Malthusiana. Os reformistas invertem a equação: a elevada taxa de natalidade não é causa, mas uma consequência direta do subdesenvolvimento. Isto é, se não houvesse pobreza, as pessoas teriam acesso à educação, saúde, higiene etc., o que regularia, de maneira natural, o crescimento populacional. Portanto, é exatamente a falta dessas condições que acarreta o crescimento desenfreado da população.

Os reformistas atribuem a desigualdade social à má divisão de renda na sociedade, ocasionada, sobretudo, pela exploração a que os países desenvolvidos submetem os países subdesenvolvidos.

Outra crítica dos estudos reformistas aos malthusianos diz respeito ao crescimento da produção. Para Malthus, esta crescia em ritmo inferior ao da população. Para os reformistas, contudo, isso também não é verdadeiro, pois, com o início da Revolução Industrial e a consequente revolução tecnológica, tanto a agricultura quanto a indústria aumentaram sua capacidade produtiva, resolvendo, dessa forma, o problema da produção.

FLUXOS MIGRATÓRIOS NA ATUALIDADE

Atualmente, os fluxos migratórios mundiais destinam-se com mais força para os países em desenvolvimento. Entre os fatores que explicam isso estão a crise econômica mundial, que atingiu de forma mais dura os países desenvolvidos, e o fato de que esses países dificultam cada vez mais a entrada de imigrantes. A xenofobia (aversão aos estrangeiros) cresce como bandeira de partidos políticos, em particular na União Europeia.

Afere-se que o mundo possui, na atualidade, 65,3 milhões de pessoas vivendo em situação de **refúgio** ou deslocamento. Esse número, informou o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), é o maior já visto desde que os registros se iniciaram.

A principal motivação que leva as pessoas a se deslocarem é econômica: a busca por melhores condições de vida e trabalho. Entretanto, existem situações de migração nas quais as pessoas são obrigadas a ir para longe de seus lares contra

a vontade, para escapar de uma perseguição religiosa ou política, de uma guerra, de violações a seus direitos humanos ou de calamidades naturais, como terremotos e secas severas.

O Brasil, nos últimos anos, tornou-se uma rota de imigrantes de países subdesenvolvidos da América Latina, Ásia e África.

TEXTOS COMPLEMENTARES

A PERPETUAÇÃO DA POBREZA

DRAUZIO VARELLA

As periferias das cidades brasileiras parecem umas com as outras: casas sem reboco, grades de segurança, fios elétricos emaranhados, vira-latas e criançada na rua. Há 13 anos faço programas de saúde para a televisão. Procuro gravá-los nos bairros mais distantes, por uma razão óbvia: lá vivem os que mais precisam de informações médicas.

Esta semana, como parte de uma série sobre primeiros socorros, gravamos a história de um menino de 2 anos que abriu sozinho a porta do forno, subiu nela e puxou do fogo o cabo de uma panela cheia de água fervente. A queimadura foi grave, passou duas semanas internado no hospital do Tatuapé, em São Paulo. Situada na periferia de Itaquera, a casa ocupava a parte superior de uma construção de dois andares. Subi por uma escada metálica inclinada e com degraus tão estreitos, que precisei fazê-lo com os pés virados de lado.

A porta de entrada dava numa cozinha com o fogão, a geladeira, as prateleiras com as panelas e uma pequena mesa. Um batente sem porta separava-a do único quarto, em que havia dois beliches, um guarda-roupa e uma divisória de compensado que não chegava até o teto, atrás da qual ficava a cama em que dormiam o pai e a mãe.

Nesse espaço exíguo viviam dez pessoas: o casal, seis filhos e dois netos. Os filhos formavam uma escadinha de 2 a 17 anos; os netos eram filhos das duas mais velhas, que engravidaram solteiras. O único salário vinha do pai, pedreiro. Por falta de pagamento, a luz tinha sido cortada há dois meses, os 300 reais da dívida a família não sabia de onde tirar.

No fim da gravação perguntei à mãe, uma mulher de 38 anos que pareciam 60, por que tantas crianças. Disse que o marido não gostava de camisinha, e que a existência dos netos não fora planejada, porque “essas meninas de hoje não têm juízo”.

Na periferia do Recife, de Manaus, de Cuiabá ou Porto Alegre a realidade é a mesma: a menina engravidada em idade de brincar com boneca, para de estudar para

cuidar do bebê que já nasce com o futuro comprometido pelo despreparo da mãe, pelas dificuldades financeiras dos avós que o acolherão e pelos recursos que terá de dividir com os irmãos.

Na penitenciária feminina, quando encontro uma presa de 25 anos sem filhos, tenho certeza de que é infértil ou gay. Não são raras as que chegam aos 30 anos com seis ou sete. Não fosse o tráfico, que alternativa teriam para sustentar as crianças?

Já escrevi mais de uma vez que a falta de acesso aos métodos de controle da fertilidade é uma das raízes da violência urbana, enfermidade que atinge todas as classes, mas que se torna epidêmica quando se dissemina entre os mais desfavorecidos. Essa afirmação causa desagrado profundo em alguns sociólogos e demógrafos, que a acusam de forma leviana por não se basear em estudos científicos. Afirmam que a taxa de natalidade brasileira já está abaixo dos níveis de reposição populacional.

É verdade, mas não é preciso pós-graduação em Harvard para saber que as médias podem ser enganosas. Enquanto uma mulher com nível universitário tem em média 1,1 filho, a analfabeta tem mais de 4. Enquanto 11% dos bebês nascem nas classes A e B, quase 50% vêm da classe E, com renda per capita mensal inferior a 75 reais.

De minha parte, acho que faz muita falta aos teóricos o contato com a realidade. Há necessidade de inquéritos epidemiológicos para demonstrar que os cinco filhos que uma mulher de 25 anos teve com vários companheiros pobres como ela, correm mais risco de envolvimento com os bandidos da vizinhança do que o filho único de pais que cursaram a universidade? Convido-os a sair do ar condicionado para visitar um bairro periférico de qualquer capital num dia de semana, para ver quantos adolescentes sem ocupação perambulam pelas ruas. Que futuro terão?

A falta de acesso ao planejamento familiar é a mais odiosa de todas as violências que a sociedade brasileira comete contra a mulher pobre.

Fonte: <<http://www.cartacapital.com.br/saude/a-perpetuacao-da-pobreza>>. Acesso em: 27 jul. 2016.

LEGISLATIVO CHINÊS APROVA FIM DA POLÍTICA DO “FILHO ÚNICO”

DA EFE

A Assembleia Nacional Popular da China (Legislativo) aprovou (...) o fim da política do “filho único”, ao permitir a todos os casais do país ter dois descendentes, uma decisão que entrará em vigor a partir do dia 1º de janeiro de 2016.

Os legisladores chineses deram o sinal verde a uma emenda à Lei de População e Planejamento Familiar que encerra mais de três décadas de uma estrita e controvertida política demográfica no país mais povoado do mundo.

O principal órgão legislativo chinês ratificou no fechamento de sua sessão bimestral a decisão adotada pelo Partido Comunista da China (PCCh) no dia 29 de outubro, quando se anunciou a histórica medida.

HISTÓRICO

As autoridades consideram que esta política evitou 400 milhões de nascimentos e constitui uma das chaves do forte crescimento econômico do país, que continua sendo, apesar de tudo, o mais populoso do mundo, com 1,37 bilhão de habitantes.

O controle de natalidade foi menos rígido entre as minorias étnicas e foi se flexibilizando em zonas rurais, onde os casais eram autorizados a ter um segundo filho se o primeiro fosse uma mulher.

Os funcionários a cargo do controle de natalidade autorizavam os nascimentos e impunham multas aos que ignorassem as normas, recorrendo em muitos casos a medidas controversas, como a esterilização forçada e os abortos em meses avançados de gestação.

Os abortos seletivos e os infanticídios em uma cultura tradicional com forte predileção pelos homens também provocaram um grave desequilíbrio demográfico: em 2014 foram registrados 116 nascimentos de homens para cada 100 mulheres (a relação no conjunto da população é de 105 homens para cada 100 mulheres).

A política do filho único também provocou um desequilíbrio de faixas etárias, com um processo de envelhecimento da população que gera enormes desafios futuros.

Em 2013, o governo autorizou os casais nos quais um dos membros fosse filho único a ter dois filhos. No entanto, a medida não fez a natalidade aumentar, como era esperado.

A nova legislação também permitirá legalizar a situação de milhões de cidadãos sem documentos oficiais, cobertura médica ou direito à educação pública por serem filhos de pais que não respeitaram a política do filho único.

Calcula-se que 13 milhões de chineses, cerca de 1% da população, não têm um visto de residência em ordem (o chamado “hukou”), indispensável para o pleno reconhecimento da cidadania, o acesso à escola ou a busca de emprego.

A nova lei parece insuficiente para defensores dos direitos humanos. Chen Guangcheng, um dos mais famosos ativistas chineses no exílio, pediu às autoridades a abolição completa do controle governamental sobre os nascimentos.

Fonte: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/12/legislativo-chines-aprova-fim-da-politica-do-filho-unico.html>>. Acesso em: 27 jul. 2016.

SUGESTÕES DE VÍDEOS

STRANGE Days On Planet Earth. [S.l.]: PBS e National Geographic, 2005ano.
Duração: 47 min.

ENVELHESCÊNCIA. Direção: Gabriel Martinez. Brasil: [s.n.], 2015. Duração: 84 min.

FILHOS da Esperança. Direção: Alfonso Cuarón. Estados Unidos: [s.n.], 2006.
Duração: 110 min.

SURPLUS. Direção: Erick Gandini. Suécia: [s.n.], 2003. Duração: 50 min.

EXERCÍCIOS

1 – (ESPM) Observe a afirmação:

Há somente um homem excedente na Terra: Malthus.

P. J. Proudhon

Com essa frase, o líder anarquista procurava criticar:

- a) a tese de que a diminuição gradual da população, a partir das mudanças implementadas pela Revolução Industrial e urbanização, comprometeria o chamado “exército de reserva”.
- b) a tese do crescimento geométrico da produção alimentar em contraposição ao crescimento aritmético da população.
- c) os marxistas que faziam a apologia do crescimento demo- gráfico do proletariado como estratégia revolucionária.
- d) a tese reformista em não reconhecer que o crescimento demográfico descontrolado supera e compromete a produção alimentar que cresce em ritmo aritmético.
- e) a tese demográfica proposta por Thomas Malthus em atribuir ao crescimento demográfico a responsabilidade pelas mazelas sociais.

2 – (UFU) O crescimento demográfico está ligado a dois fatores: crescimento natural ou vegetativo, que corresponde à diferença entre nascimento e óbitos verificada numa população, e a taxa de migração, que é a diferença entre a entrada e a saída de pessoas de um território.

Em relação ao crescimento demográfico, analise as afirmativas abaixo.

I - Pelo princípio malthusiano, a população tenderia sempre a crescer mais do que os meios de subsistência, tornando a fome e a miséria uma realidade inexorável (PG

x PA). Uma alternativa lógica para se evitar o desastre populacional seria o controle da natalidade por meio do uso de métodos contraceptivos, aborto, abstinência sexual no casamento etc.

II - Os avanços da medicina, as medidas de avanço da higiene pública e a melhoria do padrão de vida da população possibilitaram uma forte redução da taxa bruta de mortalidade em todo o mundo. Para os neomalthusianos, a queda da mortalidade não tem efeito se não for seguida da redução da taxa de fecundidade, pois impediria o crescimento econômico do país. Por isso, a solução seria o controle da fecundidade, por meio de métodos contraceptivos e esterilização em massa.

III - Uma das consequências da queda da fecundidade brasileira são taxas de crescimento diferenciadas dos vários grupos etários, com taxas menores para os grupos mais jovens. Isto tem resultado numa diminuição do peso da população jovem no país e num aumento da importância do segmento idoso. Esta tendência é chamada de envelhecimento populacional, pois se dá em detrimento da diminuição do peso da população jovem no total, o que acarreta também um aumento da idade média e mediana da população.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas I é verdadeira.
- b) I e III são verdadeiras.
- c) I e II são verdadeiras
- d) II e III são verdadeiras.

3 – (PUCRJ)



Fonte: Adaptado de IBGE: Censo Demográfico, Contagem da População, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), estimativas e projeções demográficas, 2005.

Há diversas interpretações sobre as melhorias das condições de vida frente a alguns dados populacionais. Todavia, a conclusão adequada para o indicador demográfico apresentado na charge é a de que ele:

- a) atrapalha as políticas sociais de Estado por ser um dado estatístico.
 - b) desconsidera as condições ambientais em que as pessoas vivem.
 - c) sugere, apenas, melhorias nas condições de vida devido à imprecisão dos dados.
 - d) oculta os interesses particulares de agentes econômicos internacionais.
 - e) reduz a mobilização social contra os problemas de saúde dos mais pobres.
- 4 – (FUVEST) As previsões catastrofistas dos “neomalthusianos” sobre o crescimento demográfico e sua pressão sobre os recursos naturais não se confirmaram, notadamente, porque
- a) o processo de globalização permitiu o acesso voluntário e universal a meios contraceptivos eficazes, impactando, sobretudo, os países em desenvolvimento.
 - b) a nova onda de “revolução verde”, propiciada pela introdução dos transgênicos, afastou a ameaça de fome epidêmica nos países mais pobres.
 - c) as ações governamentais e a urbanização implicaram forte queda nas taxas de natalidade, exceto em países muçulmanos e da África Subsaariana, entre outros.
 - d) o estilo de vida consumista, maior responsável pela degradação dos recursos naturais, vem sendo superado desde a Conferência Rio-92.
 - e) os fluxos migratórios de países pobres para aqueles ricos que têm crescimento vegetativo negativo compensaram a pressão sobre os recursos naturais.

5 – (UPE)

Tendências globais em fecundidade

A população mundial ultrapassou os 7 bilhões e está projetada para alcançar 9 bilhões até 2050. Em termos gerais, o crescimento populacional é maior nos países mais pobres, onde as preferências de fecundidade são mais altas, onde os governos carecem de recursos para atender à crescente demanda por serviços e infraestrutura, onde o crescimento dos empregos não está acompanhando o número de pessoas que entram para a força de trabalho e onde muitos grupos populacionais enfrentam grandes dificuldades no acesso à informação e aos serviços de planejamento familiar.
Fonte: Population Reference Bureau, 2011.

Com base no texto, é **CORRETO** afirmar que

- a) as taxas de nascimento da população mundial têm declinado vagarosamente, contudo há grandes disparidades entre as regiões mais e menos desenvolvidas, como na África Subsaariana, onde as mulheres têm três vezes mais filhos, em média, que as das regiões mais desenvolvidas do mundo.
- b) a pobreza, a desigualdade de gênero e as pressões sociais revelam acesso desigual aos meios de prevenção à gravidez, mas não são consideradas nos índices demográficos.

ficos como indicadores da persistente alta da taxa de fecundidade no mundo em desenvolvimento.

c) o aumento do uso de contraceptivos é consideravelmente responsável pelo aumento das taxas de fecundidade nos países desenvolvidos. Globalmente, cerca de quatro mulheres escolarizadas, sexualmente ativas e na idade reprodutiva não adotam o planejamento familiar.

d) a taxa de fecundidade total é uma medida mais direta do nível de longevidade que a taxa bruta de natalidade, uma vez que se refere ao envelhecimento da população feminina. Esse indicador mostra o potencial das mudanças de gênero nos países.

e) uma média de cinco filhos por mulher é considerada a taxa de substituição de uma população, provocando uma relativa instabilidade em termos de números absolutos. Taxas acima de cinco filhos indicam população crescendo em tamanho cuja idade média está em ascensão.

6 – (UEA)

Especialista propõe redefinir conceito de idoso

Condições de vida e de saúde mudaram desde a criação do Estatuto do Idoso, que completa 10 anos em outubro.

“A definição de população idosa ficou velha?” Quem levanta a questão é a demógrafa Ana Amélia Camarano, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Ela propõe redefinir o conceito na Lei n. 10.741/2003, o Estatuto do Idoso, que completa 10 anos em outubro e, há uma década, estipulou como população idosa, para diversos fins, quem tem 60 anos de idade ou mais. “Em 1994, a esperança de vida ao nascer da população brasileira foi estimada em 68,1 anos. Entre 1994 e 2011, este indicador aumentou 6 anos, alcançando 74,1. Isso tem sido acompanhado por uma melhoria das condições de saúde física, cognitiva e mental da população idosa, bem como de sua participação social. Em 2011, 57,2% dos homens de 60 a 64 anos participavam das atividades econômicas”, destaca a pesquisadora.

Fonte: <www.ipea.gov.br>. Adaptado.

A redefinição do conceito de idoso é uma proposta que responde às mudanças encontradas nos setores público e privado, diretamente associados com o aumento da expectativa de vida dos brasileiros. É característica que contribui para este cenário:

a) o exercício pleno da manipulação genética, selecionando desde a metade do século XX apenas os indivíduos portadores dos genes da longevidade.

b) a mudança no padrão de consumo do brasileiro, que a partir de 1994 eliminou o consumo de alimentos industrializados e incentivou a compra de artigos esportivos.

- c) o estabelecimento de benefícios públicos, como a instituição de meia-entrada e o transporte público gratuito para a população idosa.
- d) a dificuldade de uma aposentadoria segura, obrigando as pessoas a participarem das atividades econômicas até os 64 anos.
- e) o acesso crescente a serviços de educação e saúde, condição que amplia as informações sobre o bem-estar da população e evita mortes precoces pela falta de tratamento.

7 – (FUVEST) Tendo em vista a dinâmica mundial dos movimentos migratórios na atualidade, qual das afirmações a seguir pode ser considerada correta?

- a) As graves crises econômicas e políticas que estão ocorrendo na África, têm feito com que as fronteiras de alguns países sejam palco de afluxo de milhares de refugiados, produzindo o que podemos chamar de “fronteiras em caos”.
- b) A fronteira que separa a Europa do Noroeste da África mantém a mesma abertura da década de 50 e essa situação é de suma importância para o fluxo migratório em direção à Europa.
- c) Na África, as migrações entre países pobres não encontram impedimentos por parte dos Estados, fato que provoca uma grande mobilidade da população em todo o território africano.
- d) As migrações oriundas da região do Caribe, em direção à América do Norte, não conhecem nenhum tipo de obstáculo, fato que tem contribuído para o aumento dos fluxos migratórios.
- e) As “fronteiras abertas” dos países da Europa Ocidental têm permitido o livre fluxo de imigrantes oriundos, principalmente, dos países do Caribe e da África que apresentam graves problemas econômicos.

8 – (UFMT) O Brasil tem recebido um elevado número de migrantes haitianos, que entram no Brasil pelo Acre e acabam chegando à cidade de São Paulo. Sobre esse fluxo migrante, é correto afirmar que

- a) a destruição de parte do Haiti, observada principalmente em Porto Príncipe, a capital, devido a um intenso terremoto ocorrido em 2010, permitiu grande ajuda internacional, que incluiu estímulo à migração.
- b) o Brasil é o país com maior comércio externo com o Haiti, com protocolos de troca de mão de obra entre esses países.
- c) a crise econômica que assola o Haiti gera uma elevada taxa de migração, apoiada pelo programa Minustah, do NAFTA.
- d) as forças de ocupação, lideradas pelos EUA, exercem forte ação repressiva sobre a população, que tem emigrado em massa.

e) o crescimento econômico do Brasil é um fator favorável à entrada de um grande número desses haitianos, atraídos pela possibilidade de melhores empregos e salários.

Respostas

- 1) E
- 2) D
- 3) C
- 4) C
- 5) A
- 6) E
- 7) A
- 8) E

PROPOSTA DE REDAÇÃO FUVEST 2014.

A DISCRIMINAÇÃO CONTRA IDOSOS

Leia o seguinte extrato de uma reportagem do jornal inglês *The Guardian*, de 22 de janeiro de 2013, para em seguida atender ao que se pede:

O ministro de finanças do Japão, Taro Aso, disse na segunda-feira (dia 21) que os velhos deveriam “apressar-se a morrer”, para aliviar a pressão que suas despesas médicas exercem sobre o Estado

“Deus nos livre de uma situação em que você é forçado a viver quando você quer morrer. Eu acordaria me sentindo cada vez pior se soubesse que o tratamento é todo pago pelo governo”, disse ele durante uma reunião do conselho nacional a respeito das reformas na segurança social. “O problema não será resolvido, a menos que você permita que eles se apressem a morrer”.

Os comentários de Aso são suscetíveis de causar ofensa no Japão, onde quase um quarto da população de 128 milhões tem mais de 60 anos. A proporção deve atingir 40% nos próximos 50 anos.

Aso, de 72 anos de idade, que tem funções de vice-primeiro-ministro, disse que iria recusar os cuidados de fim de vida. “Eu não preciso desse tipo de atendimento”, declarou ele em comentários citados pela imprensa local, acrescentando que havia redigido uma nota instruindo sua família a negar-lhe tratamento médico para prolongar a vida.

Para maior agravo, ele chamou de “pessoas tubo” os pacientes idosos que já não conseguem se alimentar sozinhos. O ministério da saúde e do bem-estar, acrescentou, está “bem consciente de que custa várias dezenas de milhões de ienes” por mês o tratamento de um único doente em fase final de vida.

Mais tarde, Aso tentou explicar seus comentários. Ele reconheceu que sua linguagem fora “inapropriada” em um fórum público e insistiu que expressara apenas sua preferência pessoal.

“Eu disse o que eu, pessoalmente, penso, não o que o sistema de assistência médica a idosos deve ser”, declarou ele a jornalistas.

Não foi a primeira vez que Aso, um dos mais ricos políticos do Japão, questionou o dever do Estado para com sua grande população idosa. Anteriormente, em um encontro de economistas, ele já disse: “Por que eu deveria pagar por pessoas que apenas comem e bebem e não fazem nenhum esforço? Eu faço caminhadas todos os dias, além de muitas outras coisas, e estou pagando mais impostos”.

Fonte: <theguardian.com>. Tuesday, 22 January 2013. Traduzido e adaptado.

Considere as opiniões atribuídas ao referido político japonês, tendo em conta que elas possuem implicações éticas, culturais, sociais e econômicas capazes de suscitar questões de várias ordens: essas opiniões são tão raras ou isoladas quanto podem parecer? O que as motiva? O que elas dizem sobre as sociedades contemporâneas? Opiniões desse teor seriam possíveis no contexto brasileiro? Como as jovens gerações encaram os idosos?

Escolhendo, entre os diversos aspectos do tema, os que você considerar mais relevantes, redija um texto em prosa, no qual você avalie as posições do citado ministro, supondo que esse texto se destine à publicação — seja em um jornal, uma revista ou em um site da internet.

INSTRUÇÕES:

A Redação dever ser uma dissertação, escrita de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

Escreva, no mínimo, 20 linhas, com letra legível. Não ultrapasse o espaço de 34 linhas da folha de redação.

Dê um título a sua redação.

3 HISTÓRIA

3.1 A ATUAÇÃO DOS GRUPOS SOCIAIS E OS GRANDES PROCESSOS REVOLUCIONÁRIOS DO SÉCULO XX. REVOLUÇÃO BOLCHEVIQUE, REVOLUÇÃO CHINESA E REVOLUÇÃO CUBANA

REVOLUÇÃO BOLCHEVIQUE

Até a segunda metade do século XIX, a sociedade russa era essencialmente agrária.

O país era governado por um regime autocrático, centralizado na figura do Czar. Mais de 80% da população eram formados por camponeses pobres, que estavam sujeitos à fome, à pobreza e ao analfabetismo.

Com o desenvolvimento industrial, muitos camponeses foram atraídos para as cidades, formando uma camada de operários mal remunerados. Enquanto isso, a burguesia industrial enriquecia, tornando mais evidentes as desigualdades sociais na Rússia czarista.

O contraste entre ricos e pobres propiciaram a difusão de ideologias como o socialismo, inspirado nas ideias de Marx. Assim, no início do século XX surgiram partidos de oposição à autocracia do czar Nicolau II. Entre esses partidos, o principal era o partido Operário Social Democrata Russo (POSDR). Em 1903, por causa de divergências ideológicas, os membros desse partido se dividiram entre bolcheviques (maioria) e mencheviques (minoria) (PELLEGRINI et al, 2010, p.64).

No início do século XX, surgiram revoltas populares e greves, as quais foram duramente reprimidas pelas tropas imperiais.

Esse quadro de dificuldades vai se agravando com a entrada da Rússia na Primeira Guerra Mundial. A situação de pobreza aumenta, uma vez que toda a economia estava voltada para despesas da Guerra. No inverno de 1917, uma onda de fome assolou a Rússia. A população, então, organizou várias greves, saqueou lojas e depredou tribunais e delegacias. Nem mesmo os soldados reagiram contra a população.

GOVERNO PROVISÓRIO

O regime czarista deu lugar a um governo provisório. O governo provisório realizou importantes reformas. No entanto, durante esse período, a Rússia continuou engajada na Primeira Guerra Mundial, o que contribuiu para manter a situação de miséria social pela qual passava a maioria da população.

GOVERNO BOLCHEVIQUE

Nesse contexto, o Partido Bolchevique organizou a oposição contra o governo provisório.

Contando com tropas de trabalhadores armados, além das unidades militares que guarneциam Petrogrado, os revolucionários, liderados por Lênin e Trotsky, não tiveram dificuldades em derrubar o governo provisório.

A CONTRARREVOLUÇÃO E A GUERRA CIVIL

Depois que a Rússia se retirou da Primeira Guerra, houve uma coalizão de grupos anticomunistas para derrubar o regime socialista, implantado pelos bolcheviques.

Durante a Guerra Civil, período que durou de 1918 a 1920, instaurou-se o chamado comunismo de guerra, que consistia na estatização da economia e numa severa disciplina no Exército e nas fábricas.

Com o fim da Guerra Civil, o Partido Comunista adotou a Nova Política Econômica (NEP), para reconstruir o país.

A política da NEP consistia na adoção de medidas da iniciativa privada, num processo de transição, que Lênin chamaria de recuo estratégico.

A MORTE DE LÊNIN E ASCENSÃO DE STALIN

Após a morte de Lênin, sobe ao poder Stalin, defensor do fortalecimento do socialismo na Rússia, que logo entra em atrito com Trotsky. Stalin torna-se senhor absoluto do poder, na Rússia, instituindo assim a ditadura stalinista, marcada pelo total controle e repressão das oposições.

REVOLUÇÃO CHINESA

Segundo Daniel Aarão Reis Filho (1999), “a Revolução chinesa, vitoriosa em outubro de 1949, foi, antes e acima de tudo, uma guerra camponesa, uma revolução agrária, por meio da qual se concretizou um sonho ancestral: o da distribuição igualitária da terra. Ao mesmo tempo, adquiriu caráter essencialmente nacional, contra o invasor japonês.” (p.58-59).

DO IMPERIALISMO AO SOCIALISMO

A partir de 1927, vai ter início uma longa disputa pelo poder, entre nacionalistas e comunistas. Vitoriosos, os comunistas, liderados por Mao Tse Tung, implantaram o socialismo na China. Após a Revolução Chinesa de 1949, Mao Tse Tung, o grande Timoneiro da condução do país, instaurou um regime totalitário controlado pelo partido comunista chinês. A princípio, adotou o modelo soviético de economia planificada.

REVOLUÇÃO CULTURAL (1966-1976)

A Revolução Cultural perseguiu pessoas, impôs os pensamentos de Mao, os quais estavam expressos no *Livro Vermelho*, e colocou o país no isolamento em escala internacional.

ECONOMIA SOCIALISTA DE MERCADO

Após a morte de Mao, iniciou-se um processo de abertura econômica na China. Em 1978, visando a contornar os problemas econômicos do país, Deng Xiao Ping decidiu introduzir mudanças na economia, adotando elementos da iniciativa privada. As reformas foram realizadas em quatro setores da economia: indústria, agricultura, defesa e tecnologia.

A REVOLUÇÃO CUBANA

A situação de Cuba, antes da Revolução, era marcada pela presença de empresários norte-americanos, que exploravam as principais atividades econômicas do país.

Empresários norte-americanos se tornaram grandes produtores de açúcar, investiam em hotéis e cassinos, locais de lazer de ricos cidadãos norte-americanos, onde a droga e a prostituição eram uma constante.

Os camponeses e trabalhadores viviam em condições miseráveis, submetidos ao poder de ditadores apoiados pelos EUA.

Dante desse quadro, Fidel Castro, após o fracasso do ataque ao Quartel De Moncada, planejou outro ataque para derrubar o poder o ditador Fulgêncio Batista. O plano fracassou, porém, os poucos sobreviventes dirigiram-se para a Ilha de Sierra Maestra, a fim de reagrupar forças. Lá, eles conseguiram apoio de muitos camponeses. O argentino Ernesto “Che” Guevara, que fazia parte do grupo, editava um pequeno jornal que fazia campanha contra Batista e pregava a revolução.

O movimento guerrilheiro foi avançando sempre em direção à capital. No dia 1º de janeiro de 1959, Fulgêncio Batista fugiu para os Estados Unidos. Os guerrilheiros chegam a Havana e assumem o poder.

As primeiras medidas tomadas pelo governo revolucionário foram a reforma agrária e a nacionalização de algumas empresas estrangeiras.

Diante da ferrenha oposição norte-americana, o governo de Fidel alinhou-se com à União Soviética.

Com o embargo comercial imposto a Cuba, a produção do açúcar passou a ser comprada pelos países socialistas. Em troca do açúcar, Cuba recebia produtos industrializados dos países alinhados com a URSS.

A Revolução Cubana trouxe grandes avanços no campo social. Investiu maciçamente nos setores de educação e saúde, o que levou à erradicação do analfabetismo, à redução da mortalidade infantil e ao aumento da expectativa de vida, no país.

Os reflexos dessa mudança foram sensíveis em toda a América Latina. Tentativas de invasão à Ilha, patrocinadas pelos EUA, fracassaram, contudo, as hostilidades ao governo da Ilha permanecem.

Após o fim da Guerra Fria, Cuba se vê confrontada a uma nova realidade. Sem poder contar com o apoio da URSS, extinta em 1991, Cuba inicia um processo de abertura da sua economia.

3.2 A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Inicia-se na Inglaterra, em meados do século XVIII, um processo de desenvolvimento técnico, econômico e social denominado Revolução Industrial.

As transformações decorrentes desse processo relacionam-se com a substituição da produção artesanal e manufatureira e se caracterizam pela presença de trabalhadores assalariados, com o uso predominante de máquinas movidas a vapor e pela produção em série.

O PIONEIRISMO INDUSTRIAL INGLÊS

O processo de mecanização crescente da atividade industrial ocorreu principalmente na Inglaterra. As condições que explicam esse pioneirismo inglês são:

- **Revolução gloriosa**, no século XVII, quando a burguesia inglesa se tornou um grupo social poderoso, que, aliado à nobreza rural, promoveu o crescimento econômico do país, lançando as bases para o avanço da industrialização;

- **Acumulação de capital:** para dar impulso ao processo de industrialização, fazia-se necessário o acúmulo de capital, algo que a burguesia inglesa foi realizando, ao longo da Idade Moderna, com a expansão do comércio e as transformações havidas na estrutura agrária. Essa acumulação se deu, em boa parte, graças principalmente à exploração do mundo colonial;
- **Mão de obra disponível:** fator fundamental. O sistema de fábrica exige um trabalhador despojado, um homem sem condições de garantir de outra maneira sua subsistência, pronto a aceitar a disciplina do trabalho fabril. Grandes levas de trabalhadores camponeses, em razão do cercamento das terras comunais, processo chamado *enclosures*, o qual substituía a produção agrícola pela criação de carneiro para fornecimento de lã, foram obrigados a migrar para as cidades (êxodo rural), onde passaram a trabalhar nas indústrias que estavam surgindo, em troca de salário miserável;
- **Recursos naturais:** importante destacar que o território inglês contava, em seu subsolo, com grandes jazidas de carvão mineral, importante fonte de energia para o funcionamento das indústrias, na época, de minério de ferro, importante matéria-prima do início da industrialização;
- **Posição geográfica:** o fato de a Inglaterra ser uma ilha situada à margem da Europa Ocidental facilitou o acesso ao comércio marítimo e à exploração dos grandes mercados ultramarinos.

FASES DA INDUSTRIALIZAÇÃO

Alguns historiadores costumam classificar em fases ou etapas o desdobramento da Revolução Industrial do século XVIII.

PRIMEIRA ETAPA (1760 – 1860)

Nesse período, a industrialização ficou mais concentrada no Reino Unido. O destaque foi o desenvolvimento da indústria têxtil, ou seja, a produção de tecidos de algodão com a utilização de teares mecânicos. Soma-se a isso o aperfeiçoamento e o emprego da máquina a vapor. Esse estágio costuma também ser conhecido como Primeira Revolução Industrial.

SEGUNDA ETAPA (1860 – 1900)

A industrialização, nesse período, espalhou-se para outros países da Europa, como Bélgica, França, Alemanha, Itália e Rússia. Alcançou também outros continentes,

como os Estados Unidos da América e o Japão, na Ásia. O progresso tecnológico foi tão significativo, nessa época, que ela costuma ser caracterizada como Segunda Revolução Industrial. As principais inovações técnicas foram o uso do aço, da energia elétrica e dos combustíveis petrolíferos. Relevante também foi a invenção do motor a explosão e o desenvolvimento de produtos químicos. Além disso, foram inventados o telefone, o rádio e o cinema, o que contribuiu para impulsionar o campo da comunicação.

TERCEIRA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Costuma-se denominar Terceira etapa ou Terceira Revolução Industrial os processos tecnológicos e as transformações ocorridas no mundo do trabalho, com repercussões em todos os setores da sociedade, desde meados do século XX.

[...] alguns analistas e historiadores contemporâneos passaram a considerar a existência de uma Terceira Revolução industrial em razão do impacto de novas tecnologias como o microcomputador, a microeletrônica, a robótica, a engenharia genética, a telemática uso do computador e das telecomunicações como o fax, celular, internet, televisão) entre outras. Como ocorreu na primeira etapa da revolução Industrial, entre as principais consequências dessa terceira Revolução industrial está o aumento da produtividade, com a utilização de um número cada vez menor de trabalhadores. O resultado dessa equação tem sido o aumento generalizado do desemprego em todo o mundo (COTRIM, v. 2, 2013, p.120).

IMPACTOS SOCIAIS DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Vimos que, no início da industrialização, na Inglaterra, aconteceu um êxodo do campo para a cidade, a qual recebeu grande contingente de camponeses em busca de trabalho, que o “vendiam” sob condições totalmente desfavoráveis, em troca de salário.

Para aumentar os lucros e expandir suas empresas, os industriais ingleses, além de conquistarem mercados consumidores, precisavam também de mão de obra barata para trabalhar nas fábricas. Assim, de modo geral, os trabalhadores tinham que se sujeitar aos salários baixíssimos. Por essa razão, toda a família era obrigada a trabalhar nas fábricas, inclusive as mulheres e as crianças.

Em diversas indústrias, os operários cumpriam mais de 18 horas de trabalho por dia. Para se ter uma ideia do que isso significava, vale ressaltar que, na Inglaterra, por volta de 1780, um operário vivia em média 55 anos e trabalhava 125 mil horas, ao longo da vida. Atualmente, nos países desenvolvidos, o operário vive cerca de 78 nos e trabalha 699 mil horas ao longo da vida.

Além das jornadas estafantes, das péssimas condições de trabalho e dos salários baixíssimos, o trabalhador vivia muito mal, sem ter direitos que lhe assegurassem condição digna de existência.

RESISTÊNCIA OPERÁRIA

Diante das más condições de trabalho, os conflitos entre os operários e empresários eram cada vez maiores.

Na Inglaterra, como em outras regiões da Europa, houve casos de grupos de operários que invadiram fábricas e destruíram máquinas. Para eles, as máquinas representavam o desemprego, a miséria, os salários baixos e a opressão.

Com o tempo, os trabalhadores foram percebendo que a luta do movimento operário não devia ser dirigida contra as máquinas, mas contra o sistema de injustiça criado pelo capitalismo industrial. Surgiram, então, na Inglaterra, no final do século XVIII, organizações operárias que iniciaram a luta por melhores salários e condições de vida para os trabalhadores, dando origem aos primeiros sindicatos.

ALIENAÇÃO

A Revolução Industrial também trouxe grandes mudanças na relação dos trabalhadores com a produção e o produto do seu trabalho.

No processo produtivo, visando a aumentar a produtividade, o trabalho operário foi subdividido em múltiplas operações, realizadas em linha de montagem. Essa divisão do trabalho conduziu à especialização dos trabalhadores e à perda da noção de conjunto, levando ao que se denominou alienação.

O aumento da produção em série também colaborou para igualar e massificar o gosto dos compradores de produtos industriais, pois começaram a ser produzidas e comercializadas grandes quantidades de um mesmo artigo.

AUMENTO DA POPULAÇÃO URBANA

A expansão industrial impulsionou igualmente o processo de urbanização, devido à concentração de indústrias e ao afluxo de grandes massas de trabalhadores. Como resultado, a população urbana aumentou rapidamente.

EVOLUÇÃO DOS TRANSPORTES E DA COMUNICAÇÃO

A industrialização contribuiu diretamente para o progresso dos meios de transporte e de comunicação, sem os quais seria impossível vender os produtos industrializados no mercado. Algumas invenções importantes nessa área foram o navio a vapor, a locomotiva, o telégrafo e o telefone.

3.3 DIFERENTES FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO: ESCRAVAGISMO ANTIGO, FEUDALISMO, CAPITALISMO, SOCIALISMOS

PRODUÇÃO ESCRAVAGISTA

A característica distintiva das relações de produção da sociedade escravista é a propriedade privada dos senhores de escravos, não só sobre os meios de produção, mas também sobre os próprios escravos. Os escravos não eram somente explorados, comprados e vendidos como gado, mas também o seu dono podia, inclusive, matá-los impunemente.

O escravagista apropriava-se do produto total do trabalho escravo e fornecia-lhe só a mínima quantidade dos meios de subsistência, o suficiente para que não morresse de fome e pudesse continuar trabalhando. Nessa forma de produção, o escravista beneficiava-se tanto do produto suplementar quanto de uma parte considerável do produto necessário do trabalho dos escravos.

A economia escravagista só era lucrativa devido à exploração do trabalho de grandes massas de escravos.

A principal fonte de fornecimento de mão de obra escrava, sobretudo na Grécia e Roma, na Antiguidade, era a Guerra. A escravidão era a sorte reservada não só aos prisioneiros de guerra, como também a uma parte importante da população dos territórios conquistados.

O emprego amplo da mão de obra escrava eximia os escravagistas de todo o trabalho físico, que descarregavam sobre os escravos.

Os senhores de escravos olhavam com desprezo o trabalho físico, no qual viam uma ocupação indigna de homens livres.

O regime escravagista assentou as bases para a oposição entre o trabalho físico e o trabalho intelectual, criando a cisão entre um e outro.

A lei econômica fundamental do regime escravagista pode definir-se, portanto, como a produção de produtos suplementares para ser apropriado pelos escravistas, mediante feroz exploração das massas de escravos que lhes pertenciam em plena propriedade (OSTROVITIANOV e LEONTIEV, 1988, p.35).

As sociedades escravagistas atingiram suas formas mais desenvolvidas no mundo antigo, na Grécia e em Roma. Entretanto, encerravam em si mesmas insuportáveis contradições que haviam de levá-las à ruína.

ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO NO FEUDALISMO

Os elementos do feudalismo foram sendo gestados, já no seio da sociedade escravista, sob a forma de colonato. Os colonos eram obrigados a trabalhador a terra de seus senhores, o grande proprietário da terra, pagando-lhes determinadas rendas em dinheiro ou entregando-lhes uma parte considerável da sua colheita; em acréscimo, tinham de realizar em favor deles diversos serviços. Assim, essa forma de trabalho tornou-se mais produtiva e foi substituindo gradativamente o trabalho escravo.

As dificuldades de repor a mão de obra escrava, a baixa produtividade desse trabalho e as constantes insurreições dos escravos foram condições determinantes para a emergência de outros modos de produção.

A conquista do Império Romano acelerou a desintegração do regime escravista, promovendo a ruralização da sociedade.

AS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO DA SOCIEDADE FEUDAL. A EXPLORAÇÃO DOS CAMPONESES PELOS SENHORES FEUDAIS

O regime feudal caracterizava-se pela exploração dos camponeses pelos senhores feudais. A dominação destes baseava-se na grande propriedade feudal sobre a terra e na sujeição pessoal do camponês ao senhor feudal. O camponês dependente ao senhor feudal não era um escravo, embora estivesse em situação de servidão. Ao contrário do escravo, possuía uma economia própria baseada em seu trabalho individual (OSTROVITIANOV e LEONTIEV, 1988, p.43-44).

Os camponeses estavam, de diversos modos, vinculados à terra; eram, portanto, obrigados a trabalhar para o detentor da terra, entregando-lhe parte substancial do que produziam.

Esse sistema perdurou por vários séculos, na Europa Ocidental, assumindo características peculiares nas diversas regiões onde se desenvolveu.

A contradição de classe fundamental da sociedade feudal era entre os senhores feudais e os servos. A luta dos camponeses explorados contra os proprietários de terra manteve-se ao longo de toda essa época do feudalismo e assumiu um caráter explorador de que os servos eram objetos.

Segundo Ostrovitianov e Leontiev (1988, p.55-56) “O desenvolvimento das forças produtivas da sociedade feudal chocava-se cada vez mais, com os estreitos limites em que se desenvolviam as relações de produção feudal. A produtividade do trabalho camponês, com seu caráter forçado, era extraordinariamente barreiras impostas pelas normas e regulamentos corporativos. O regime feudal caracterizava-se pelo desenvolvimento de produção.”

A passagem do feudalismo ao capitalismo, nos países da Europa Ocidental, operou-se através de revoluções burguesas. A burguesia ascendente valeu-se da luta dos camponeses contra os proprietários de terra para acelerar a queda do feudalismo, substituir a exploração feudal pela exploração capitalista e tomar nas suas mãos o poder político.

ORGANIZAÇÃO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

Durante a Idade Moderna, predominou o denominado capitalismo comercial e, nessa fase, foram acumulados os capitais necessários para a Revolução Industrial, a qual transformou profundamente o modo de produção da Europa Ocidental. O capitalismo é baseado na propriedade privada dos meios de produção (máquinas, ferramentas, fábricas e matérias-primas) e no trabalho assalariado.

O capitalismo não se desenvolveu no mesmo ritmo e na mesma época em todos os países. Dessa forma, o processo de formação do mercado de trabalho também assumiu características diferenciadas entre eles.

Com o surgimento das fábricas, a partir do século XVIII, na Inglaterra, e depois em outros países, apareceram também os proprietários das máquinas.

Se a mecanização revolucionou o modo de produzir mercadorias, colocou o trabalhador debaixo de ordem.

Assistiu-se, dessa maneira, ao processo de acumulação da mais valia, ou seja, as horas que os trabalhadores trabalhavam a mais, sem receber por elas.

Durante a Revolução Industrial, os operários, nas indústrias, eram submetidos a jornadas de trabalhos exaustivas, chegando a 16 horas por dia, em ambientes insalubres, sujeitando-se a rigorosa disciplina e sem ter nenhum direito trabalhista assegurado.

Com o passar do tempo e com as organizações e lutas, os trabalhadores foram conquistando direitos e assegurando condições de trabalho e de vida mais dignas.

O capitalismo também foi se transformando, entretanto, com momentos de expansão, retratação e depressão. O desenvolvimento tecnológico, nas mais diferentes áreas do conhecimento, propiciou ao capitalismo concentração de capitais sem precedentes na história humana.

Atualmente, com a chamada Terceira Revolução Industrial, grandes avanços tecnológicos têm repercutido intensamente na produção econômica e no trabalho no mundo como um todo. Assim, alguns historiadores e analistas contemporâneos passam a considerar a existência de uma terceira fase ou etapa da Revolução Industrial, dado o impacto de novas tecnologias, como o microcomputador, a micro-

eletrônica, a robótica, a engenharia genética, a telemática, entre outras. O emprego dessas novas tecnologias propicia o aumento da produtividade com o concurso de um número cada vez menor de trabalhadores. O resultado dessa equação tem sido o aumento generalizado do desemprego, em todo o mundo.

Se, por um lado, o Modo de Produção Capitalista, empregando essas novas tecnologias, consegue taxas de produtividade altíssima e concentração de capitais, por outro lado, é responsável pelo aumento do desemprego e de pobreza em quase todos os países que adotam a economia do mercado, na atualidade. Além desse problema social gravíssimo, o Modo de Produção Capitalista gera sérias consequências para o meio ambiente, com a degradação constante da natureza.

Hoje, muitos naturalistas, ecologistas e estudiosos das mais diferentes áreas do conhecimento vêm alertando a humanidade sobre o perigo de um colapso, a persistir esse modelo capitalista de produção e consumo.

Portanto, em que pese o grande avanço tecnológico e uma produção de riqueza inédita na história da humanidade, parcela significativa das sociedades dos países capitalistas estão condenadas a viver privadas das condições essenciais a uma vida digna e humana.

ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO SOCIALISTA

O socialismo, enquanto teoria social, surgiu e se desenvolveu no dramático mundo capitalista, principalmente com a Revolução Industrial. O socialismo nasce da pobreza e das condições de exploração dos trabalhadores.

Diante da ganância dos capitalistas, da exploração dos operários por parte dos patrões e da falta de leis que defendessem os trabalhadores, começaram a aparecer pensadores e teorias socioeconômicas que contestavam e combatiam o sistema capitalista. Por isso, nasceram várias formas de socialismo; a base, no entanto, de todas elas é o descontentamento diante da situação injusta, miserável e explorada na qual se via a classe trabalhadora e, obviamente, a luta, por parte desses mesmos trabalhadores, para encontrar um modo de vida mais humano e digno.

Definir o socialismo não é tarefa fácil, pois socialismo passou a traduzir genericamente o conjunto de doutrinas que se propõe a promover o bem comum, pela transformação da sociedade e da relação entre as classes, mediante a alteração do regime de propriedade.

Dentro da doutrina socialista se enquadram a “socialdemocracia”, o “comunismo”, o “anarquismo”, o “socialismo cristão” e outras formas de teorias de base social.

Dentre os teóricos mais importante do socialismo, destacamos os alemães Karl Marx e Friedrich Engels, que criaram o mais consistente socialismo, conhecido também por “comunismo” ou “marxismo”.

AS BASES DO SOCIALISMO

O socialismo se apoia numa série de princípios filosóficos, como

- Igualdade social - fruto da luta milenar da humanidade para criar uma sociedade de que ofereça a todos as mesmas oportunidades de acesso à cultura, à riqueza, ao poder e às condições dignas de vida;
- A fraternidade - base do entendimento humano e fruto da igualdade social, onde a exploração de um homem sobre outro ou outros não possa existir; onde os interesses sociais estejam acima dos interesses individuais;
- Democracia - entendida como uma sociedade sem classes; o fim da propriedade privada dos bens de produção; planificação econômica, porque a economia não pode estar à mercê dos interesses de alguns, mas deve estar sob o controle do Estado, que administra e distribui a riqueza de forma mais equânime.

A partir da teoria de Marx e Engels, o socialismo é implantado em vários países. Rússia (1917), China (1949) e, com o fim da Segunda Guerra, vários países do Leste Europeu que haviam lutado contra o nazismo adotam o sistema socialista, juntamente com a URSS, a qual, nesse momento histórico, passa a se constituir em uma grande potência planetária.

Desde o início década de 1990, os países que experimentaram o modo de produção socialista entraram em crise e desabaram, transitando para a economia de mercado.

Atualmente, a China desenvolve um sistema híbrido, combinando economia de mercado e comunismo, enquanto Cuba, em razão do desaparecimento da URSS, se viu forçada a abrir sua economia, porém, mantendo o controle político centralizado.

As ideias socialistas, todavia, não desapareceram e continuam alimentando o sonho de que o único caminho viável para a humanidade é o comunismo, porque o capitalismo que emergiu está cada vez mais alienando e desumanizando a sociedade, além de se constituir numa ameaça iminente de extinção da vida no planeta, com a intensificação do ritmo de degradação da natureza.

3.4 DITADURA DO ESTADO Novo (1937-1945)

Em fins de setembro de 1937, Getúlio Vargas, alegando haver um plano comunista para acabar com o regime democrático no Brasil, decreta estado de guerra. A polícia prendeu grande número de adversários do governo. Estava pronto o cenário para a quebra da normalidade constitucional. Iniciava-se o governo ditatorial da Era Vargas, conhecido como Estado Novo.

Segundo Cotrim (2010), podemos destacar como principais características do Estado Novo:

- Estado de emergência: foi instaurado no país o estado de emergência, que autorizava o governo a invadir casas, prender pessoas, julgá-las sumariamente e condená-las. Seus atos não eram submetidos à Justiça.
- Fim do federalismo: os Estados brasileiros perderam sua autonomia política, e os governos estaduais foram entregues ao comando de interventores da confiança do presidente.
- Supressão das instituições democráticas: os partidos políticos foram extintos e as eleições democráticas suspensas. As greves e manifestações contrárias ao governo eram proibidas e reprimidas.

Getúlio utilizou-se da propaganda para conquistar a simpatia popular, mas exercia forte controle e censura dos meios de comunicação, como rádio, cinema, teatro e imprensa.

Outro órgão importante na exaltação da imagem do governo Vargas foi o Ministério da Educação. Por meio dele, tornou-se obrigatória a adoção, pelas escolas, de diversos instrumentos que difundiam a ideologia governista entre os estudantes. Exemplo disso:

- Adoção de livros didáticos que promoviam o culto à personalidade de Getúlio;
- Realização de desfiles e paradas estudantis nas comemorações de datas cívicas;
- Instituição da disciplina de moral e civismo.

Outros instrumentos, além dos ideológicos, foram os repressivos.

Muitos dos adversários do governo, como o escritor Graciliano Ramos e outros intelectuais e políticos, foram presos.

Mesmo nutrindo simpatia pelos países do Eixo, durante a Segunda Guerra Mundial, a partir de 1941, o governo brasileiro passa a fornecer borracha e minério de ferro aos Países Aliados. Em troca desse apoio, obteve do Governo dos EUA grande parte do financiamento para a construção da Usina Siderúrgica de Volta Redonda, obra significativa para a industrialização do país.

Após submarinos alemães torpedearem navios brasileiros, o governo brasileiro declara guerra às potências do Eixo.

Com a derrota dos regimes nazifascistas na Europa, houve muita pressão interna para o retorno do Brasil à democracia. Atento ao que acontecia, Getúlio Vargas decidiu antecipar-se aos adversários e liderar a abertura democrática. Em fevereiro de 1945, fixou prazo para eleição presidencial e concedeu anistia ampla a todos os condenados políticos, encerrando assim a ditadura do Estado Novo.

GOLPES E DITADURAS NA AMÉRICA LATINA

No contexto da Guerra Fria, com o temor de que a Revolução Cubana pudesse gerar seu exemplo, outros movimentos revolucionários no continente levaram os Estados Unidos a apoiar golpes, sobretudo militares, e a sustentarem ditaduras.

A primeira derrubada de um governo populista/reformista ocorreu em 1964, no Brasil, quando João Goulart foi deposto por um golpe desfechado pelos militares e apoiado pelo empresariado e pelas classes médias temerosas do “perigo vermelho”. Além disso, os militares contavam com o apoio do governo norte-americano, o qual já havia enviado navios e porta-aviões para dar apoio efetivo aos golpistas.

Abaixo, uma cronologia das ditaduras na América Latina:

- 1964: Golpe Militar de Barrientos derruba o governo do MNR, na Bolívia.
- 1965: Uma invasão de *marines* dos EUA derruba, na República Dominicana, o presidente eleito, Juan Bosch.
- 1966: Em junho, golpe militar organizado por Onganía derruba, na Argentina, o governo civil de Arturo U. Illia.
- 1967: O governo militar boliviano caça, prende e fuzila Ernesto “Che Guevara”. Agentes norte-americanos da CIA participaram da Operação.
- 1968: O coronel Velasco Alvarado encabeça um golpe militar, no Peru.
- 1971: Em agosto, o golpe militar de Hugo Bánzer Suárez, na Bolívia, derruba o governo nacionalista de Juan José Torres,
- 1973: Em julho, golpe militar dissolve Parlamento, no Uruguai. Em setembro, golpe encabeçado por Augusto Pinochet, com apoio e financiamento dos Estados Unidos, derruba o governo de Salvador Allende e inicia um massacre nos sindicatos, partidos de esquerda e movimentos sociais, em geral.
- 1975: General Morales Bermúdez toma o poder, no Peru.

- 1976: Em março, golpe militar (general Videla), na Argentina, inicia um processo repressivo de dimensões inéditas, com “desaparecimento” de sindicalistas, militantes de esquerda e estudantes.

De conformidade com as especificidades dos regimes de cada nação, pode-se verificar que a ascensão dos militares ao poder significou um posicionamento identificado com a política externa estadunidense.

O padrão econômico colocado em prática também era altamente concentrador de renda, o que tornou necessário reduzir o poder dos sindicatos e dos trabalhadores, reduzir salários, proibir greves, entre outras medidas repressivas.

BRASIL - MILITARES NO PODER

João Goulart foi deposto por um golpe civil/militar em 31 de março de 1964.

Durante 21 anos, a sociedade brasileira viveu sob o comando de presidentes militares impostos pelas Forças Armadas. Até 1985, dois marechais e três generais se sucederiam na presidência da República: Castelo Branco, Costa e Silva, Médici, Geisel e Figueiredo.

Através dos chamados Atos Institucionais (AI), os governos militares foram restringindo as liberdades democráticas, impondo censura aos meios de comunicação. Durante todo o período da ditadura, muitos brasileiros que se opunham ao regime militar foram perseguidos, exilados, torturados ou mortos pelos órgãos de repressão política.

CONCENTRAÇÃO DE RENDA

Do ponto de vista econômico, os militares adotaram o modelo desenvolvimentista, baseado na aliança entre três grandes grupos:

- A burocracia técnica estatal (militar e civil);
- Os grandes empresários estrangeiros;
- Os grandes empresários nacionais.

Segundo estudiosos, esse modelo conduziu à modernização da economia, mas também à concentração de renda nas classes altas e médias e à marginalização da classe baixa.

LUTA ARMADA

Com o fechamento dos espaços institucionais políticos, os grupos opositores não viram outra saída senão se lançarem à luta armada. Assim, promoveram diversas ações de Guerrilha, objetivando desestabilizar o regime militar. Foram duramente perseguidos, torturados e, a maioria, mortos.

Transição do Regime Militar para a democracia.

LEI DA ANISTIA

O primeiro grande marco do processo de redemocratização foi a Lei de Anistia, promulgada em agosto de 1979, resultando de um movimento nacional impulsionado por vários segmentos da sociedade civil.

CRISE ECONÔMICA

Enquanto a abertura avançava, no plano econômico, a crise se agravava.

- Dívida externa - Com a crise econômica, cada vez que o governo obtinha empréstimo do Fundo Monetário Internacional (FMI), era com a condição de se submeter às exigências dos banqueiros internacionais, ficando cada vez mais endividado.
- Inflação - Nesse contexto de endividamento, a inflação bateu recordes históricos, superando a cifra de 200% ao ano. Os mais prejudicados com a inflação eram os trabalhadores que tinham seus salários corroídos diariamente.
- Desemprego: Em 1983, os níveis de desemprego eram altíssimos, ocasionando até mesmo saques a supermercados.

FIM DO BIPARTIDARISMO

Do ponto de vista político, restabeleceu-se, em 1979, o pluripartidarismo no país.

Setor Social - Na área social, os governos militares não contribuíram com grandes avanços. Ao contrário, os problemas existentes nos setores de educação, saúde, alimentação e emprego permaneceram iguais ou se agravaram.

CONCENTRAÇÃO DE RENDA

No período dos governos militares, houve uma grande concentração de riquezas, ou seja, o crescimento geral da economia (avaliado pelo PIB), durante o regime militar, não se traduzia em melhores condições de vida para a maioria da população.

Apesar da intensa campanha pelas Diretas Já, observou-se o prosseguimento do processo de eleição pela via indireta.

Em 15 de janeiro de 1985, o Colégio Eleitoral deu maioria de votos à chapa da Aliança Democrática, elegendo Tancredo Neves como sucessor de Figueiredo.

Tancredo Neves não chega tomar posse, falecendo no dia 21 de abril. Com sua morte, tornou-se presidente, por sucessão automática, José Sarney, que, nos anos seguintes, conduziria o processo de redemocratização do país.

3.5 ECONOMIA AGROEXPORTADORA BRASILEIRA: COMPLEXO AÇUCAREIRO; A MINERAÇÃO NO PERÍODO COLONIAL; A ECONOMIA CAFEEIRA, A BORRACHA NA AMAZÔNIA

MERCANTILISMO E COLONIZAÇÃO

Portugal e outros Estados europeus, desde o século XV, seguiram orientação mercantilista da economia. Significa que o objetivo do Estado era fazer com que o país exportasse muito e importasse pouco. O papel das colônias era o de fornecer produtos que a metrópole poderia exportar para outros países, obtendo, assim, balança comercial favorável. Açúcar, ouro e posteriormente o café foram os principais produtos da economia do Brasil-Colônia e Império, submetidos a esse sistema comercial mercantilista.

Esse sistema se estruturava no seguinte tripé:

- Latifúndio - monocultura exportadora e mão de obra escrava.
- Além disso, o pacto colonial, que estabelecia o controle total da colônia por parte da metrópole, foi fundamental nesse processo de exploração das riquezas das colônias.
- Açúcar - um negócio lucrativo.

Dentre os diversos motivos que os historiadores destacam para a Coroa Portuguesa tomar decisão de produzir açúcar, na sua colônia americana, destacam-se os seguintes:

- Condições naturais favoráveis - clima quente e úmido e o solo de massapé do litoral do Nordeste;

- Experiência anterior - os portugueses já dominavam o cultivo da cana e a produção do açúcar, desenvolvido com sucesso no arquipélago dos Açores e na Ilha da Madeira;
- Promessa de grandes lucros - o açúcar era considerado um produto de luxo, uma especiaria que rendia alta lucratividade, nos mercados da Europa.

Para que esse projeto obtivesse êxito, foi necessário o emprego de mão de obra escrava (índios e negros africanos), grandes extensões de terra para o plantio de cana e a produção do açúcar (monocultura exportadora) e um controle rigoroso, por parte da metrópole portuguesa, em relação ao Brasil-Colônia.

DECLÍNIO DA PRODUÇÃO DO AÇÚCAR NO BRASIL

Expulsos do Brasil, os holandeses levaram mudas de cana-de-açúcar para as Antilhas e passaram a produzir, eles próprios, o açúcar, acabando com o monopólio brasileiro de sua produção.

O CICLO DO OURO

Com a queda do preço do açúcar, no mercado europeu, Portugal encontrava-se mergulhado numa grave crise econômica. Por essa razão, o governo português procurava novas fontes de riqueza. Nessa busca, revigorou o antigo sonho de encontrar ouro na América.

Foi somente no final do século XVII que os bandeirantes descobriram grandes regiões de jazidas de ouro, na região de Minas Gerais.

A notícia de descoberta de ouro espalhou-se rapidamente e um grande contingente de pessoas afluíram às regiões das minas.

Em decorrência desse afluxo de pessoas às regiões das minas, surgiram conflitos violentos. Um deles foi entre paulistas e portugueses, o qual ficou conhecido como Guerra dos Emboabas.

SOCIEDADE DO OURO

As atividades em torno de extração do comércio do ouro fizeram nascer uma série de núcleos urbanos, como Vila Rica, Congonhas do Campo, Sabará e São João del Rei.

A principal mão de obra empregada na atividade de extração do ouro era de escravos africanos.

Ao longo do século XVIII, com a intensa exploração aurífera, as jazidas foram se esgotando.

O governo português continuou cobrando o quinto, que correspondia a 100 arrobas de ouro por ano, o que desagradou os mineiros e os levou a desencadear o movimento conhecido como Conjuração Mineira.

CAFÉ: A NOVA RIQUEZA

Historiadores consideram que a segunda metade do século XIX foi marcadada por certa modernização do país, vinculada basicamente ao crescimento da produção e exportação de café, ao fim da importação de escravos e à promoção da atividade industrial.

Segundo Gilberto Cotrim (2013), algumas transformações que ocorreram nesse período e seus impactos econômicos e sociais são os seguintes:

- A produção do café superou a de todos os demais produtos agrícolas. O café tornou-se, então, o principal produto da economia brasileira.
- Os cafezais expandiram-se pelo sudeste brasileiro, e o centro econômico do país deslocou-se das antigas áreas agrícolas do Nordeste para essa região.
- Nas fazendas de café da província de São Paulo, o trabalho escravo foi sendo substituído lentamente pelo trabalho assalariado, com predomínio do imigrante europeu.
- Parte do dinheiro do imigrante obtido com a exportação do café foi aplicada na industrialização do país.
- Nas cidades mais importantes, como Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Belém e São Paulo, foram surgindo novos serviços públicos, iluminação nas ruas, bondes, ferrovias, bancos, teatros, etc.

A BORRACHA NA AMAZÔNIA

Entre o final do século XIX e o início do século XX, ocorreu, por conta da extração do látex da seringueira, um surto de povoamento na Amazônia.

O látex transformou-se num importante produto de exportação, pois, com o advento da indústria automobilística nos países industrializados da Europa e nos EUA, passou a ser utilizado em grande escala.

Nesse período, a região atraiu grande contingente de pessoas, principalmente nordestinos, os quais se estabeleceram para trabalhar como seringueiros na extração do látex.

A partir da década de 1920, essa atividade entra em decadência, devido à concorrência da produção inglesa, na Ásia.

FORMAÇÃO DE ESPAÇO URBANO-INDUSTRIAL

As cidades são um fenômeno muito antigo, na história da humanidade, porém, é com a Revolução Industrial do século XVIII, na Inglaterra, que os espaços urbanos vão adquirindo novas contingências.

A produção em larga escala, realizada pelas indústrias, requer concentração de mão de obra e de infraestrutura. As fábricas necessitam de muitos operários. Além disso, precisam estar servidas por redes de transporte, de abastecimento de água e de energia.

O aparecimento da indústria e as novas técnicas de transporte romperam os limites que se impunham à expansão física populacional das cidades.

URBANIZAÇÃO

O processo de urbanização não pode ser entendido simplesmente como resultado do crescimento maior da população rural. Essa é a sua característica, em termos demográficos populacionais. Mas ele também é caracterizado por fatores socioeconômicos e espaciais, como o aumento no número de cidades e a expansão das áreas ocupadas.

“Do processo de urbanização decorre também uma transformação no papel das cidades na economia do país, uma vez que elas passam, gradativamente, a concentrar um número maior de atividades econômicas, ligadas ao setor secundário (industrial) e principalmente ao terciário (comércio e serviços)”. (LUCCI; BRANCO, 2008, p. 55)

Esse processo, por conseguinte, promove alterações também no ritmo de vida das pessoas, que passam a ser condicionadas por diversas cidades. Para tanto, estruturam-se redes de transporte e de comunicações, cuja quantidade e qualidade vai variar de um país para outro, conforme o nível de desenvolvimento socioeconômico.

URBANIZAÇÃO NOS PAÍSES DESENVOLVIDOS

O êxodo rural ocorreu nos primeiros países que se industrializaram, durante a Primeira e a Segunda Revolução Industrial, até meados do século XX. Esses países formam o grupo dos desenvolvidos, como Reino Unido, França, Holanda, Bélgica, Alemanha, Itália, EUA e Japão.

Não podemos deixar de considerar que, nos países acima citados, no decorrer da Primeira e Segunda Revolução Industrial, a intensificação do processo de urbanização gerou diversos problemas urbanos, relacionados à falta de moradia, de vias e meios de transporte, de áreas de lazer e parques de saneamento básico etc.

URBANIZAÇÃO NOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS

Nos países subdesenvolvidos que se industrializaram a partir dos anos de 1940, como Brasil, México, e Argentina, ou a partir de 1960, como a Coreia do Sul e Taiwan, o êxodo rural passou a se dar de forma intensa.

Alguns dos fatores determinantes do êxodo rural:

- Situações de guerras ou de revoluções;
- O crescimento demográfico elevado;
- A concentração da propriedade rural e a mecanização das atividades agropecuárias, que acarretam uma diminuição nas oportunidades de trabalho, no campo;
- O desejo por parte da população do campo de ter acesso aos serviços e bens disponíveis e concentrados em maiores números de cidades;
- O espaço geográfico das cidades dos países subdesenvolvidos é marcado por contrastes. A má distribuição de renda e recursos faz parte da estrutura dessas cidades, refletindo-se em suas paisagens. É comum observarmos, nesses espaços, situações de extrema miséria em meio a bolsões de riquezas.

As cidades foram crescendo em direção às suas periferias, sem planejamento, ocasionando problemas de transporte e de infraestrutura, como rede abastecimento de água, esgoto, eletricidade etc.

Os bairros mais pobres são excluídos dos serviços públicos básicos. E é intenso o processo de favelização, tanto nas áreas centrais como nas periféricas, principalmente nas grandes e médias cidades.

CIDADES GLOBAIS E MUNDIAIS

Uma das características importantes do processo de globalização é a constituição de uma rede de cidades globais ou mundiais.

Desde os anos 1970/1980, as cidades globais vêm conhecendo um processo de relativo esvaziamento industrial, especialmente das atividades industriais mais tradicionais: alimentícias, têxteis, metalúrgicas, mecânicas, petroquímicas. Nas

cidades mundiais, o setor secundário passou a concentrar, sobretudo, indústrias de tecnologia avançada, como, por exemplo, telecomunicações, informática, biotecnologia, microeletrônica.

3.6 GEOPOLÍTICA E CONFLITOS ENTRE OS SÉCULOS XIX E XX. IMPERIALISMO, A OCUPAÇÃO DA ÁSIA E DA ÁFRICA, AS GUERRAS MUNDIAIS E A GUERRA FRIA

A partir da Revolução Industrial, surgiu um novo tipo de colonialismo. Esse novo avanço colonialista foi chamado de neocolonialismo ou imperialismo. Ocorreu numa estrutura econômica industrial, com a busca incessante, por parte das potências, de novos mercados consumidores e fornecedores de matérias-primas.

A partir da metade do século XIX, países como Inglaterra e França voltaram suas atenções para a Ásia e para a África, buscando resolver as necessidades de suas indústrias. Entretanto, não eram apenas os interesses econômicos que moviam as nações europeias para os continentes africanos e asiáticos.

A justificativa ideológica foi a de que as nações europeias tinham uma missão civilizadora cristã e disseminadora do progresso técnico-científico pelo mundo. O termo *imperialismo* foi utilizado para designar essa política de dominação do governo de um país sobre o outro. Esse domínio pode ser territorial, exercido por intervenção militar, e econômico, concretizado por meio de interferência na vida econômica do país dominado.

O processo de dominação imperialista europeu sobre os continentes africanos e asiáticos ficou conhecido como Partilha da África e da Ásia. Além de Inglaterra e França, outros países, como Bélgica, Espanha, Alemanha, Itália, Holanda e Japão, também desenvolveram políticas voltadas à conquista colonial.

As disputas entre as potências europeias pelo território asiático e africano vão se constituir em um dos elementos que, somados a outros, vão desencadear a Primeira Guerra Mundial.

PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL: 1914-1918

Segundo Gilberto Cotrim (2010), os diversos conflitos que favoreceram o clima belicoso entre as nações europeias podem ser enquadrados, de modo geral, em duas categorias de interesses:

- Imperialistas – que levaram as principais potências capitalistas a uma concorrência desmedida por territórios e novos mercados;
- Nacionalistas – que catalisaram antigas rivalidades e ressentimentos, resultando em projetos expansionistas e revanchistas, carregados de fervor patriótico.

MOVIMENTOS NACIONALISTAS:

- Pan-eslavismo – que buscava a união de todos os povos eslavos da Europa Oriental e era liderado pelo governo russo.
- Pangermanismo – que lutava, por exemplo, pela anexação à Alemanha dos territórios da Europa Central onde viviam germânicos.
- Revanchismo francês – que defendia a recuperação dos territórios da Alsácia-Lorena, região rica em minério de ferro e carvão, que os franceses haviam sido obrigados a entregar aos alemães, depois da derrota da guerra franco-prussiana, em 1870.

ESTOPIM DA PRIMEIRA GUERRA

Foi o assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando, herdeiro do trono austro-húngaro, e de sua esposa, na cidade de Sarajevo (Bósnia), em 28 de junho de 1914. O assassinato provocou a reação militar da Áustria-Hungria contra a Sérvia e, por causa da política de alianças, causou a entrada de muitas outras nações no conflito.

Nos quatro anos que durou o conflito (1914 a 1918), enfrentam-se dois grandes blocos rivais, com bases nas alianças firmadas:

- De um lado, estavam Alemanha, Império Austro-Húngaro, Turquia e Bulgária (as duas últimas, além da Itália, que mudou de lado durante a guerra);
- De outro, França, Inglaterra, Rússia, Bélgica, depois, Grécia, Japão e Estados Unidos, entre outros.
- Principais fases do conflito:
- Primeira fase – 1914-1915 – Marcada pela intensa movimentação das forças beligerantes;
- Segunda fase – 1915-1917 – A intensa movimentação da fase anterior foi substituída por uma guerra de trincheiras.
- Terceira fase – 1917-1918 – Caracterizada pela entrada e saída de outros países da guerra. Houve a saída da Rússia, devido à Revolução de 1917, e a entrada dos Estados Unidos.

CONSEQUÊNCIAS DA GUERRA

- Destrução de diversas estruturas econômicas;
- Racionamento e fome, na Europa;

- Historiadores estimam um total de aproximadamente 10 milhões de mortos e cerca de 30 milhões de feridos.

CONFERÊNCIA DE PAZ DE VERSALHES

Após a rendição alemã e de seus aliados, realizou-se no Palácio de Versalhes, na França, um tratado que estipulava que a Alemanha deveria:

- Restituir a região da Alsácia-Lorena à França;
- Ceder outras regiões à Bélgica, à Dinamarca e à Polônia;
- Entregar quase todos os navios mercantes à França, à Inglaterra e à Bélgica;
- Reduzir o poderio militar e seu exército.

SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: 1939-1945

Segundo alguns historiadores, a Segunda Guerra Mundial produziu números assustadores de brutalidades, com cerca de 55 milhões de mortos, 35 milhões de feridos, 20 milhões de órfãos e 190 milhões de refugiados.

A Segunda Guerra Mundial foi, em diversos aspectos, o resultado de disputas mal resolvidas desde a Primeira Guerra Mundial. As duras condições impostas às nações derrotadas, pelo tratado de Versalhes, vão contribuir com a crise econômica na Alemanha e criar condições para a ascensão do nazismo.

Uma vez no poder, Hitler, com base na ideia do espaço vital, planejou a trajetória expansionista da Alemanha nazista, cujo desdobramento foi o início do conflito mundial.

- Ocupação da Romênia. Em março de 1936, o exército alemão ocupa a Romênia, região que faz fronteira com a França. Pelo tratado de Versalhes, essa região deveria permanecer desmilitarizada, mas Hitler descumpriu tal determinação. A França não reagiu à ocupação.
- Áustria (1938). Em março de 1938, Hitler prosseguiu com sua política expansionista e anexou a Áustria à Alemanha.
- Tchecoslováquia (1938-1939). Hitler passou a reivindicar também a anexação da região dos súditos, que pertencia à Tchecoslováquia, e acabou por anexá-la.
- Polônia (1939). Tropas alemãs invadiram o território polonês. Dois dias depois do ataque alemão à Polônia, França e Inglaterra declararam guerra à Alemanha.

ETAPAS E CONFLITOS

- Primeira fase (1939-1941) – Marcada principalmente pela rápida ofensiva alemã, com a ocupação de vários países pelas forças nazistas;
- Segunda fase (1942-1945) – Caracterizada pela entrada da União Soviética e, depois, dos Estados Unidos, na Guerra, e pela mundialização do conflito, com a formação de dois grandes blocos de países (os que apoiavam o Eixo e os que apoiavam os Aliados). Essa fase terminou com a vitória dos Aliados.

No ano de 1941, ocorreram dois fatos que mudaram totalmente os rumos e a dimensão do conflito:

- Invasão alemã à União Soviética e o ataque japonês a Pearl Harbor, o que vai levar a entrada dos Estados Unidos no conflito.

A derrota imposta ao exército alemão pelos soviéticos, a partir da Batalha de Stalingrado e da invasão da Normandia, por parte dos Aliados, no dia 6 de junho de 1944, o Dia D, representou o fim das pretensões expansionistas de Hitler.

Em 25 de abril de 1945, a cidade de Berlim estava totalmente cercada. Em 30 de abril, Adolf Hitler, sua mulher Eva Braun e o ministro Joseph Goebbels suicidaram-se. No dia 8 de maio de 1945, deu-se a rendição incondicional da Alemanha.

No Extremo Oriente, a Guerra prosseguiu, pois o Japão não se rendia. Os Estados Unidos explodiram duas bombas atômicas em território japonês. A primeira em Hiroshima (6 de agosto) e a segunda, em Nagasaki (9 de agosto.). Nas duas cidades, morreram instantaneamente cerca de 160 mil pessoas e milhares de outras posteriormente, em consequência de doenças causadas pela radiação nuclear. A rendição incondicional japonesa ocorreu em 2 de setembro de 1945.

TRIBUNAL DE NUREMBERG

Ao final do conflito, foram julgados e condenados líderes nazistas considerados os principais causadores de crimes de guerra contra a humanidade, como o extermínio programado de milhões de pessoas, pelos nazistas, o que ficou conhecido como o holocausto. Nos anos seguintes, uma nova ordem mundial começou a ser construída.

NOVA ORDEM INTERNACIONAL BIPOLAR. A GUERRA FRIA: 1945-1989

Convencionou-se chamar de Guerra Fria o período de 1945-1989, marcado pela disputa ideológica, econômica, política e cultural entre o mundo capitalista, liderado pelos Estados Unidos, e o mundo socialista, liderado pela União Soviética.

Dessa divisão bipolar do mundo, surgem dois blocos antagônicos. De um lado, os regimes socialistas de economia planificada e, de outro, o capitalismo de economia de mercado e livre concorrência.

A DISPUTA PELO PODER NA GUERRA FRIA

No mundo bipolar, o padrão de poder era a supremacia bélica, com a fabricação de armas. Daí falarmos em corrida armamentista e corrida espacial. As potências disputavam, passo a passo, quem conseguia produzir armas mais potentes ou ir mais longe, na exploração do espaço.

Nesse contexto, têm-se alianças militares. Estados Unidos e aliados criam a OTAN, Organização do Tratado do Atlântico Norte. Em resposta, a União Soviética cria, com seus aliados socialistas, o Pacto de Varsóvia.

O FIM DA GUERRA FRIA

O mundo bipolar começou a ruir com a queda do muro de Berlim, em 1989, e desmoronou totalmente com o fim da União Soviética, em 1991. Com o desmantelamento dos rivais, os Estados Unidos não tinham mais a quem combater. Estava desmontada uma ordem mundial que durou quase cinquenta anos.

OS SISTEMAS TOTALITÁRIOS DO SÉCULO XX

O chamado *totalitarismo* é um regime político marcado por um Estado Forte absoluto, que estende seu poder sobre todos os setores da sociedade, objetivando alcançar a completa submissão dos indivíduos.

Os historiadores costumam destacar alguns elementos comuns aos regimes totalitários:

- Partido Único – Presença de um único partido, com hierarquia rígida, conduzido em geral por um líder autoritário. Exemplo: Hitler, na Alemanha; Mussolini, na Itália; Franco, na Espanha, entre outros;
- Ideologia Oficial – Presença muito forte de uma ideologia de Estado, representada pelo partido único, que deve ser rigorosamente seguida por todos os cidadãos;
- Estado Policial – Controle de toda a sociedade pelo aparato repressivo (polícia política, exército etc.) e eliminação sistemática das oposições. Exemplos: prisões, censura dos meios de comunicação, coerção física e psicológica etc.

- Intervencionismo Econômico – Direção e controle geral da economia pelo Estado;
- Propaganda Estatal – Utilização de todos os meios de comunicação, com o propósito de divulgar a ideologia oficial e promover o culto à personalidade dos líderes do regime.

Podemos ressaltar, como exemplos de regimes totalitários desse período, a União Soviética stalinista (considerado totalitarismo de esquerda), a Itália fascista, a Alemanha nazista, entre outros (considerados totalitarismo de direita).

Em seguida, veremos a ascensão dos regimes totalitários na Europa, no século XX.

- Crise do Capitalismo Internacional – A crise de 1929 lançou a economia americana numa profunda recessão. Os efeitos dessa crise se estendeu por todo o mundo, impactando sobretudo os países europeus. Nesse cenário, a tensão e os conflitos entre classes sociais tornaram-se cada vez mais profundos e explosivos;
- Dificuldade do pós-Guerra – Com o final da Primeira Guerra Mundial, os países envolvidos diretamente no conflito apresentavam sérias dificuldades econômicas e sociais. Havia a necessidade, por parte dos Estados, de reconstruir, em seus respectivos territórios, obras públicas (edifícios, estradas, pontes etc.), restabelecerem a produção industrial, criar empregos, pagar dívidas de guerra. Tudo isso gerava um clima de instabilidade econômica e insegurança social.
- Fragilidade das Democracias Liberais – Países europeus que adotavam regimes democráticos liberais não estavam conseguindo administrar os graves problemas econômicos e sociais vivenciados naquele momento, razão pela qual indústrias, banqueiros e latifundiários decidiram apoiar os fascistas, para a formação de governos fortes e autoritários, capazes de impor, na concepção deles, ordem e disciplina para recompor a ordem social capitalista.
- Avanço do Socialismo – Uma das maiores preocupações das elites europeias, nesse momento, era com os trabalhadores (operários), os quais, diante da influência das ideias socialistas, viam a possibilidade de superar a ordem capitalista, instaurando o comunismo, a exemplo do que ocorreu na Rússia, em 1917. Diante dessa ameaça, as elites apoiaram os fascistas, procurando também a adesão dos trabalhadores, tendo em vista a promessa de emprego e de melhoria nas condições de vida.

FASCISMO NA ITÁLIA

Com o apoio financeiro dos burgueses, foi criado, em 1921, o Partido Nacional Fascista. Seus membros combatiam o socialismo e a democracia liberal. O Partido Fascista cresceu rapidamente, conseguindo centenas de milhares de filiados. Eles afirmavam que apenas um governo ditatorial e fortemente nacionalista poderia resolver a crise econômica e política da Itália.

Em 1924, ocorreram eleições na Itália e os fascistas foram os principais vitoriosos. Assumindo o governo em 1925, o líder fascista Benito Mussolini determinou o fim da liberdade de imprensa e dos partidos políticos, o controle sobre os sindicatos e a perseguição e eliminação de líderes oposicionistas.

Para conquistar o apoio dos trabalhadores, os fascistas criaram a Carta del Lavoro, um conjunto de leis trabalhistas. Os fascistas também adotaram medidas para desenvolver à economia, no plano externo, conquistaram a Abissínia (atual Etiópia, na África.) O governo italiano, nesse período, aliou-se ao alemão, posteriormente fazendo parte das potências do Eixo – Alemanha, Itália e Japão.

NAZISMO NA ALEMANHA

A tumultuada situação econômica, social e política desse período favoreceu a ascensão de Hitler ao poder. Eleito chanceler, em 30 de janeiro de 1933, era o início do período histórico que ficou conhecido como Terceiro Reich. No livro escrito por Hitler, *Mein Kampf* (Minha Luta), expõe um conjunto de ideias autoritárias e pseudocientíficas que se tornou obra fundamental do Nazismo. Dentre elas, destacam-se:

- Superioridade de raça ariana – Teoria de que o povo alemão descenderia de uma raça superior (os arianos) e, por isso, teria o direito de dominar as “raças inferiores” (judeus, eslavos etc.)
- Antissemitismo – Ideia de que os judeus (ou semitas) fazem parte de uma raça inferior e, por isso, poderiam corromper e destruir a pureza alemã.
- Total fortalecimento do Estado – Ideia de que o indivíduo deve submeter-se totalmente à autoridade soberana do Estado, personificado na figura do Führer (chefe supremo);
- Expansionismo – Teoria segundo a qual o povo alemão teria o direito de conquistar seu espaço vital, ou seja, expandir militarmente seu território.

Ao tornar-se chanceler, Hitler empenhou-se em consolidar o poder alcançado pelo Partido Nazista. Utilizou, para isso, como principais recursos, a propaganda enganosa e a violência.

IMPLANTAÇÃO DA DITADURA NAZISTA

A propaganda nazista foi conduzida por Joseph Goebbels, titular do Ministério da Educação do Povo. Goebbels empregava métodos desonestos e sensacionalistas, para divulgar a doutrina nazista; seus adversários afirmavam que ele seguia o lema “Mentira dita cem vezes torna-se verdade”.

Uso de violência contra os adversários políticos, principalmente por parte da Gestapo (Polícia Secreta do Estado).

Durante seu governo, Hitler manteve rígido controle sobre todos os setores da sociedade alemã. Além da censura política e do controle sobre a educação, buscou impor padrões e ideias nazistas às artes, música, literatura, cinema e até mesmo à pesquisa científica. No plano externo, o governo nazista desrespeitou as proibições do Tratado de Versalhes e iniciou sua política de expansão pela Europa, até desencadear a Segunda Guerra Mundial.

ESPAÑHA: DITADURA DE FRANCO

Na Espanha, o general Francisco Franco, apoiado por grupos representantes das mais tradicionais instituições da sociedade espanhola, reuniu forças para lutar contra a República Espanhola instalada desde 1931. Como consequência eclodiu uma sangrenta guerra civil. Apoiado militarmente pelos governos de Mussolini e Hitler, os franquistas são vitoriosos, instalando-se assim uma ditadura. Esse regime totalitário, apesar das mudanças ocorridas ao longo dos anos, seria mantido até a morte de Franco.

PORUTGAL: DITADURA DE SALAZAR

Em Portugal, Antônio de Oliveira Salazar implantou também uma ditadura. A ditadura implantada por Salazar teve como base jurídica a Constituição de 1933, com a qual teve início o período da história portuguesa conhecido como Estado Novo. O ditador acabou com a atividade dos diversos partidos políticos existentes. O movimento dos trabalhadores foi severamente controlado pelo Estado. A democratização do país só se deu quatro anos após a morte de Salazar, em 1974, com a Revolução dos Cravos.

BRASIL: INTEGRALISMO E ESTADO NOVO

No Brasil, a ideologia nazifascista foi assimilada pela ação integralista brasileira, fundada por Plínio Salgado, em 1932. Com o apoio dos integralistas, Getúlio Vargas implantaria a Ditadura do Estado Novo, em 1937.

3.7 CONFLITOS POLÍTICO-CULTURAIS PÓS-GUERRA FRIA, REORGANIZAÇÃO POLÍTICA INTERNACIONAL E OS ORGANISMOS MULTILATERAIS NOS SÉCULOS XX E XXI

No final do século XX, o mundo bipolar, característico do antagonismo global entre EUA e URSS, foi substituído por uma nova ordem mundial. Nessa nova conjuntura de distribuição do poder econômico, destacam-se três polos: o americano, liderado pelos EUA; o europeu, constituído pelos países da União Europeia; e o oriental, cujo centro é o Japão. Essa nova configuração do poder é conhecida como o Mundo Multipolar. Embora os EUA tenham emergido da Guerra Fria como única superpotência mundial e ainda possuam a maior economia e o maior poder militar do globo, sua autoridade política no mundo está em declínio.

A configuração do mundo multipolar não eliminou as enormes desigualdades sociais e econômicas entre os países, nem as que existem no interior deles. Além disso, por todo o mundo, vêm ocorrendo conflitos pela autonomia política e também de ordem étnica e religiosa.

CONFLITOS RECENTES NO MUNDO

CONFLITOS ÉTNICOS EM RUANDA

Tutsis e hutus são dois grupos étnicos, culturalmente semelhantes, que habitam a África Central. Em Ruanda, essas duas etnias entraram em conflito por causa da segregação implantada pelo governo colonial belga, no início do século XX. Nessa época, os tutsis foram escolhidos pelos colonizadores para comporem a elite governamental, relegando os hutus à servidão. eclodiu, no início da década de 1990, uma guerra civil em Ruanda. Em 1944, hutus radicais assassinaram cerca de 800 mil pessoas.

TENSÕES ENTRE COREIA DO SUL E COREIA DO NORTE

Desde o final da Guerra da Coreia, em 1953, permanece uma tensão entre a Coreia do Norte e a Coreia do Sul. A Coreia do Norte é um país socialista, que desenvolve um programa nuclear, causando preocupações em outras nações, principalmente em seus vizinhos japoneses e sul-coreanos.

CONFLITOS ENTRE PALESTINOS E ISRAELENSES

A partir de 1967, o Estado de Israel foi vencedor de todos os conflitos árabe-israelenses, devido ao seu poderio militar e ao apoio financeiro e bélico dos Estados Unidos, interessados no petróleo do Oriente Médio.

O maior obstáculo aos acordos de paz, no entanto, é o fundamentalismo de alguns grupos, tanto israelenses quanto palestinos.

OUTROS CONFLITOS NO ORIENTE MÉDIO

- **Guerra entre Irã e Iraque**

Após a Revolução Iraniana e a implantação da República Islâmica, o governo do Irã, formado por xiitas, retomou o controle sobre as reservas de petróleo do país, até então exploradas por empresas estrangeiras. Diante disso, os EUA armaram o Iraque, o qual iniciou uma guerra contra o Irã. Os vários anos de conflito causaram a morte de milhões de pessoas e provocaram a destruição da economia, em ambos os países. O cessar-fogo foi assinado em 1988.

- **Guerra do Golfo**

Após invadir o Kuwait no ano de 1990, Saddam Hussein, presidente do Iraque, tinha intenção de dominar suas jazidas petrolíferas e acabar com a crise econômica, após o conflito com o Irã. A invasão foi contida pelas forças da ONU.

- **A Guerra do Iraque**

Com o auxílio dos britânicos e com o pretexto de guerra contra o terror, os EUA invadiram o Iraque, em 2003, para depor o ditador Saddam Hussein, mesmo sem autorização e permissão da ONU. Saddam foi capturado, julgado e condenado à pena de morte por enforcamento, fato que causou polêmica internacional.

A GLOBALIZAÇÃO E A NOVA ORDEM MUNDIAL

Com o fim da Guerra Fria, os EUA formalizaram sua posição hegemônica, articulados a seis outros países: Reino Unido, Canadá, França, Alemanha, Japão e Itália, grupo conhecido pela sigla G7. A Rússia era convidada a participar das reuniões. Sem concorrência e se expandindo para as antigas áreas de predomínio socialista, o capitalismo conheceu uma nova fase de expansão: tornou-se mundializado, globalizado.

O processo de globalização criou uma nova divisão internacional do trabalho, baseado numa redistribuição pelo mundo de fábricas, bancos e empresas de comércio, serviços e mídias.

As políticas neoliberais, implementadas na Inglaterra e nos EUA, na década de 1980, tornaram-se modelos dominantes da década seguinte, na formação do mundo globalizado.

A globalização enfraqueceu o Estado-Nação e tornou a noção de “Soberania Nacional” discutível e, para alguns, até mesmo ultrapassada. Assim, para receberem investimentos das grandes empresas, os governos nacionais necessitam aceitar as regras elaboradas em outras esferas de poder, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BID) e a Organização Mundial do Comércio (OMC).

Com o desmoronamento do mundo socialista, a formação dos blocos econômicos se acelerou. Os países passaram a se unir, não por razões ideológicas, como na época da Guerra Fria, mas por interesses econômicos comuns.

Tipos de Blocos	Conceito	Exemplos
Mercado Comum	As barreiras econômicas entre os participantes são eliminadas, o que abre o caminho para uma unificação monetária e o estabelecimento de um parlamento comum.	A União Europeia
Área de Livre Comércio	As barreiras alfandegárias são eliminadas, permitindo a livre circulação de mercadorias entre países-membros.	O Nafta
União Aduaneira	As barreiras alfandegárias entre os países-membros são eliminadas e se estabelece uma tarifa externa comum.	O Mercosul
Independentemente do modelo adotado, o objetivo desses blocos é unificar o espaço econômico, seja pela eliminação de barreiras alfandegárias, seja pela desregulamentação e desburocratização, a fim de conseguir o máximo de eficiência e produtividade.		

3.8 VIDA URBANA: REDES E HIERARQUIAS NAS CIDADES, POBREZA E SEGREGAÇÃO ESPACIAL

REVOLUÇÃO INDUSTRIAL, CIDADES E URBANIZAÇÃO

Foi com a Revolução Industrial, a partir do século XVIII, que teve início um processo de desenvolvimento urbano nunca visto antes.

A base do desenvolvimento capitalista se dava nas cidades industrializadas, centro das atividades produtivas, comerciais e de serviços. As novas oportunidades de trabalho do espaço urbano atraíram a população do campo, que havia perdido terras e empregos.

A população urbana passou a crescer mais do que a rural, e as cidades cresceram em termos populacionais mais do que a rural, e as cidades cresceram em termos populacionais e em grau de importância como centros econômicos, culturais e de questões político-administrativa. Nelas, viabilizaram-se com maior facilidade as articulações políticas e organização da produção do comércio e do consumo. Nesse contexto, a Revolução Industrial associou-se, no mesmo compasso, ao processo de urbanização.

Esse processo de industrialização e urbanização tornou-se um fenômeno mundial.

A partir da segunda metade do século XIX, os países industrializados começaram a apresentar problemas, visto que o crescimento econômico conquistado não se traduzia em melhoria da qualidade de vida de grande parte da população urbana.

O proletariado urbano, cada vez mais numeroso, amontoava-se em habitações deterioradas às margens de ruas estreitas, sem saneamento básico nem serviços de coleta de lixo, situações que constituíam ameaças permanentes de convulsão social. Os movimentos socialistas acreditavam que a insatisfação latente das camadas populares, causadas pela situação precária em que viviam, levaria a Revolução Socialista, o único caminho capaz de reverter a situação desumana criada pelo capitalismo industrial (LUCCI et al, 2013, p.82).

Diante desse quadro, o Estado procurará, por meio do planejamento urbano, soluções para remediar os problemas sociais, controlando, assim, as revoltas populares.

Em algumas cidades da Europa Ocidental, como Viena, Londres, Florença e Paris, atendeu-se a problemas comuns, promovendo e criando espaços públicos, alargando ruas e avenidas etc. Importante destacar, todavia, que nem todas as intervenções urbanas ocorridas na Europa, no curso do século XIX, que marcaram a origem do *urbanismo*, partiram de objetivos e concepções idênticos.

A construção de largas avenidas com amplas calçadas, ao mesmo tempo em que criava uma nova configuração estética para a cidade, tinha função estratégica de conter as convulsões sociais. Os sistemas viários dos bulevares facilitavam o rápido deslocamento das tropas de cavalaria e de artilharia e impossibilitavam a formação de barricadas, utilizadas pelos movimentos operários em confronto com a polícia.

URBANISMO NO SÉCULO XX

O urbanismo da primeira metade do século XX caracterizou-se pelo funcionalismo.

Cada espaço da cidade seria destinado a uma forma específica de uso do solo, com o zoneamento urbano respondendo a necessidades utilitárias. Isso resultou na criação das barras residenciais, comerciais e de serviços, interligados por extensas vias de circulação.

A QUESTÃO URBANA ATUAL

Atualmente, as cidades são muito diferentes daquelas existentes no século XIX.

Com a globalização e o aumento da demanda de serviços, as cidades, sobretudo as grandes, reforçaram seu papel de comando na economia nacional e mundial.

Algumas cidades cresceram demasiadamente, atingindo dimensões gigantescas e concentrando populações com mais de 10 milhões de habitantes, configurando as megacidades.

O ritmo de crescimento nessas megacidades ocorre principalmente nos países subdesenvolvidos e emergentes. Estima-se que, em 2015, a Indiana Mumbai será a segunda megacidade da Terra, com 26,3 milhões de habitantes, atrás apenas de Tóquio. Outras cidades também crescerão em termos populacionais, em razão de intensos fluxos migratórios. Dessa forma, devido à falta de planejamento voltado para a satisfação das necessidades sociais e econômicas da população, surgirão problemas gravíssimos, como violência, poluição, ineficiência dos meios de transportes, faltas de ser, habitação etc.

Do ponto de vista operacional e funcional, acredita-se que as megacidades guardaram mais semelhança entre si do que com outras cidades menores do seu próprio país. Em geral, a solução para os seus maiores problemas deve incluir, entre outras providências:

- Investimento em habitação popular;
- Investimento em saneamento básico;
- Maior investimento em transporte coletivo;
- Investimento em saneamento básico;
- Reurbanização das favelas;
- Políticas públicas de controle da poluição do ar, dos rios, das represas;
- Controle de ocupação do solo e dos mananciais de água;
- Investimento em educação pública que valorize a qualidade do ensino.

REDE E HIERARQUIA URBANA

“A rede urbana é constituída por cidades de pequeno, médio e grande porte, as quais cumprem a função de nós nessa rede de fluxos. Porém, as relações entre elas são hierárquicas, pois algumas exercem papel de comando, estando no topo da hierarquia urbana, como as metrópoles e as cidades globais, as quais invadiam e recebem grande parte desses fluxos.” (LUCCI et al, 2013 p.88)

A hierarquia urbana refere-se aos papéis ocupados pelas cidades, na organização socioeconômica e espacial, considerando, por exemplo, a capacidade de concentração dos fluxos e a extensão da área de influência de cada cidade, numa rede urbana.

REFERÊNCIAS

- COTRIM, Gilberto. *História global: Brasil e geral*. São Paulo: Saraiva, 2010. v. 3.
- COTRIM, Gilberto. *História global: Brasil e geral*. São Paulo: Saraiva, 2013. v. 2.
- LEONTIEV, Lev Abramovich; OSTROVITIANOV, Konstantin Vasilevich. *Modos de produção pré-capitalistas*. São Paulo: Global, 1988.
- LUCCI, Elian Alabi; BRANCO, Anselmo Lazaro. *Geografia: homem e espaço: a natureza, o homem e a organização do espaço: 8º série*. São Paulo: Saraiva, 2008.
- LUCCI, Elian Alabi; BRANCO, Anselmo Lázaro; MENDONÇA, Cláudio. *Território e sociedade no mundo globalizado*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- PELLEGRINI, Marco; DIAS, Adriana Machado; GRINBERG, Keila. *Novo olhar história*. São Paulo: FTD, 2010. v. 3.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *A aventura socialista no século XX*. São Paulo: Atual, 1999

4 SOCIOLOGIA

4.1 A CONQUISTA DA AMÉRICA

Existem teorias e autores que defendem a ideia segundo a qual teriam sido outros povos (de origem asiática) os primeiros a chegarem às Américas, em eras remotas que antecederam ao ano de 1492, conhecido como o ano de Descoberta da América por Cristóvão Colombo (DUSSEL, 1998).

No entanto, a colonização, ou seja, os processos de conquista, ocupação, dominação e exploração econômica das terras americanas foram efetivados majoritariamente pelos europeus. Dentre os fundamentos do pioneirismo europeu, assinala-se o processo tecnológico alcançado no período do Renascimento, como um dos aspectos mais importantes. Considerado “o Século das Luzes”, o Renascimento teve lugar na Europa, entre os séculos XIV e XVI, e assim foi denominado pela ênfase no uso da razão (luzes) como o grande instrumento para construir o conhecimento, tanto artístico quanto filosófico e científico. Os iluministas pertenciam à burguesia e ao clero, sendo, portanto, homens de condição socioeconômica privilegiada.

A partir do Renascimento, outros fatores contribuíram de forma importante para que se possa entender a conquista da América. Dentre esses fatores, podemos elencar:

- **O excesso populacional**, que é sempre um fator para grandes deslocamentos de pessoas;
- **O alto nível de pobreza** que assolava a maior parte da população europeia - esta composta primariamente por camponeses - que passava por enormes dificuldades, de maneira que, muitas vezes, era vantajoso para eles se sujeitarem às péssimas condições das embarcações da época a continuar sofrendo a penúrias no continente europeu;
- **A vontade da Igreja Católica no sentido de expandir sua fé e ganhar novos fiéis;**
- **A ascensão dos Estados Nacionais**, os quais buscavam expandir suas fronteiras, o que coincidia com o declínio do sistema feudal; e
- **A necessidade de descobrir novos mercados**, a fim de acumularem mais riquezas.

Além disso, os Europeus conseguiram aprender e melhorar as técnicas de navegação desenvolvidas pelos árabes, possibilitando, assim, que tivessem início as expedições por vias marítimas, objetivando buscar novas terras.

Os ibéricos, devido à maior proximidade com o Oceano Atlântico, foram os primeiros a descobrir a América, mas, posteriormente, os ingleses, holandeses e franceses também aqui chegaram, no intuito de buscar novos territórios para exploração econômica.

A América foi conquistada pelos europeus, nos séculos XVI, XVII e XVIII, através de guerras com os povos nativos, além de algumas negociações entre eles, que incluíram acordos sobre partilhas de terras, mão de obra escrava e riquezas.

Os primeiros a conseguirem novas terras foram os espanhóis e portugueses, os quais se instalaram primeiramente na América Central e do Sul. Posteriormente, nos séculos XVII e XVIII, os ingleses, franceses e holandeses também lograram obter territórios coloniais, após adquirirem as condições políticas e econômicas necessárias para tais empreendimentos. Estes, em sua maioria, consistiam em expedições marítimas dirigidas às terras situadas nas Américas (então chamadas Índias Ocidentais, em alusão às Índias Orientais, portos no Oriente que eram almejados pelos europeus, em razão de suas riquezas).

Diversos foram os conflitos entre as potências europeias em toda a América, que duraram desde o século XVI até o início do século XIX, logo antes das várias proclamações de independência dos países americanos. Dentre inúmeras guerras e tratados, os ingleses conseguiram conquistar a maior parte da América do Norte; os espanhóis, grande parte das Américas Central e do Sul; os portugueses, o Brasil; enquanto os franceses e holandeses dividiram as Guianas e as Ilhas Caribenhhas com os ingleses e espanhóis.

Os colonizadores europeus, principalmente os espanhóis, se depararam com algumas civilizações que não eram completamente primitivas, muito ao contrário, possuíam algum nível de organização e, no caso dos **astecas**, **maias** e **incas**, até impressionavam aos espanhóis por sua arquitetura e conhecimento.

No entanto, devido à ganância dos europeus, sedentos de mais terras que continham diversas riquezas, tais como o **ouro** e a **prata**, as populações indígenas sofreram um grande genocídio, causado pelas guerras durante a conquista, a escravidão ou trabalhos forçados para a Coroa Espanhola, agravados pela disseminação de pragas, essas comuns na Europa à época: a falta de imunidade dos índios a essas doenças gerava inúmeras mortes.

Os nativos da América não puderam resistir à superioridade bélica e ao conhecimento médico dos europeus (muito embora as pragas continuassem a matar muitas pessoas, mesmo entre eles), além do fato de que as várias tribos e reinos ameríndios possuíam divergências entre eles e constantemente guerreavam. Tais divergências foram aproveitadas pela sagacidade dos europeus, que assim exerciam a dominação dos nativos com mais facilidade.

Por mais que algumas civilizações indígenas possuíssem algum nível de desenvolvimento, nenhuma delas tinha poderio militar e tecnológico comparável ao dos europeus. As guerras e pragas geradas pelos europeus aniquilaram civilizações inteiras, e os sobreviventes foram escravizados e obrigados a explorar minerais e outros recursos naturais para enriquecer as metrópoles. Os maus tratos eram muito grandes, principalmente na América Espanhola: existem inúmeros relatos de torturas e matanças desnecessárias feitas em nome da Coroa. Enquanto é verdadeiro afirmar que era uma época na qual a violência entre os homens em geral era comum, existia um importante fator que buscava (sem razão) justificar as atrocidades cometidas: os europeus tratavam os índios como seres inferiores, especialmente por razões religiosas, visto que eram considerados “infiéis”.

No Brasil, os primeiros contatos foram, na maioria das vezes, pacíficos, visto que os navegadores portugueses apenas praticavam o escambo (comércio de trocas) com os nativos, o que pressupunha bom entendimento. Entretanto, a partir do momento em que a Coroa Portuguesa observou que era possível desenvolver atividades agrícolas nas novas terras, surgiram conflitos, nos quais os portugueses saíram vitoriosos em razão de possuírem melhores armas: por serem tidos como seres inferiores, muitos índios foram mortos, enquanto inúmeros, escravizados, foram recrutados para trabalhar nas lavouras de cana-de-açúcar (DEL PRIORE; VENÂNCIO, 2001).

A escravidão era o meio mais comum de mão de obra, na América colonial: primeiramente, por já estarem ali, os indígenas nativos foram os primeiros a serem escravizados. A mão de obra indígena nunca foi completamente descartada, mas não era tão boa para os europeus quanto a africana, a qual chegaria depois: os índios conheciam o mato muito bem, pois ali viviam; portanto, tinham facilidade para conseguir fugir. Já os escravos africanos, que vinham de longe, não conheciam a América como os índios, ficando assim menos propensos a fugir, além de possuírem grande vigor físico, o que facilitava a execução de trabalhos mais pesados.

Outra forma considerada por muitos críticos como “escravidão indígena” foram as chamadas missões jesuíticas, assim denominadas em razão do trabalho de evangelização junto aos índios, por parte dos padres jesuítas. A ordem jesuíta, fundada no século XVI, desenvolvera atividades de evangelização na América, uma vez que os índios eram vistos pela Igreja Católica como criaturas inocentes, que nunca tiveram a chance de ter contato com a salvação. Os jesuítas atuavam nesse sentido, construindo e administrando as missões (aldeias indígenas) onde se ensinava aos índios a religião católica, bem como ofícios, tais como a agricultura e a carpintaria. De acordo com Fonseca, “a vinda dos jesuítas, em 1549, proporcionava assim a expansão da Fé e do Império, reunindo mercadores e evangelizadores sob a mesma empresa” (FONSECA, 2006, p.1).

Muitas foram as críticas feitas aos jesuítas, no sentido de que eles, ao interferir na cultura, causavam danos à própria identidade cultural dos índios. Entretanto,

a complexidade das relações entre indígenas e ibéricos, na época, fez com que muitas vezes os padres fossem aliados dos índios, como, por exemplo, nas **Guerras Guaraníticas**, confronto travado ao final do século XVIII entre forças luso-espanholas (que muito se digladiaram naquela região). Essas guerras aconteceram na região dos Sete Povos das Missões, no atual Rio Grande do Sul. Nesse confronto, as Coroas Portuguesa e Espanhola expulsaram os jesuítas e os indígenas, por desejarem o domínio econômico da região. Os Sete Povos das Missões são atualmente um grupo de cidades localizadas ao sul do país, as quais se constituem em importante patrimônio histórico, cultural e artístico brasileiro, preservado até os dias de hoje.

À conquista da América seguiu-se a colonização europeia: no início, a maioria dos brancos presentes era composta por criminosos punidos pelo governo ou pela *Santa Inquisição*, mas, tendo em vista que, para desenvolver as atividades agrícolas e de extrativismo mineral, eram necessárias pessoas ligadas às coroas portuguesa e espanhola, foram incentivadas, pelos governos desses países, as imigrações de nobres empobrecidos, artesãos, comerciantes, religiosos e soldados. Aos nobres era prometido o acesso a grandes propriedades de terras, como as Capitanias Hereditárias, no Brasil. Aos degredados também era dado o direito a se exilar no Brasil, assim como aos criminosos que para cá vinham espontaneamente (COSTA, 1998).

Várias vezes, apesar de terem conquistado a América, os europeus precisaram lutar contra revoltas das populações subjugadas. Importantíssimas revoltas na América Ibérica podem ser destacadas, como, por exemplo, entre as lutas indígenas, a **Revolução de Túpac Amaru**, um cacique indígena na província de Tinta, no Vice-Reino do Peru: ele organizou um movimento de índios, zambos (mestiços de negros e índios) e criollos (descendentes de colonos espanhóis) contra a exploração colonial da Coroa Espanhola. Ele se dizia descendente do ex-imperador inca Túpac Amaru e pretendia retomar o Império Inca. Conseguiram muitas vitórias e pretendiam a separação, todavia, não foram páreo para o poderio militar dos espanhóis, de sorte que o movimento foi vencido, tendo sido seus líderes brutalmente executados.

Outras lutas relevantes ocorreram, como a **Guerra dos Palmares**, na segunda metade do século XVII. Os portugueses tiveram de enfrentar uma organizada sociedade africana chamada Quilombo dos Palmares, um grande *quilombo* (aldeia habitada por escravos fugitivos), liderada por vários reis, dentre os quais se destacou Zumbi dos Palmares. O Quilombo de Palmares enfrentou e resistiu aos europeus por mais de cem anos, porém, acabou não resistindo ao poderio bélico dos portugueses, que conseguiram destruí-lo e executar seus líderes.

Nas Américas do Norte e Central não foi diferente. Somente à custa de conflitos sangrentos contra as populações nativas (indígenas) e posteriormente contra os escravos negros, os europeus levaram a cabo seu projeto colonizatório. Dessa maneira, inúmeras disputas foram travadas entre colonizadores e povos subjugados. Podemos citar, entre muitas, a **Guerra dos Astecas**, que teve lugar no território hoje

mexicano, acontecimento que trouxe como resultado um grande genocídio cometido pelos espanhóis contra os astecas e a consequente destruição de seu Império.

Tendo conseguido dominar a América, os europeus a colonizaram e exploraram seus recursos econômicos enquanto lhes foi possível, e somente após o final do século XIX tiveram início os processos de independência dos países situados nas três Américas: Norte, Central e Sul.

4.2 CULTURA MATERIAL E IMATERIAL; PATRIMÔNIO E DIVERSIDADE CULTURAL NO BRASIL

De acordo com Benedict, “a cultura é como uma lente através da qual o homem vê o mundo. Homens de culturas diferentes usam lentes diversas e, portanto, têm visões desencontradas das coisas” (BENEDICT, 1973, apud LARAIA, 2001, p. 35).

Para Schneider, “cultura é um sistema de símbolos e significados. Compreende categorias ou unidades e regras sobre relações e modos de comportamento” (apud LARAIA, 2001, p. 33).

Nesse sentido, a cultura é capaz de influenciar tanto aspectos materiais quanto imateriais da vida humana, como valores, crenças e costumes.

O conceito de cultura expressa uma grande complexidade, conquanto os seres humanos, ao viver em variados contextos, são capazes de produzir e transmitir sua cultura, que está continuamente em movimento.

Podemos conceber como cultura material, na sua definição mais clássica, a transformação do mundo da maneira como nos é apresentado naturalmente, em objetos, mecanismos e artefatos, por meio de tecnologias. Tecnologia é aqui entendida como a apropriação dos saberes acumulados no contato homem-natureza, resultando em uma produção continuada. Destacamos que a tecnologia é utilizada também na produção da cultura imaterial, sendo, portanto, considerada um dos domínios mais adaptativos da cultura (MEGGERS, 1977, apud LARAIA, 2001, p. 32)

A cultura imaterial, conforme mencionado acima, ao compreender aspectos intangíveis das diversas formas humanas de interpretar o mundo, é mais bem definida, se levarmos em conta, além dos aspectos conscientes da cultura imaterial, como normas e regras de comportamento, os **símbolos**.

Os símbolos podem ser compreendidos como normas e regras não-formais que indivíduos de uma mesma cultura compartilham. “Como, por exemplo, a cor preta significa luto entre nós e entre os chineses é o branco que exprime esse sentimento” (LARAIA, 2001, p.29).

A cultura de um povo é parte fundamental de seu patrimônio, sendo que sua preservação não se faz sempre de maneira pacífica: são necessárias muitas lutas para conservar, manter e projetar o patrimônio de um povo para o futuro: “Para que exista patrimônio é necessário que ele seja reconhecido, eleito, que lhe seja conferido valor, o que se dá no âmbito das relações sociais e simbólicas que são tecidas ao redor do objeto ou do evento em si” (POULOT, apud COSTA; CASTRO, 2008, p. 126).

O Brasil possui uma das culturas mais diversificadas do mundo: isso ocorre porque a base populacional do país é composta por pessoas das mais variadas origens e etnias. As razões para essa composição, no que diz respeito à cultura material, provêm dos efeitos advindos da exploração mineral e vegetal: de um lado, pela escravidão de índios nativos e, posteriormente, dos negros, que para cá vieram no **maior ciclo migratório forçado** de nossa história. Outros movimentos migratórios que se seguiram, ao longo da História do Brasil, também contribuíram para diversificar nossa cultura, como veremos logo adiante.

Os índios nativos que habitavam o território brasileiro, anteriormente à época da chegada (estimada no ano de 1500) dos portugueses, em maior número, e de outros povos europeus, como franceses, espanhóis e holandeses, se constituíam em diversas comunidades indígenas, cada uma delas com uma cultura que lhes era própria. Podemos citar, como exemplo, os índios Kayapós, os quais praticavam a agricultura conforme se apresentava a terra que percorriam: nas ilhas naturais de recursos, exploravam a caça, nas terras de cultivo, plantavam milho, batata-doce e mandioca; nas trilhas, praticavam a pesca e a caça; nos campos antigos, cultivavam batata-doce, mamão, cará e inhame (TOMAZI, 2000, p.61-62).

Inúmeras outras tribos, como os Tupinambás, Gaimurês, Carijós, Tupiniquins, Marcataiás, Carajás e Potiguaras, entre outros, estabeleciam, cada uma delas, uma relação diferenciada com os colonizadores, conforme ilustra o trecho abaixo:

Hans Staden revelou que a união entre Tupinambás e franceses fazia parte de uma estratégia político-militar e comercial. Os Tupinambás desgostavam dos portugueses e eram inimigos históricos dos Tupiniquins, amigos dos lusos. Mas sua relação com os franceses não se resumia a essa questão, também era definida por relações comerciais, pois queriam ferro, machados e anzóis especialmente, em troca do que forneciam penas, couros e madeiras (CORRÊA, 2006, p.81).

No entanto, a forma de viver e trabalhar dos índios, em suas diversas etnias, cujas culturas, compostas por ideias, valores e exploração dos recursos naturais sem objetivos de lucros, foram incompatíveis com o ideário dos colonizadores, em especial dos portugueses (colonização predominante), que, ao não aceitar e respeitar a cultura indígena, acabaram por dizimar milhões de índios que aqui viviam, estimados por antropólogos em pelo menos 5 milhões de habitantes.

A partir dessa impossibilidade de explorar os indígenas da forma que queriam, os portugueses foram procurar, em outras terras, populações que pudessem trabalhar para atingir seus objetivos de encontrar e produzir riquezas.

Assim, por volta de 1580, os portugueses buscaram no continente africano a mão de obra necessária para produzir mercadorias que seriam comercializadas no mercado europeu. Esse intento foi alcançado com a escravização dos negros africanos, os quais, além produzirem riqueza por seu trabalho na agricultura da cana-de-açúcar, eram eles próprios vendidos como mercadoria, na terrível prática do **tráfico negreiro**.

Tanto índios como negros resistiram à escravidão imposta pelos portugueses. Porém, o saldo da escravidão para ambos foi negativo, pois houve a aplicação nesses povos de castigos físicos de toda ordem, além de assassinatos em grande número, cometidos contra eles por portugueses e outros, entre os quais sertanejos e bandeirantes. Consequentemente, houve uma perda irreparável de elementos materiais e imateriais de suas culturas. Assim mesmo, aspectos importantes das culturas indígenas e negras permanecem vivos até os dias de hoje.

No caso da cultura indígena, o gosto pelo plantio de determinados alimentos, como a mandioca e o milho (cultura material), e a denominação de localidades, bairros e logradouros (cultura imaterial), como a cidade de Ubatuba, em São Paulo, o bairro Abaeté, em Salvador (BA), e a Rua Coroados, em Marília, são marcas indeléveis dessa herança cultural. Tais denominações, mais do que apenas nomeações, guardam estreita relação com a história e a cultura indígena dos locais mencionados.

A cultura negra tem, nos cultos africanos, importante legado de suas raízes (aspecto imaterial). Esses cultos, ao se mesclarem com santidades católicas, resultaram nos **cultos afro-brasileiros**, que, embora discriminados por policiais e outras religiões, se fazem presentes até hoje, na cultura brasileira:

Desde o início as religiões afro-brasileiras se fizeram sincréticas, estabelecendo paralelismos entre divindades africanas e santos católicos, adotando o calendário de festas do catolicismo, valorizando a freqüência aos ritos e sacramentos da Igreja católica. Assim aconteceu com o candomblé da Bahia, o xangô de Pernambuco, o tambor-de-mina do Maranhão, o batuque do Rio Grande do Sul e outras denominações, todas elas arroladas pelo censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) sob o nome único e mais conhecido: candomblé (PRANDI, 2004, p. 225).

O povo brasileiro foi sendo formado a partir do entrelaçamento entre índios, portugueses, negros e outros estrangeiros, nos primeiros anos da colonização, sendo que os paulistas, em especial, ao desbravarem as terras brasileiras à procura de ouro e outras riquezas, contribuíram para a diversidade humana e, portanto, cultural do Brasil, embora de forma muitas vezes perversa, pois, quando partiam de suas terras para a ocupação nas minas, se serviam de muitas mulheres índias, muitas vezes, contra sua

vontade. Naquele contexto em que se vivia, em cidades, vilas e povoados, “a mistura é de toda condição de pessoa: homens e mulheres, moços e velhos, pobres e ricos, nobres e plebeus, seculares, clérigos e religiosos de diversos institutos, muitos dos quais não têm no Brasil convento nem casa (ANTONIL, 1982, p. 263, grifo nosso).

Os paulistas e, em especial, os bandeirantes, embora tenham agido de forma violenta contra índios e negros, também construíram e preservaram elementos indígenas na cultura brasileira. Destacam-se na culinária paulista, por exemplo, o feijão-tropeiro, a cachaça e, da cultura indígena, o mel. Utilizando-se de forma violenta da mão de obra indígena, adicionaram à cultura brasileira o gosto pelo mel: “O mel era alimento particularmente apreciado pelos expedicionários paulistas, que para obtê-lo se serviam dos silvícolas, hábeis em encontrar colmérias seguindo as abelhas com os olhos” (PACHECO NETO, 2002, p. 20).

Não se pode esquecer do legado cultural português, a língua portuguesa, o seu elemento fundamental. O catolicismo é outra herança dos portugueses, sem contar a culinária e outros costumes.

Na educação, dimensão que também reflete a cultura de um povo – e “por mais de duzentos anos” –, os jesuítas (padres católicos) implantaram e perpetuaram: “um sistema escolar [...], articulado por uma visão de ensino que visava o preparo dos jovens da elite brasileira para seguir os estudos superiores na Universidade de Coimbra ou em alguma das universidades da França” (VECHIA, 2005, in STEPHANOU; BASTOS, p. 78).

Após a expulsão dos jesuítas do Brasil pelo Marquês de Pombal (1699-1872), dirigente português, a influência lusa na educação permaneceu, daquela vez permeada pelos ideais iluministas, uma vez que Pombal foi por eles influenciado. Os iluministas tinham no uso da razão um de seus principais pilares; esta seria o princípio garantidor da liberdade humana. Ao longo da história, o sistema educacional brasileiro continuou incorporando outras influências e sendo reformulado ao sabor das mudanças políticas, no país.

Com relação à economia, logo após a abolição da escravatura em 1888 e, em alguns lugares, até mesmo antes, o Brasil iniciou o recrutamento de trabalhadores livres e estrangeiros para trabalhar nas lavouras brasileiras, que pudessem substituir a mão de obra negra, recém-liberta.

Desde 1894, e nas décadas seguintes, aqui chegaram os imigrantes: italianos, portugueses, espanhóis, alemães, sírios, libaneses, japoneses e outros povos, em menor número. Foram atraídos pelas promessas de um Brasil que se apresentava nas propagandas “como um paraíso propício à formação de fortunas, uma terra de oportunidades e de sossego, um verdadeiro paraíso no novo mundo, distante do caos que havia se tornado a Europa” (PRIORI et al., 2012, p.35-36). Os europeus, que

sofriam com as guerras e a falta de perspectiva de sobrevivência, sentiram-se atraídos, nesse contexto, a emigrar para as terras brasileiras.

Portanto, as origens culturais do Brasil, vindas de três continentes diferentes, foram teorizadas no século XIX como formadoras da identidade cultural brasileira, a qual seria diferente da portuguesa. Embora tais origens tenham sido demasiadamente simplificadas e utilizadas para fins políticos, a verdade é que o patrimônio cultural do Brasil é realmente bastante diversificado: as origens advindas da América, Europa e África (e de vários lugares diferentes, dentro desses continentes) se traduzem nas mais variadas formas de artesanato, arte, danças, canções, culinária, lendas populares, dentre outras manifestações culturais materiais e imateriais, decorrentes da diversidade cultural brasileira (DEL PRIORE; VENÂNCIO, 2001).

Muito desse patrimônio é inclusive resultante de fusões entre os grupos culturais que vieram para cá, o que fortalece a idéia da “antropofagia cultural” brasileira, formulada pelo artista e escritor Oswald de Andrade, desenvolvida no início do século XX (NOGUEIRA, 2007).

4.3 HISTÓRIA DOS POVOS INDÍGENAS E A FORMAÇÃO SOCIOCULTURAL BRASILEIRA

Antes da chegada dos portugueses, o território que posteriormente viria a ser o Brasil era povoado por uma enorme diversidade de populações indígenas. O processo de contato com os europeus levou a enormes mudanças e impactos nas populações indígenas locais, como o aumento da mortalidade, a desestruturação e dispersão dessas sociedades, grandes deslocamentos que contribuíram para produzir conflitos entre os povos indígenas.

Apesar das fontes para os estudos da população indígena original do território brasileiro, estudos antropológicos indicam que houve um intenso processo de transformação, adaptação e mudança das populações indígenas originais, desmentindo, assim, a imagem fantasiosa de povos cujo modo de vida permaneceu o mesmo desde a chegada dos europeus ao continente americano.

Foi no início do século XV, com a tentativa dos europeus de chegarem às Índias em busca de especiarias, que começou a exploração sistemática do território africano e sul-americano. Aqui, os portugueses implementaram uma cultura comercial de exploração de recursos naturais para a exportação. O Brasil cooperaria com a produção do algodão, do açúcar, do ouro e outras pedras preciosas e, posteriormente, do café.

Os indígenas que se encontravam no território brasileiro, apesar de dominarem algumas técnicas de cultivo, não se identificavam com o trabalho sedentário, além de se oporem à desapropriação de seus territórios e de sua liberdade. Temerosos de perder o controle territorial, os portugueses fomentaram guerras de extermínio

contra os indígenas, inclusive aprofundando as hostilidades entre as diversas tribos que aqui se encontravam.

Segundo a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha (1943-), estima-se que, à época da chegada (que podemos qualificar de invasão) dos portugueses, habitavam aqui algo entre 1 e 8,5 milhões de indígenas e, após 150 anos, acredita-se que cerca de 95% dessa população tenha sido dizimada, tanto pelo confronto, quanto pelo trabalho forçado ou por doenças espalhadas pelos europeus.

Variam as culturas, as línguas, as formas de organização social e política, os rituais, as cosmologias, os mitos, as formas de expressão artística, as habitações, as maneiras de se relacionar com o ambiente em que vivem etc.

Muitas foram as contribuições indígenas à cultura brasileira e universal. Alguns elementos das culturas indígenas revolucionaram a economia ocidental, com destaque para certas plantas e alimentos, como a batata, o milho e a mandioca, os quais foram rapidamente assimilados pelo restante do mundo e enriqueceram muitas carências alimentícias da população mundial. Outras plantas, como o cacau, o tomate, o tabaco, o mate e muitas plantas medicinais representam até hoje destacado papel na economia mundial.

FORMAÇÃO SOCIOCULTURAL BRASILEIRA

Aproximadamente por três séculos, o que hoje chamamos de Brasil foi um território colonizado. Essa condição colonial circunscreve certas características fundamentais que deixaram marcas profundas, nesta parte do mundo. As colônias foram constituídas a partir de um desdobramento da expansão marítimo-comercial europeia, iniciada pioneiramente por Portugal, no século XV. Grande parte do trabalho no território era realizado por mão de obra escravizada, o que faz a influência das populações negras no país, hoje, ser de ordem bem diversa das demais migrações. Diferente dos contingentes europeus ou asiáticos, por exemplo, que vieram mais recentemente para o Brasil como mão de obra livre, as populações negras de África chegaram marcadas pelo processo de escravidão – e desumanização – que a colonização escravista acarretava.

Desse modo, a formação sociocultural brasileira é o resultado de um processo de inúmeras influências, as quais passam pelos colonizadores que ocuparam as terras no séc. XVI, o uso de mão de obra africana e indígena e a vinda de imigrantes europeus e asiáticos, num momento posterior.

Com os imigrantes europeus e asiáticos, vieram tradições, costumes, crenças, culinária, arte, ritos religiosos de suas culturas de origem, assim como conhecimentos característicos de suas profissões, como agricultores, artesãos, ourives, marmeneiros etc.

Povos tão diferentes, coabitando um mesmo território, resultaram numa variedade imensa de características culturais presentes desde a formação do que hoje chamamos de Brasil. Também as migrações internas propiciaram trocas interculturais e interferiram no desenvolvimento de uma identidade nacional própria do Brasil, como a culinária, onde temos o churrasco, o pão de queijo, a tapioca, o vatapá, a feijoada, entre outros elementos que nos auxiliam a nos entendermos enquanto um povo, que, apesar das diferenças, possui características próprias.

Essa pluralidade de etnias e culturas composta por diversas formas de organização social, em diferentes grupos, é uma marca de nossa cultura. Todas essas diferenças entre seus habitantes, pela cor da pele, classe social a que pertencem, região onde moram etc., fizeram do Brasil um país extremamente desigual, em que existem um racismo e uma discriminação difusos, porém efetivos, de preconceitos.

Muitas são as concepções e representações da cultura brasileira, em função de nossa diversidade e desigualdade social marcantes. Podemos lembrar os sobreviventes do genocídio indígena, que, até o momento atual, não conseguem viver sua cultura de forma plena, quando, por exemplo, fazendeiros se aproveitam de suas terras ilegalmente, acabando com os recursos naturais que as tribos utilizariam como forma de subsistência.

Mesmo que muitos traços culturais indígenas estejam presentes até hoje, em nosso modo de vida, a participação desses povos em nossa história é pouco valorizada pela maioria. O mesmo ocorreu com os africanos escravizados, a quem foram impostas a língua e a religião dos portugueses, para facilitar o entendimento das ordens recebidas e fazê-los obedecer mais facilmente.

Dessa forma, é comum a cultura europeia ser julgada superior às outras, o que resultou em inúmeros conflitos e formas de resistência por boa parte da população.

CONFLITOS E FORMAS DE RESISTÊNCIA INDÍGENA E AFRICANA NA AMÉRICA

Desde a resistência à escravidão até a criação de instituições, os cativos africanos se opuseram das mais diversas maneiras à ordem escravista. As formas mais frequentes se constituíram em fugas, revoltas, aquilombamentos, sabotagens, entre outros recursos. Porém, a resistência dos escravos africanos ocorreu também por meio de estratégias pacíficas, como em atos de desobediência, afirmação cultural e atitudes dissimuladas.

A presença africana nos conflitos nacionais foi notável. Episódios que envolveram os quilombos dos Palmares, a Guerra dos Farrapos, a Guerra do Paraguai, são alguns exemplos. A seguir, outros com presença marcante dos africanos:

- **Revolta dos Malês na Bahia:** as revoltas que estavam acontecendo no oeste africano, no final do séc. XVIII, ajudou para que um enorme contingente de hauçás, peules, mandingas, nupês e nagôs desembarcassem na Bahia. Com um certo grau de consciência política e instrução, esses africanos introduziam aos outros negros ideias de revolta, resistência e submissão. Inspirados desde os líderes islâmicos africanos até os negros no Haiti, eles lideraram de 1807 a 1835 uma série de revoltas, a qual resultou em dezenas de mortos e seguiu-se de violenta repressão das autoridades imperiais.
- **Balaiada no Maranhão:** rebelião iniciada em 1838 e só dominada em 1841; movimento da população humilde que contestava a autoridade da aristocracia rural na região, teve como estopim o episódio protagonizado pelo vaqueiro negro Raimundo Gomes, que marchou em protesto à capital, conseguindo a adesão de outros líderes descontentes, como o quilombola Cosme Bento de Chagas.
- **Revolta das Chibatas:** No Rio de Janeiro, em 1910, durante a República, os rebelados reivindicavam o fim dos maus-tratos (inclusive chibatadas) infligidos aos subalternos pelos oficiais, nos navios da Marinha de guerra brasileira. Os revoltosos tomaram os principais navios da frota e, após uma manobra, foram ludibriados pelas autoridades federais e presos em condições insalubres. Poucos foram os sobreviventes, mas o movimento marcou a resistência em prol da afirmação da cidadania afro-brasileira.

Outra forma de resistência africana foram os “quilombos”, palavra esta que significa “ajuntamento de escravos fugidos”. O mais famoso foi o Quilombo dos Palmares, tendo surgido no início do séc. XVII, onde hoje é o sertão do estado de Alagoas, chegando a ter uma população estimada de 20 mil habitantes. O crescimento de Palmares, juntamente com a economia açucareira, ajudou nas condições para fuga de escravos, o que assustou as autoridades, de maneira que, após inúmeras investidas militares, o quilombo dos Palmares foi definitivamente derrotado, em 1695, pelas tropas do governo. Em 20 de novembro de 1695, seu líder, Zumbi dos Palmares, foi morto, degolado e sua cabeça enviada para Recife.

Os indígenas que habitavam o território do Brasil atual também reagiram à invasão portuguesa na América. Até poucos anos atrás, havia um mito de que o índio aceitou submissa e passivamente a dominação de seu território, a erradicação de sua cultura, a exploração de seu trabalho etc. Hoje, sabemos que havia uma hostilidade entre muitos povos indígenas que já estavam habituados a travar guerras, o que facilitou aos portugueses tomar partido, conforme sua conveniência, de ajudar uma tribo para combater a outra. Outro fator importante é a desigualdade das condições da luta: de um lado, homens nus, com arcos e flechas; de outro, homens protegidos

por armaduras de metal, entrincheirados atrás de fortalezas de pedras, com armas de fogo que matavam à distância.

Florestan Fernandes aponta ao menos três alternativas básicas de resistência indígena:

1. a expulsão do invasor pela força;
2. a subordinação na condição de aliado ou de escravo;
3. a fuga para áreas intangíveis.

Apesar de se tratar de tribos guerreiras, esses indígenas estavam diante de homens que não respondiam às regras vigentes nas guerras intertribais, muito pelo contrário, as características dos “conquistadores” eram a cobiça e a falta de limites.

O desconhecimento do invasor que apareceu de forma inesperada e a desmoralização do poder do xamã se somaram à transmissão de doenças, as quais eram igualmente desconhecidas e matavam populações inteiras, pela falta de defesa orgânica para essas moléstias. Outro fator importante a ser mencionado é que, nas circunstâncias em que eram acometidos por essas doenças ou assaltados pelos invasores, os indígenas não dispunham de reserva de água ou alimentos, morrendo tanto de fome e sede quanto de enfermidades e assassinatos.

4.4 HISTÓRIA CULTURAL DOS POVOS AFRICANOS

Para contextualizar o que podemos chamar de cultura dos povos africanos, em nosso contexto cultural, é importante destacar que o mesmo foi marcado por dois aspectos fundamentais: a colonização e a escravidão.

A partir de 1580, aumentou a frequência da chegada de escravos ao Brasil, provenientes de algumas regiões da África. A produção de açúcar nos engenhos do Nordeste, o aumento da presença portuguesa na África e as crescentes dificuldades de escravização dos índios fizeram aumentar significantemente o número de africanos escravizados trazidos ao país.

LINHAS DE TRÁFICO DE ESCRAVOS ENTRE ÁFRICA E BRASIL

Grosso modo, há três grandes grupos culturais (subdivididos em centenas de subgrupos) originários da África que vieram para a América portuguesa: os que receberam o nome de sudaneses (os quais não devem ser confundidos com os nativos do atual Sudão), os representantes das culturas guineano-sudanesas islamicizadas e os bantus.

1. **Grupos sudaneses:** esses grupos localizavam-se em um amplo território ao sul do deserto do Saara, correspondendo ao sudoeste do atual Sudão, até a costa atlântico-africana, correspondendo aproximadamente aos territórios que formam o Golfo da Guiné e adjacências. Os povos iorubá da Nigéria foram o destaque entre os sudaneses.
2. **Culturas guineano-sudanesas:** As culturas guineano-sudanesas islamizadas eram originárias de territórios que correspondem à atual Nigéria e algumas regiões na altura do Golfo da Guiné. Entre estes grupos, destacam-se os hauçás.
3. **Bantus:** se estendiam ao sul dos grupos sudaneses, desde a costa oriental africana até o litoral atlântico-africano, correspondendo a um vasto território do centro ao sul do continente, onde hoje estão localizados, entre outros, Congo, Angola, Moçambique e estados adjacentes. Do ponto de vista numérico, os africanos provenientes desse grupo predominaram na América portuguesa e, segundo especialistas, tiveram muita importância na formação da sociedade brasileira. No interior desse grupo, destacam-se as numerosas tribos do grupo angola-congolês e as da chamada Contra-Costa, ou seja, o litoral oriental africano, no qual se ressaltam os originários de territórios que correspondem aproximadamente ao atual Moçambique.

O comércio de africanos escravizados por portugueses e brasileiros pode ser dividido em três grandes momentos:

- 1º) De 1440 a 1580: Escravos da chamada Alta Guiné, na região do rio Gâmbia, eram vendidos para outras partes da África, para Lisboa, Cabo Verde e América espanhola, a fim de minerar prata.
- 2º) De 1580 a 1690: Período de guerras de resistência angolanas contra os portugueses, que faziam muitos prisioneiros, os quais eram vendidos como escravos, comércio era feito principalmente pelo porto de Luanda. Período de grande crescimento da produção açucareira no Nordeste do Brasil.
- 3º) De 1690 até o final do tráfico, em 1850: Chegavam mais escravos de origem sudanesa ao Nordeste e mais escravos bantos ao Sudeste.

O que caracterizou as diferenças culturais dos escravos africanos trazidos ao Brasil foi a enorme variedade de povos, com culturas, línguas, religiões, atividades econômicas e organização social diferentes entre si. A despeito das diferentes etnias, essas pessoas tinham algumas semelhanças que faziam com que elas se identificassem umas com as outras.

A influência banto é a mais disseminada e antiga, no Brasil; dela vieram os vários tipos de samba, em suas formas originais; as danças dramáticas e em cortejo, evoluindo dos cucumbis, congadas e maracatus até as escolas de samba; a capoeira e o maculelê; técnicas de trabalho; e alimentos preparados de maneira peculiar, como

o pirão, o angu e o quibebe; enquanto as manifestações religiosas de influência banto resultaram de uma mistura que incorporou elementos das culturas indígenas, portuguesa e iorubá.

A matriz oeste-africana, iorubá, influenciou as vestimentas femininas, pelo uso de turbantes, saias rodadas, batas de renda, colares e pulseiras características do traje das “baianas de tabuleiro”, típicas da região de Salvador, assim como suas religiões se mantiveram mais próximas das matrizes africanas.

HERANÇAS CULTURAIS

Nossa cultura é enormemente influenciada pela África, em diferentes áreas do conhecimento humano, como podemos notar nos exemplos a seguir:

Música: serve para invocar e louvar divindades, exaltar os feitos de um povo, manifestar um sentimento e suavizar um trabalho – “música de senzala”, um adjetivo pejorativo a música instrumental produzida por cativos negros. Na América, a música negra influenciou decisivamente o *blues*, *jazz*, *rumba* etc.; no Brasil, o samba, a bossa nova e a música popular, sem contar estilos mais recentes, como o *rap* e o *funk*. Tambores, atabaque, berimbau, marimba, cuíca, reco-reco, zabumbas e matracas são apenas alguns poucos exemplos dos instrumentos musicais trazidos e desenvolvidos devido à influência africana no Brasil.

Dança: dos africanos ocidentais, principalmente dos iorubás, herdamos as danças dos orixás, ricas em teatralidade, executadas em rituais evocando momentos de sua mitologia. E dos bantos, as danças em círculo caracterizam-se pela performance lúdica de um solista no centro da roda, daí inclusive a expressão “samba de roda”. As danças em cortejo representam as embaixadas dos potentados da África a seus vizinhos, como o maracatu.

Língua e literatura: nosso vocabulário está repleto de africanismos; predominantemente das línguas do grupo banto, conservamos palavras como caçula, candomblé, cochicho, macumba, quitanda, sunga, umbanda, camundongo e outras milhares. Escritores brasileiros de origem africana, resumidamente, podemos listar: Basílio da Gama, Castro Alves, José do Patrocínio, Machado de Assis, Tobias Barreto, Mario de Andrade, Lima Barreto, entre tantos outros

Religião: a religiosidade afro-brasileira herdou dos bantos o culto aos chefes de linhagens, heróis fundadores e dos ancestrais. Do oeste-africano, o culto aos elementos e forças da natureza. Os primeiros registros dos africanos atuando enquanto curadores,

adivinhadores e ritualistas datam da segunda metade do séc. XVII, com a circulação do termo “calundu” para essas práticas. A umbanda, que tem entre outros significados o de “medicina” e é pejorativamente chamada de “macumba”, é uma religião que funde elementos africanos com o catolicismo e outros tipos de sincretismos. O culto aos pretos velhos (espíritos de antigos escravos africanos), caboclos (espíritos de antepassados indígenas) e orixás iorubanos cristianizados são alguns dos elementos dessa religião. Já o termo candomblé se refere a um conjunto de religiões provenientes e recriadas pelos iorubás, expressando o culto a orixás e voduns.

4.5 A LUTA DOS NEGROS NO BRASIL E O NEGRO NA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA

Os negros possuem importantíssima participação na formação da sociedade brasileira: trazidos em grande número como escravos e vindos de variados locais da África, eles trouxeram seus hábitos, crenças e cultura, os quais foram de suma importância para a formação da sociedade brasileira, mesmo que contra a vontade das elites dominantes. Eles enfrentaram os abusos dos senhores de engenho e seus capatazes, nas lavouras, minas e em quaisquer lugares nos quais fossem obrigados a trabalhar, e, mesmo após o fim da escravidão, precisaram e ainda precisam lutar contra os problemas sociais que atingem a população negra e menos favorecida.

Conforme ensinam Del Priore e Venâncio (2001), desde muito antes da Abolição da Escravatura, em 1888, por meio da edição da Lei Áurea, os negros já resistiam à dominação escravocrata. A principal forma de resistência, que se tornou emblemática e existe em muitos lugares, até hoje, como parte integrante da história brasileira, foram os quilombos, isto é, locais onde se abrigavam comunidades de negros que fugiam dos engenhos, minas e lavouras e se organizavam em verdadeiras sociedades subsistentes, praticando a agricultura, o comércio, e possuindo regras e práticas religiosas internas.

Na verdade, essas práticas vieram ainda da própria África, onde os negros que eram aprisionados e marcados para serem vendidos aos europeus se rebelavam contra os reis e caciques africanos que obtinham lucro, por meio do comércio e do tráfico negreiros. Na América, não tendo poder de fogo para ameaçar as estruturas coloniais europeias, eles buscavam causar comoções, atacando engenhos fugindo para o mato, onde era mais difícil serem capturados.

No Brasil, especificamente, ficou conhecido o que possivelmente foi o maior quilombo da América, o **Quilombo dos Palmares**: situado em uma região acidentada entre Alagoas e Pernambuco, o Quilombo dos Palmares era uma grande aldeia, que durou por mais de cem anos, tendo inclusive enfrentado e resistido com sucesso às invasões holandesas de meados do século XVII.

Um dos *reis* e heróis de guerra desse quilombo era chamado Zumbi, nome advindo da palavra *nzumbi*, que, na língua banta, significa algo como guerreiro e líder espiritual. O **Zumbi dos Palmares**, como ficou conhecido, foi executado pelos portugueses em razão da queda do quilombo, destruído por expedições capitaneadas pelo experiente bandeirante Domingos Jorge Velho.

Zumbi se tornou um mártir e símbolo da resistência negra, no Brasil, tanto que o dia de sua execução, 20 de novembro de 1695, é hoje celebrado como o *Dia da Consciência Negra*, no país. A influência dos quilombos foi tão grande que, até hoje, em alguns lugares da América Espanhola, existe uma expressão popular denominada *quilombo*, indicando problema ou situação complicada (denotando como os quilombos incomodavam a sociedade escravocrata).

De qualquer forma, por se constituírem em um grande grupo populacional, ainda que não homogêneo, estiveram presentes em todos os cantos do Brasil. Dessa maneira, acabaram por permear a própria identidade nacional brasileira como um todo, apesar da oposição das camadas dominantes.

No século XIX, a despeito da Abolição da Escravatura promovida pelos próprios europeus, na América, foram aperfeiçoadas as “teorias raciais” que já vinham se desenvolvendo na Europa, desde o final da Idade Média. Tais teorias procuravam justificar o neocolonialismo (de dominação militar mais incisiva), na África, e afirmar que o branco era “civilizado” e, por razões biológicas (sem nenhuma comprovação científica plausível), mais inteligente e capaz do que os negros. Condenavam ainda, fortemente, a miscigenação entre as raças, com o argumento de que as gerações oriundas dessa “mistura” seriam “degeneradas”.

Como o Brasil era um país altamente influenciado pela cultura europeia, pensava-se que o negro era uma raça de origem inferior, algo acentuado pela cultura da escravidão, muito presente no país, que foi um dos últimos países no mundo a realizar a abolição da escravatura.

No entanto, a cultura negra não agradava às elites governantes, que, largamente influenciada pela cultura francesa introduzida no país, no século XIX, desejava que o Brasil fosse visto como “civilizado” e mais próximo aos europeus.

Os movimentos de imigrantes europeus foram, ao mesmo tempo, uma forma de mão de obra barata que visava a substituir os escravos, e também uma forma de promover a chamada “branqueificação” do país, que tinha uma população de negros muito maior do que a de brancos, até então.

Hofbauer, ao analisar a ideia de branqueamento, afirma que esta “é uma ideologia (teoria) genuinamente brasileira, que surgiu no final do século XIX como uma adaptação das teorias raciais clássicas à situação brasileira” (HOFBAUER, 2003, p.10-11).

O sociólogo Florestan Fernandes, um dos mais proeminentes autores brasileiros que estudou e analisou a questão negra, no país, afirma que o período pós-Antigo Regime da Escravatura foi determinante para a exclusão e a discriminação dos negros. Diante da liberdade, Florestan narra que a população negra não trilhou o mesmo caminho. Houve uma divisão em seus destinos, uma vez que os chamados “negros da casa grande” tiveram melhor sorte nos novos tempos que se iniciavam, com o capitalismo adentrando no país. Já os “negros do eito”, que trabalhavam nas plantações ou nas minas, foram deixados à própria sorte pelo Estado. Os fazendeiros preferiam os europeus para trabalhar nas lavouras, visto que estes já estavam habituados às condições de trabalho, no capitalismo. Ademais, não conseguiam emprego, pois não sabiam ler nem escrever e, sem trabalho, muitos deles se entregavam ao alcoolismo e se mantinham por meio de ocupações temporárias, em trabalhos precários, como em terrenos baldios, bares etc. Às mulheres, coube prover os lares, empregando-se como domésticas, lavadeiras, engomadeiras e costureiras (FERNANDES, 1978).

Mesmo ao sabor de tantos preconceitos e exclusões, ao longo da história do Brasil, a população negra seguiu sendo numerosa, e sua contribuição para a formação do povo brasileiro é inegável. As raízes musicais e literárias legadas pelos negros, como o samba, na música, demonstram a vitalidade de sua cultura, que hoje é parte indissociável da música popular brasileira. Na literatura, na política, nas artes em geral, grandes homens negros deixaram sua marca, como o escritor e jornalista Lima Barreto (1881-1922), o político e jurista Ruy Barbosa (1849-1923), o esportista Edson Arantes do Nascimento (Pelé) (1940-), entre tantos outros.

Os negros colaboraram em muito para a formação da sociedade brasileira e, somente a partir dos anos 2000, o Brasil inicia uma revisão em suas políticas públicas, de modo a incluir o negro como cidadão com as mesmas oportunidades e direitos que os brancos. Seguem-se, então, a gradativa implantação de ações afirmativas nesse sentido, como as cotas para negros nas Universidades Públicas e no Serviço Público.

Nesse sentido, a militância negra tem especial importância para o resgate dos negros à condição de plenos cidadãos brasileiros, pois essas transformações na estrutura política, de modo a compensar os negros por séculos de exclusão e discriminação, não teriam ocorrido sem suas lutas (HOFBAUER, 2006).

4.6 TRANSFORMAÇÕES NA ESTRUTURA PRODUTIVA NO SÉCULO XX: O FORDISMO, O TOYOTISMO, AS NOVAS TÉCNICAS DE PRODUÇÃO E SEUS IMPACTOS

A origem da revolução industrial inglesa, na segunda metade do século XVIII, não significou apenas a substituição da estrutura de produção agrário, extrativista e mercantilista pela urbana e industrial. Provocou também mudanças radicais

no campo político, econômico, científico, tecnológico, social, ambiental, cultural e, principalmente, na relação entre o homem e a natureza.

O paradigma da primeira revolução industrial inglesa promoveu a substituição da produção artesanal pela mecanizada, o aparecimento de novas máquinas, fontes de energia e novas formas de relações de trabalho (operários assalariados e empresários industriais). Embora tenha causado um progresso técnico/científico até então nunca presenciado pela humanidade, num primeiro momento, ele não foi eficaz no desenvolvimento de uma concepção de organização e de gestão da produção e do trabalho capacitada para combater os altos índices de desperdícios de matéria-prima, de produtos com defeitos e da porosidade (tempo perdido) da mão de obra no chão da fábrica. Seu domínio prevaleceu até aproximadamente os anos 60 do século XIX, quando foi substituído pelo paradigma da segunda revolução industrial.

É no paradigma da segunda revolução industrial, que, através da busca incessante da eficiência e da eficácia no campo produtivo, entre o final século XIX e início do século XX, que foram instauradas as primeiras concepções de organização e de gestão da produção e do trabalho como, por exemplo, o taylorismo e o fordismo. Elas objetivam tornar a dinâmica da produção e do trabalho mais racionais. No decorrer do século XX, essas concepções não só influenciaram a organização e a gestão da estrutura administrativa da produção e do trabalho no mundo industrial, como também outros setores da atividade humana.

Jules Henri Fayol, um dos teóricos clássicos da Ciência da Administração, foi decisivo para que as concepções taylorista/fordista extrapolassem as fronteiras territoriais da indústria e fossem adequadas e aplicadas nos mais diversos tipos de atividades desenvolvidas pelo homem.

TAYLORISMO

O taylorismo é a concepção de organização e gestão da produção e do trabalho dos tempos modernos. Sua origem ocorreu no final do século XIX, com ideias e princípios desenvolvidos pelo engenheiro norte-americano Frederick Winslow Taylor (1856-1915), visando à modernização, ao aprimoramento e, consequentemente, à expansão da produção e também ao aproveitamento racional do trabalho para atender, principalmente, aos interesses dos capitalistas.

No final do século XIX, o sistema de pagamento por peça ou por tarefa estava em plena expansão na indústria norte-americana. Por um lado, os capitalistas (patrões) procuravam ganhar o máximo, na hora de promover a fixação dos preços das tarefas que iriam ser executadas por seus empregados (operários). Por outro lado, os operários buscavam reduzir drasticamente o ritmo da produção das máquinas, procurando contrabalancear, dessa forma, o preço pago por peça determinado pelos

patrões. Tal impasse desencadeou uma série de embates entre os capitalistas e os operários.

A produção industrial daquela época caracterizava-se por grandes perdas de matérias-primas, má qualidade dos produtos (altos índices de defeitos) e mal aproveitamento da mão de obra, Taylor estava convicto de que era preciso fazer algo para reverter o mais rápido possível essa situação negativa. Combater o excesso de “vadiagem” no trabalho foi uma das primeiras iniciativas empreendidas para buscar a superação dessa preocupante situação.

Para Taylor (1970), a “vadiagem” no trabalho era provocada por três determinantes:

1. O erro, que vem de época imemorial e quase universalmente disseminado entre os trabalhadores, de que o maior rendimento do homem e da máquina teria como resultado o desemprego de grande número de operários;
2. O sistema defeituoso da administração, comumente em uso, forçava os empregados a fazerem “cera” no trabalho, a fim de melhor proteger seus interesses, em detrimento aos dos patrões;
3. Os métodos empíricos inefficientes, geralmente utilizados em todas empresas, contribuíam para que os operários desperdiçassem grande parte de seus esforços.

O excesso de “vadiagem” no trabalho passou a incomodar a Taylor de tal forma, que, no crepúsculo do século XIX, o instigou a desenvolver inovações que passaram a ser testadas na fábrica em que trabalhava, originando posteriormente a teoria que hoje conhecemos como Taylorismo.

Para Taylor, era preciso remodelar o sistema produtivo, tornando-o mais eficiente e, consequentemente, erradicando as perdas de matérias-primas que atingiam todos os setores produtivos dos EUA. Ao desenvolver a sua filosofia sobre a questão da produção e do trabalho, objetiva demonstrar às empresas o quanto lucrariam, se trocassem os métodos de produção empíricos pelos científicos.

No decorrer do desenvolvimento de sua teoria, Taylor foi organizando “cientificamente” a produção, criando tipos de planejamento para cada etapa do processo produtivo, antes inexistentes, aproveitando melhor a capacidade produtiva das máquinas (maior otimização do seu uso) e da mão de obra (diminuição da “vadiagem” no trabalho). Desenvolvem-se, assim, os princípios de administração científica, compostos por quatro elementos essenciais:

- 1º) O desenvolvimento (pela direção e não pelo operário) da ciência de “assentar tijolos”, com normas rígidas para o movimento de cada homem, aperfeiçoamento e padronização de todas as ferramentas e condições de trabalho;

- 2º) A seleção cuidadosa e subsequente treinamento dos “pedreiros” entre os trabalhadores de primeira ordem, com a eliminação de todos os homens que se recusam a adotar os novos métodos, ou são incapazes de seguir-lhos;
- 3º) *Adaptação dos “pedreiros de primeira ordem” à ciência de assentar tijolos, pela constante ajuda e vigilância da direção, que pagará a cada homem, bonificações diárias pelo trabalho de fazer depressa e de acordo com as instruções;*
- 4º) *Divisão equitativa do trabalho e responsabilidade entre operário e a direção. No curso do dia, a direção trabalha lado a lado com os operários, a fim de ajudá-los, encorajá-los eplainar-lhes o caminho, enquanto no passado, ao contrário, a direção permanecia de lado, proporcionava-lhes pouco auxílio e sobrecarregava-os de quase toda a responsabilidade quanto aos métodos, uso dos instrumentos, velocidade e cooperação.*” (1970, p.83).

Ao logo do desenvolvimento de sua filosofia, Taylor conseguiu incrementar a produção, aumentando a qualidade dos produtos fabricados e garantindo maior lucratividade aos capitalistas donos das fábricas, os grandes beneficiados dessa inovação. No entanto, o melhor aproveitamento das máquinas e da mão de obra, propiciado pelas ideias de Taylor e tão festejado pelos capitalistas, não proporcionou melhorias significativas nas condições de vida dos operários, que se viram ainda mais explorados.

Não contente com os resultados obtidos com a implantação de suas ideias sobre gestão, com objetivo de fechar ainda mais o círculo de ações do projeto de “administração científica” sobre a produção e o trabalho, Taylor observou que precisava encontrar uma forma para tirar o controle da produção que, naquele momento, ainda estava centrado nas mãos dos trabalhadores, pois a oficina, a qual estava sob controle dos operários, era o espaço estratégico da produção capitalista e precisava ser retomada urgentemente pelos patrões. Segundo ele, juntos, os trabalhadores planejavam com exatidão em quanto tempo o trabalho tinha de ser feito, fazendo isso em defesa de seus interesses e não em favor dos interesses dos patrões, impedindo dessa forma que o ritmo de trabalho fosse acelerado.

Diante de tal situação, o engenheiro Taylor (1970) propôs que essa situação fosse revertida a partir de três princípios:

- a) organizar “cientificamente” o trabalho, de modo que ele fosse independente das habilidades pessoais do trabalhador;
- b) separar a concepção (trabalho intelectual) da execução (trabalho manual). A sa-la-de-planejamento antecede o trabalho na oficina. Poucos programas; a maioria simplesmente executa o que foi planejado;
- c) fazer com que um grupo de gerentes e administradores usassem o monopólio do conhecimento adquirido para controlar cada passo do processo de trabalho parcelizado.

Assim, no esquema hierárquico estabelecido por Taylor, o trabalhador tornou-se um mero repetidor de tarefas, sofrendo constantes pressões por aumento de

produtividade e diminuição de perdas, sendo a principal chave de todo o processo, mas totalmente subordinado à rotina do trabalho, explorado e marginalizado do conhecimento. Ao separar o trabalho manual (execução - físico), do trabalho intelectual (concepção - mental), Taylor deixou para operário apenas a capacidade de execução de tarefas pré-estabelecidas (totalmente fragmentadas) por seus superiores.

Para quebrar a rotina da repetição e da padronização da produção e do trabalho, a mediação entre execução e planejamento (Kuenzer, 1998) passou a ser feita por supervisores, profissionais da administração de recursos humanos, os quais gerenciam pessoas por meio da utilização de metodologias que combinam os princípios de administração científica de Taylor e os da administração comportamentalista, que se utiliza de categorias psicossociais, tais como liderança, motivação, satisfação no trabalho, para conseguir a adesão dos trabalhadores ao projeto empresarial.

A separação do trabalho de concepção do trabalho de execução retirou a autonomia de ofício (herdada do trabalho artesão) dos trabalhadores, passando, segundo Moreira (1997), para a classe patronal e engenheiros a função de pensar, deixando para a massa operária a função exclusiva de executar, desqualificando e massificando o trabalho e qualificando o capital. Com a padronização e a especialização absoluta, o trabalho é transformado numa rotina de repetição ao infinito dos mesmos gestos e numa cadência de velocidade crescente, sendo extremamente prejudicial ao trabalhador, mas altamente compensador ao capitalista.

O taylorismo, enquanto concepção de organização e gestão da produção e do trabalho, vai ser posteriormente aprimorado pelo fordismo, nosso próximo objeto de reflexão.

FORDISMO

Alguns anos após a consecução, desenvolvimento e aplicação dos princípios de administração científica da produção taylorista, Henry Ford (1863-1947) desenvolve a esteira rolante (linha de montagem automática) para a fabricação de automóveis em grande escala, dando origem ao sistema de otimização da produção conhecido como fordismo. Na verdade, o fordismo é uma concepção de organização e gestão da produção e do trabalho que se apoiou na filosofia Taylor e na mecanização da produção, dando praticidade ao taylorismo.

No ano de 1899, com apoio de colaboradores, Ford fundou sua primeira fábrica de automóveis, fechada posteriormente por falta de recursos financeiros. O fracasso dessa primeira experiência não o abateu e ele continuou desenvolvendo seus projetos para montar uma grande fábrica de produção de automóveis, constituindo em 16 de junho de 1903, no Estado de Michigan (EUA), a Ford Motor Company, dando início à fabricação do Ford "T", tipo de carro popular produzido em larga escala e vendido dentro de uma lógica de preço competitiva e de um sistema

de assistência técnica com grande abrangência, provocando uma verdadeira revolução nas estratégias de comercialização de automóveis, em pleno limiar do século XX.

A concepção de organização e gestão da produção e do trabalho fordista originou-se em 1914, quando Henry Ford introduziu o dia de trabalho de oito horas e US\$ 5 dólares por hora, como recompensa para os trabalhadores, os quais passaram a trabalhar na linha de montagem automática (esteira rolante) em sua fábrica, a Ford, montada para a confecção de automóveis em série e escala, produzindo nesse mesmo ano 240 mil unidades, isto é, um automóvel a cada 84 minutos.

A lógica de Ford era a seguinte: pouco importava se tinha de baixar o preço dos carros ou aumentar os salários dos funcionários, desde que a atividade continuasse dando lucros. Além disso, ao aumentar os salários, ele alcançava outros dois objetivos: a motivação de seus empregados e a criação de uma massa de consumidores, já que, para que ocorra o consumo, é preciso que exista gente com dinheiro no bolso.

O sistema de linha de montagem desenvolvido por Ford provocou uma grande revolução na lógica de produzir, em sua fábrica: entre 1908 e 1914, o número de empregados aumentou em quase 700% e a produção teve um acréscimo de aproximadamente 3000%, chegando a produzir a cifra de 800 unidades/dia.

Com a aliança entre taylorismo e fordismo, o trabalho passa a ser especializado, fragmentado, não qualificado, rotineiro, insalubre e, sobretudo, hierarquizado. Há um engenheiro em cima, projetando no escritório, a fim de que os de baixo executem, no chão da fábrica. Para que chegue aos trabalhadores de execução, o projeto deve passar por toda uma rede intermediária de chefias. A fábrica é dividida em setores, cada setor tendo um chefe. Se o número de trabalhadores do setor é ainda grande, as chefias são divididas em comandos de grupos de quatro ou cinco trabalhadores de execução. O resultado é explicado em cima pelo engenheiro e a explicação percorre de chefe em chefe até que sua compreensão chegue ao executor.

Para aprimorar a aplicação de tais fatores sobre a concepção de organização e gestão da produção e do trabalho, em suas fábricas, Ford adotou três princípios básicos:

- a) o princípio de intensificação, que consiste em diminuir o tempo de duração de utilização dos equipamentos na transformação da matéria-prima, propiciando a rápida colocação do produto manufaturado no mercado;
- b) o princípio de economicidade, o qual visava a reduzir ao mínimo o volume de estoque da matéria-prima em transformação;
- c) e o princípio da produtividade, que objetivava aumentar a capacidade de produção do homem no mesmo período, por meio da especialização e da linha de montagem automática. Dessa maneira, o operário poderia ganhar mais num mesmo período de tempo de serviço, e o empresário aumentar a produção, con-

tribuindo para que a dinâmica da produção em massa fosse aos poucos sendo introduzida nos setores da produção, que até então tinham escapado ao cálculo de valorização da administração de empresas de Taylor.

As concepções fordista/taylorista reinaram sobre o mundo da produção e do trabalho até praticamente os anos 80 do século XX, quando passaram a sofrer interferência do mecanismo de reestruturação e reengenharia da produção toyotista, concepção de organização e gestão da produção e do trabalho gestada no Japão, desde a segunda metade do século XX, o toyotismo.

TOYOTISMO

No anos 50 do século XX, enquanto a administração científica da produção e do trabalho taylorista/fordista vivia o seu “boom”, nos EUA e na Europa Ocidental, no Japão, país que se recuperava da destruição econômica e estrutural decorrente da Segunda Guerra Mundial, germinava a semente de outra concepção de organização e gestão do mundo da produção e do trabalho.

A indústria japonesa arrasada pela Segunda Guerra Mundial deveria ser reestruturada com urgência. Por conseguinte, a pergunta dos japoneses era a seguinte: como reestruturar a produção industrial, num país arrasado pela guerra, pobre em recursos naturais e com um mercado pequeno? A resposta encontrada foi a seguinte: se os japoneses se empobreceram em virtude da guerra e a concorrência norte-americana era sufocante, para que o Japão pudesse ser mais competitivo, no mercado internacional, o sistema produtivo japonês não poderia mais ficar preso aos princípios do rígido modelo taylorista/fordista e tinha que ser mais flexível e ágil, de sorte a produzir ao mesmo tempo diversos modelos de produtos em pequena escala e com qualidade.

Foi perante esse desafio que a montadora Toyota vai desenvolver, adaptar e modificar a filosofia taylorista/fordista, concebendo a “filosofia toyotista”, a qual foi implantada progressivamente entre as décadas de 1950 e 1970, passando a ser um marco de ruptura entre a rigidez taylorista/fordista e o sistema flexível, que foi viabilizado graças ao advento das novas tecnologias da terceira revolução industrial, científica e tecnológica, desencadeando, dessa forma, um amplo processo de reengenharia (reestruturação) sobre a produção e o trabalho nas principais regiões industriais do Planeta Terra. O engenheiro Taiichi Ohno, que ocupou o cargo de vice-presidente da Toyota, por vários anos, é considerado o pai do toyotismo.

A reengenharia imposta pela flexibilização do toyotismo cooperou na derribada de muitas das estruturas da modernidade taylorista/fordista, principalmente em relação à organização do trabalho e da produção, em decorrência do uso de novas tecnologias surgidas a partir dos anos 50 do século XX, quando o toyotismo ensaiava os seus primeiros passos.

Para a Toyota, naquele momento (anos 50 do século XX), uma coisa era bastante clara: o sucesso do seu sistema flexível de produção, que estava aliado às novas tecnologias da terceira revolução industrial, dependia diretamente do desenvolvimento de um amplo processo de controle de qualidade, necessário para viabilizar a meta de produzir mercadorias com baixos custos, com qualidade e competitividade, pois sabia que não poderia existir controle de qualidade sem levar em consideração o custo da produção, visando à competitividade dos produtos no mercado internacional, preste a se globalizar.

No entanto, somente o uso de novas tecnologias não era suficiente para atingir a meta da qualidade na produção e, assim, também era preciso “reorganizar” o trabalho na fábrica e motivar o trabalho em equipe e a produção com “alto” índice de qualidade. É isso que a Toyota passou a fazer. Nesse sentido, o primeiro passo dado foi a educação e o treinamento dos trabalhadores e dos funcionários dos altos escalões, buscando incorporar nesses trabalhadores os princípios básicos para garantir a qualidade e distribuindo responsabilidade, pois os méritos e os ônus na produção não iriam recair sobre a empresa, mas sobre eles, os trabalhadores.

Se, na concepção produtiva taylorista/fordista, o inspetor de qualidade controlava o trabalhador, independentemente da produção, no toyotismo, passou a ser sobre todo o processo produtivo (fornecedores, compras, engenharia de processo, produção e vendas).

Coriat (1992) menciona quatro fases que levaram ao advento do toyotismo:

- a) A primeira foi a introdução, na indústria automobilística japonesa, da experiência do ramo têxtil, dada especialmente pela necessidade de o trabalhador operar simultaneamente várias máquinas;
- b) A segunda foi a necessidade de a empresa responder à crise financeira, aumentando a produção, sem aumentar o número de trabalhadores;
- c) A terceira foi a importação das técnicas de gestão dos supermercados dos EUA, que deram origem ao Kanban, termo atribuído a Kiichiro Toyoda, presidente/fundador da Toyota. Segundo Toyoda, o ideal seria produzir somente o necessário e fazê-lo no melhor tempo, no modelo dos supermercados, de reposição dos produtos somente depois da sua venda.
- d) A quarta fase foi a expansão do método Kanban para as empresas subcontratadas e fornecedores.

O método kanban da Toyota pode ser caracterizado como um sistema de informação utilizado no campo produtivo pelas empresas, tendo como principal objetivo sincronizar a montagem (cliente) com as células (fornecedores). O método Kanban funciona nos seguintes sistemas:

1. no primeiro sistema, a célula de montagem, há uma caçamba para depositar as peças, de onde é enviado um cartão correspondente a cada tipo de peça para o painel de controle da célula fornecedora. Com isso, o cartão informa quando determinada peça foi consumida. Olhando para o painel, o operador da célula consegue, sem qualquer ajuda, decidir o que fazer mediante o número de cartões que estiverem em cada coluna dos itens a serem fabricados.
2. o segundo sistema tem a finalidade de organizar os setores da fábrica em grupos, sendo que cada grupo tem o seu próprio sistema de comunicação. Assim, os trabalhadores discutem todas as tarefas e problemas de cada setor, fazendo uma reengenharia constante dos mesmos.

Para detectar problemas no caso do método Kanban desenvolvido pela Toyota no Japão, em cada setor da fábrica existe uma espécie de semáforo, o qual funciona na seguinte forma:

- a) *Luz verde: funcionamento normal, tudo em ordem;*
- b) *Luz laranja: intensidade máxima, a cadeia avança em velocidade excessiva;*
- c) *Luz vermelha: há problemas, deve-se reter a produção e solucioná-los o mais rápido possível, para não interromper a produção por muitas horas, não causando prejuízo para a empresa.*

A cada semana, um grupo de trabalhadores fica responsável pelo método Kanban, e esse revezamento garante a participação de todos os trabalhadores e setores da fábrica. O método Kanban visa a dar às fábricas a racionalidade dos supermercados (estoque regulador mínimo), demonstrando o poder extremo da flexibilidade toyotista em relação ao combate dos desperdícios, na ampliação da exploração da mão de obra, na busca da qualidade total na produção e, consequentemente, na fabricação de produtos com qualidade e preços competitivos no mercado global.

Já o sistema Kanban, em forma de painel e composto por cartões verdes, amarelos e vermelhos, é utilizado na linha de produção para organizar a reposição e não deixar faltar peças, durante o processo de montagem de um determinado produto.

Entretanto, conforme Antunes (1997), o sistema Kanban da Toyota supõe uma unificação da exploração do trabalho, quer pelo fato de que os operários atuam simultaneamente com várias máquinas diversificadas, quer através do seu sistema de luzes que possibilitam ao capital intensificar – sem estrangular – o ritmo intenso de trabalho e produção. Esse processo é conhecido como gerenciamento *by stress* (por tensão).

O sistema de organização e gestão da produção e do trabalho toyotista não está centrado somente sobre os requisitos mínimos de qualidade e produtividade, mas também na competição e no melhoramento contínuo de produtos e mercados.

Definidos os parâmetros vitais para se chegar ao controle de qualidade total (TQC), o toyotismo, como nova concepção de organização do mundo do trabalho, da produção e de gestão das empresas, com o intuito de credenciar o Japão para assumir uma posição de ponta na economia mundial, introduz, numa velocidade alucinante, a automação e a racionalização do trabalho. A Toyota decompôs o trabalho de suas fábricas em quatro operações: transporte, produção propriamente dita, estocagem e controle de qualidade.

Além dos CCQs (Círculos de Controle de Qualidade), destaca-se também o TQC (Controle de Qualidade Total) e novos sistemas científicos de organização da produção e do trabalho, tais como: TQM (Gestão da Qualidade Total), JIT (*Just-In-Time* – tempo justo), Kanban, Kaizen entre outros. São sistemas que foram desenvolvidos para reestilizar ou substituir os concebidos pelo taylorismo/fordismo, assumindo um papel fundamental nas novas formas de organização e gestão das empresas, alterando a relação entre capital e trabalho.

Também não podemos esquecer os cinco S's:

- **SEIRI:** Senso de descarte e utilização;
- **SEITON:** Senso de ordenação e arrumação;
- **SEISOH:** Senso de limpeza;
- **SEIKTESU:** Senso de higiene e saúde
- **SHITSUKE:** Senso de autodisciplina, programa que, nos dias atuais, vem ganhando dimensão nas empresas com o objetivo de eliminar desperdícios, diminuir custos, evitar quebras, acidentes, melhorar a organização, limpeza e saúde, proporcionando, segundo a filosofia toyotista, um ambiente de trabalho mais “agradável” e “melhor qualidade” de vida, dos cinco zeros e do discurso sobre a produtividade e competitividade.

Segundo Gounet (1999), o toyotismo pode ainda ser caracterizado pelos cinco zeros:

1. **Zero atrasos:** a demanda puxa a produção, o fluxo comanda o crescimento; um cliente não deve esperar para comprar um carro;
2. **Zero estoques:** só são permitidas as reservas de base;
3. **Zero defeitos:** cada posto de trabalho controla a qualidade do trabalho do posto de trabalho precedente;
4. **Zero panes:** as máquinas nunca são usadas com capacidade plena e são escondidas não em função de seu avanço técnico, mas de sua função na cadeia; para uma operação simples, também é preferível a utilização de máquinas simples;

5. Zero papéis: o Kanban reduz bastante as ordens administrativas e a papelada em geral.

Os cinco zeros e os demais sistemas de organização e gestão da produção e do trabalho desenvolvidos pela Toyota sofisticaram ao máximo os princípios da produção flexível, criando uma base tecnológica própria para a terceira revolução industrial científica e tecnológica.

A filosofia básica da qualidade total toyotista é elevar os níveis de produtividade, eliminando os desperdícios, ajustando a produção à demanda, suprimindo estoques e aumentando a comunicação entre os setores produtivos, com as técnicas do *just-in-time*.

A concepção de organização e gestão da produção e do trabalho toyotista, entre outras coisas, prega:

- a) o aumento da produtividade, a partir da diminuição de custos na produção;
- b) a flexibilização do trabalho, no nível da produção que é desenvolvida geralmente em módulos;
- c) a busca da qualidade total na produção e, consequentemente, a competitividade dos produtos em nível do mercado nacional e global.

Com a restruturação produtiva toyotista, mais uma vez o ganhador foi o capital (detentor da posse dos meios de produção) e o trabalhador o perdedor, agora constantemente ameaçado pelo avanço da automatização da produção e, assim, pelo desemprego estrutural.

Uma das principais características da produção toyotista é o seu ritmo acelerado para renovar modelos e para desenvolver novos produtos, consequência de sua flexibilidade produtiva, alcançada por meio de inovações organizacionais. Na verdade, em tempos de neoliberalismo e globalização, o capital utiliza-se do mecanismo da flexibilidade para obter ainda mais proveito da intensificação do trabalho, em que um mesmo trabalhador chega a operar cinco máquinas, isto é, tudo em nome da ampliação do lucro pelo lucro, sem se importar com o crescimento dos índices de exclusão social.

O ritmo imposto pela flexibilidade toyotista exige constantemente mais e mais eficiência e produtividade das empresas e, nesse contexto, a filosofia *just-in-time* entra como suprimento de componentes vitais para o bom desempenho na produção, tais como o combate ao desperdício e o “orgulho pelo trabalho”, requisitos fundamentais para garantir a troca rápida de matrizes ou linha de montagem adaptada para fabricar diversos modelos de produtos, exigindo a predominância da rotação de cargos, do trabalho em equipe e de outras formas de flexibilidade funcional, em amplos segmentos da força de trabalho.

A maioria das empresas aposta na filosofia *just-in-time* com o propósito de tornar seus produtos mais competitivos em nível nacional e, sobretudo, em nível internacional, devido à globalização da economia capitalista.

O *just-in-time* é usado pelas empresas como uma arma vital contra os desperdícios no processo de produção. As principais armas utilizadas pela filosofia *just-in-time* para essa batalha são: a célula de manufatura, o *Kanban*, o CEP (controle estatístico do processo), o *set-up* (preparação e ajustes de máquinas), o APG's (atividades de pequenos grupos), o TPM (manutenção produtiva total), entre outras.

Segundo a filosofia *just-in-time*, as empresas vencedoras dessa batalha serão aquelas que inicialmente atacarem com força o desperdício de matérias-primas, a incidência de produtos com defeitos e o não aproveitamento do talento criativo de seu corpo de empregados. Além da flexibilização, da polivalência e da automação, a produção toyotista é acompanhada por um amplo processo de terceirização da produção.

A fragmentação do trabalho imposta pelo toyotismo, adicionada ao incremento tecnológico, pode possibilitar ao capital tanto uma maior exploração quanto um maior controle sobre a força de trabalho, sendo que a diminuição da “porosidade” (mal aproveitamento) no trabalho é ainda maior do que no fordismo. A efetiva flexibilização do aparato produtivo é igualmente imprescindível a flexibilização dos trabalhadores; direitos flexíveis, de modo a dispor dessa força de trabalho em função direta das necessidades do mercado consumidor.

Para concluir. Refletir, analisar, questionar e estimular o debate sobre as concepções de organização e gestão da produção e do trabalho taylorista, fordista e toyotista, que atualmente está na ordem do dia, é importante para que possamos lutar em favor da consecução de um modelo de desenvolvimento econômico, político, social, ambiental e cultural capacitado para combater a exclusão social e transformar o Brasil num país verdadeiramente democrático, justo com todos os seus filhos e soberano, no decorrer do século XXI.

4.7 A GLOBALIZAÇÃO, AS NOVAS TECNOLOGIAS DE TELECOMUNICAÇÃO E SUAS CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICAS, POLÍTICAS E SOCIAIS

O declínio da Idade Média, na Europa, e as Revoluções Inglesa e Francesa, no século XVIII, trouxeram em seu bojo imensas transformações econômicas, políticas, culturais e sociais. A mais fundamental delas, o Capitalismo, concentrou, nas mãos de pequenos grupos de pessoas, o capital, ou seja, os recursos necessários para adquirir fábricas e, com isso, produzir e vender mercadorias. Nesse processo, os camponeses e outros trabalhadores que viviam nos feudos e em seu entorno perderam o pouco que tinham, na estrutura da sociedade feudal em que viviam, como a possibilidade de tirar seu sustento das terras, do artesanato e de outros serviços.

Com o advento do capitalismo, os trabalhadores buscavam sobreviver trabalhando nas fábricas e/ou manufaturas, em péssimas condições (insalubridade, jornada de trabalho ininterrupta etc.) e em troca de baixíssimos salários.

Inicialmente, os ingleses lideraram o processo capitalista, o qual foi avançando, conforme se estabeleciam as relações comerciais entre os países.

Com o aperfeiçoamento tecnológico e a expansão comercial, o capitalismo foi se internacionalizando e impondo sua estrutura e modo de funcionamento a várias partes do mundo.

Desse modo, consolidou-se a divisão econômica do capitalismo em países desenvolvidos e países subdesenvolvidos. Enquanto os primeiros acumulavam mais e mais riqueza, pagando baixos salários a seus trabalhadores e exportando suas mercadorias a altos preços para os países subdesenvolvidos, estes permaneciam na condição de países dependentes, ao produzir apenas o que o mercado externo compraria a preços baixos: no caso do Brasil, por exemplo, o açúcar, a borracha, o cacau, o café e a madeira eram vendidos aos países europeus, particularmente para a Inglaterra (OLIVEIRA, 2008).

A mais impressionante transformação operada pelo capitalismo foi, no entanto, o surgimento das classes sociais; de um lado, os capitalistas, donos dos meios de produção, e, de outro, os trabalhadores, que podiam vender apenas sua força de trabalho. “Aparentemente, o que vemos entre o capitalista e o trabalhador é uma **relação entre iguais**, isto é uma relação entre proprietários de mercadorias, que se dá mediante a compra e venda da força de trabalho” (TOMAZZI, 2000, p.50, grifo nosso).

Ao examinar mais de perto essa relação entre duas classes antagônicas, percebe-se que o trabalhador não recebe o valor total do que sua força de trabalho produz, em uma jornada de oito horas:

[...] o que ocorre [...], é que o trabalhador, em cinco ou seis horas de trabalho diárias, por exemplo, produz um valor que corresponde ao seu trabalho total, sendo o valor produzido nas horas restantes, apropriado pelo capitalista (TOMAZZI, 2000, p. 50).

Nesse contexto, o que é produzido nas duas horas a mais, inclusas na sua jornada de oito horas, é o valor não pago, denominado por Karl Marx como **mais-valia**. A mais-valia, ou seja, a parte não paga pela força de trabalho, permitiu, entre outros fatores, o maior enriquecimento e consequente acúmulo de capital pelos capitalistas.

Para obter lucros cada vez maiores, os capitalistas precisaram expandir as fronteiras de seus países, internacionalizando, dessa maneira, o próprio capital, que, ao se internacionalizar, resultou na Globalização:

A cultura, a política, a educação, as finanças, a tecnologia, a ética, a ciência, a estética, dentre outros aspectos, foram e são profundamente afetados pela nova conjuntura mundial que procura efetivar a unidade ideológica mundial (FERREIRA DO VALE, 1998, p. 63).

Nesse sentido, deve-se assinalar que a Globalização não é um fenômeno contemporâneo, mas o reflexo das contínuas transformações nas relações produtivas entre pessoas e entre países, marcadas pela desigualdade socioeconômica, característica inerente ao próprio capitalismo. A ação do Estado, enquanto promotor da redução das diferenças sociais, é desestimulada pelos capitalistas, na sua nova roupagem, o neoliberalismo, que emergiu após a II Guerra Mundial, quando os diversos países procuraram intervir na economia, de modo a mitigar os impactos da guerra para as populações menos favorecidas, no modelo conhecido como **Estado de Bem-Estar Social**. Os neoliberais se insurgiram contra esse modelo e pregaram a retirada do Estado da economia, recomendando, por intermédio de organismos mundiais, como o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial, a privatização de empresas estatais, a redução dos gastos públicos com saúde, educação e a desregulamentação da economia, dentre outras medidas.

Assim, o capitalismo (modo de produção fundado na economia de mercado, na propriedade privada dos meios de produção e no trabalho assalariado) e o neoliberalismo - ideário político e econômico que defende a mínima intervenção do Estado no mercado de trabalho - foram responsáveis por acelerar ainda mais as profundas transformações econômicas e as desigualdades que caracterizam os processos da Globalização (FILGUEIRAS, 1997).

De acordo com Milton Santos, o grande geógrafo brasileiro, “a globalização, é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista” (SANTOS, 2001, p. 23). Santos penetra no âmago da questão, ao ensinar:

É a maneira como, sobre essa base material, se produz a história humana que é a verdadeira responsável pela criação da torre de babel em que vive nossa era globalizada [...] Seus fundamentos são a informação e o seu império, que encontram alicerce na produção de imagens e do imaginário, e se põem ao serviço do império e do dinheiro, fundado este na **economização e na monetarização da vida social e da vida pessoal** (SANTOS, 2001, p.18-19, grifo nosso).

Dessa maneira, a globalização, como a percebemos hoje, foi intensificada pelos processos de diminuição de distâncias e fronteiras nacionais e internacionais, diretamente relacionadas com o surgimento das novas “Tecnologias de Informação e Comunicação” (conhecidas pela sigla TIC’s), visto que estas, no contexto atual, são um de seus principais agentes, por possibilitarem o rápido contato entre locais distantes. Nesse sentido, a globalização fez surgir um novo tipo de sociedade, a sociedade da informação.

Na década de 1970, Daniel Bell, um dos precursores dos estudos sobre essas novas configurações sociais, assim caracterizou sociedade de informação e informação, respectivamente:

Cada sociedade é uma sociedade de informação e cada organização é um organismo de informação. A informação é necessária para organizar e fazer funcionar qualquer coisa, da célula à General Motors. A informação é o processo de [...] estocagem, transmissão e o tratamento dos dados enquanto base de todas as trocas econômicas e sociais (BELL, 1999, apud MATTELART, 2000, p.88).

Observa-se, nessa perspectiva, a relevância da informação nessa nova configuração da sociedade. Essa informação, ao ser tratada, gera demandas que movimentam, de forma veloz, capitais entre as empresas de diferentes países e regiões. A rapidez com a qual os capitais se deslocam em todo o mundo é facilitada sobremaneira pela velocidade tecnológica com a qual a informação é processada.

Todos esses processos relativos à sociedade informacional, os quais impulsionaram ainda mais a Globalização, trazem algumas consequências econômicas, políticas e sociais.

Como consequências econômicas, é preciso destacar que a Globalização permitiu que o capital pudesse transitar livremente em todos os mercados, destruindo muitos dos padrões trabalhistas e de acumulação/distribuição de riquezas antes estruturados. Ademais, o enriquecimento das empresas detentoras das novas tecnologias de informação e comunicação, como as grandes empresas multinacionais de informática, telefonia e afins, é uma dessas consequências econômicas prejudiciais à sociedade como um todo, em razão dos monopólios as quais elas podem constituir, por meio de fusões e aquisições.

Outro importante fator que beneficia essas empresas é o de que a rede mundial de computadores – Internet – a mais “global” dessas tecnologias, absorve muitas informações sobre seus usuários, as quais podem ser vendidas ou utilizadas como técnicas de propaganda e *marketing*, enriquecendo mais ainda as companhias beneficiadas. Outros beneficiários desses dados são os governos, que podem se utilizar da Internet para investigar a vida de pessoas ou grupos, objetivando aumentar a segurança nacional ou a fim de proteger seus próprios interesses (muitas vezes não condizentes com os da população em geral).

Como consequências políticas, é possível admitir que, com o aumento do fluxo de informações, fica mais fácil para as pessoas se informarem a respeito da situação política, econômica e governamental, em diversas partes do mundo. A partir da divulgação de imagens, fatos e suas interpretações, as pressões das populações sobre seus governos são potencialmente aumentadas, visto que se podem visualizar melhor os bons e os maus exemplos das políticas praticadas por outros Governos, em todo o mundo.

Nos aspectos sociais, nota-se uma série de transformações, em especial na dimensão sociocomunicacional:

A comunicação, mediada pela Internet, ganhou novos contornos, incluindo inovações que se materializaram nas máquinas de comunicar eletrônicas (computadores, celulares, palmtops, entre outras). Tais dispositivos possibilitaram que a referência de proximidade na comunicação fosse profundamente alterada, instaurando a desterritorialização que se tornou uma realidade que abrange cada vez mais pessoas e processos (CHAMA, 2008, p.15).

Ianni (2005) descreve o fenômeno da desterritorialização, para ele uma das características mais impactantes da sociedade global:

Assim se desenvolve o novo e surpreendente processo de desterritorialização, uma característica essencial da sociedade global em formação. Formam-se estruturas de poder econômico, político, social e cultural internacionais, mundiais ou globais descentradas, sem qualquer localização nítida neste ou naquele lugar, região ou nação (IANNI, 2005, p.95).

Esse importante sociólogo brasileiro explica que a desterritorialização promove uma dispersão dos pontos de referência, fazendo com que ocorra um desenraizamento. “Tudo tende a deslocar-se além das fronteiras, línguas nacionais, hinos, bandeiras, tradições, heróis, santos, movimentos, ruínas. Predomina o espaço global em tempo principalmente presente” (IANNI, 2005, p. 94-95).

É possível observar ainda que a globalização e as novas tecnologias de comunicação tendem a aprofundar as já existentes desigualdades sociais, presentes na maioria das sociedades, visto que as tecnologias possuem custos inacessíveis a uma grande parte da população mundial. Essas populações mais pobres vivem principalmente nos países do Sul (situados no hemisfério Sul, anteriormente denominados países em desenvolvimento e países do Terceiro Mundo).

No entanto, mesmo com a expansão do acesso - especialmente por intermédio dos *smartphones*, aparelhos telefônicos que acessam a Internet -, a maioria da população enfrenta muitas dificuldades no que diz respeito à apropriação de uma verdadeira inclusão digital:

[...] um processo que deve levar o indivíduo à aprendizagem no uso das TICs e ao acesso à informação disponível nas redes, especialmente aquela que **fará diferença para a sua vida e para a comunidade na qual está inserido.** (SILVA et al., 2005, p.32, grifo nosso).

Queau questiona o excesso e a disseminação de informações proporcionadas pelas novas tecnologias:

Com o excesso de informação, não estamos fazendo necessariamente nada melhor que antes. Pelo contrário, podemos simplesmente perder o senso de realidade e o

toque humano. A abundância de informação é um sério desafio, exigindo disciplina, distanciamento e ceticismo (QUEAU, 1998).

As consequências sociais relacionadas à qualidade de acesso, controles de informação pelos Governos e mau uso da Internet não invalidam alguns dos benefícios proporcionados pelas novas tecnologias de informação e comunicação.

O impacto do rápido fluxo de informações possibilita maior contato entre os cidadãos, o que acaba também por influenciar a política. Como exemplo, podem-se citar os protestos no Brasil de julho de 2013, que foram, em grande parte, combinados através das redes sociais na rede mundial de computadores, como o *Facebook* e o *Twitter*.

Finalmente, outra possível e relevante consequência social das novas tecnologias de comunicação é a maior abertura para o acesso à cultura e à educação: mesmo se observando que a Internet possui uma larga quantidade de conteúdo errôneo e inadequado, verifica-se que a rede mundial de computadores também abriga informações, livros, obras de arte e demais temas relevantes e de qualidade, antes apenas encontradas em bibliotecas. Graças às iniciativas de muitas instituições públicas e privadas, hoje em dia é possível ter acesso a muita educação e cultura de excelência através da Internet, abrindo opções para um grande número de usuários, que antes não as possuíam.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Giovanni. *Trabalho e mundialização do capital: a nova degradação do trabalho na era da globalização*. São Paulo: Praxis, 1999.
- ANDRADE, Manuel C. *O Brasil e a África*. São Paulo: Contexto, 1988.
- ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1982.
- BRAGA, Ruy. *A nostalgia do fordismo: modernização e crise na teoria da sociedade salarial*. São Paulo: Xamá, 2003.
- CHAMA, Débora C. *O Comitê Gestor da Internet no Brasil: gestão, segurança e comunicação*. 2008. 186 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2008.
- CORIAT, Benjamín. *El taller y el robot (Ensayos sobre el Fordismo y la producción en masa en la era da electrónica)*. México: Siglo XXI, 1992.
- CORRÊA, Dora Shellard. Historiadores e cronistas e a paisagem da colônia Brasil. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 26, n. 51, p. 63-87, 2006.

- DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato. *O livro de ouro da História do Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.
- DUSSEL, Enrique. *História mundial de las eticidades*. Madrid: Editorial Trotta, 1998.
- FAYOL, Henri. *Administração industrial e geral*. São Paulo: Atlas, 1990.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978. v. 1.
- FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. Patrimônio, discutindo alguns conceitos. *Diálogos*, Maringá, v. 10, n. 3, p. 79-88, 2006.
- FERRETTI, Celso J. et al. (Org.). *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- FILGUEIRAS, Luiz A. M. Reestruturação produtiva, globalização e neoliberalismo: capitalismo e exclusão social neste final de século. In: SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR “O MAL ESTAR DO SÉCULO XXI”, 15 maio 1997, Feira de Santana. *Anais...* Feira de Santana: Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana: Escola Brasileira de Psicanálise – Bahia/Polo Feira, 1997. p. 1-26.
- FONSECA, Sônia M. A hegemonia jesuítica (1549-1759). In: LOMBARDI, José C.; SAVIANI, Demerval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Org.). *Navegando na história da educação brasileira*. Campinas: Graf. HE: HISTEDBR, 2006.
- FRIGOTTO, Gaudencio (Org.). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- GOUNET, Thomas. *Fordismo e Toyotismo na civilização do automóvel*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- GRUPONI, Luís D. B. As sociedades indígenas no Brasil através de uma exposição integrada. In: _____. (Org.). *Índios no Brasil*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- HIRATA, Helena (Org.). *Sobre o modelo japonês*. São Paulo: Edusp, 1993.
- HOFBAUER, Andreas. Raça, cultura e identidade e o “racismo à brasileira”. In: BARBOSA, Lucia M. de A.; SILVA, Beatriz Gonçalves e; SILVÉRIO, Valter R. *De preto a afro-descendente: trajetos de pesquisa sobre as relações étnico-raciais no Brasil*. São Carlos: Edusfcar, 2003. p. 151-188.
- HOFBAUER, Andreas. Ações afirmativas e o debate sobre o racismo no Brasil. *Lua Nova*, São Paulo, n. 68, p. 9-56, 2006.

- HOLLOWAY, J.; PELÁEZ, E. Aprendendo a curvar-se: pós-fordismo e determinismo tecnológico. *Outubro*, São Paulo, v. 2, p. 21-29, 1998.
- IANNI, Octavio. *A sociedade global*. 12. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- JOFILLY, Bernardo. Toyotismo e microeletrônica: uma revolução que desafia. *Revista De Fato*, São Paulo, 1994. Edição especial.
- KUMAR, Krishan. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- LARAIA, Roque de Barros. *Cultura, um conceito antropológico*. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- LOPES, Nei. *História e cultura africana e afro-brasileira*. São Paulo: Barsa Planeta, 2008.
- MATTELART, A. A era da informação: gênese de uma denominação descontrolada. In: MARTINS, F. M.; SILVA, J. M. (Org.). *A genealogia do virtual: comunicação, cultura e tecnologias do imaginário*. Porto Alegre: Sulina, 2004. p. 81-107.
- MOREIRA, Ruy. *A pós-modernidade, a globalização, a terceira revolução industrial e o mundo do trabalho*. São Paulo: CEETEPS, 1996.
- MOREIRA, Ruy. A técnica, o homem e a terceira revolução industrial. In: KUPSTAS, Márcia (Org.). *Ciência e tecnologia em debate*. São Paulo: Moderna, 1998. p. 33-54.
- MOREIRA, Ruy. Os períodos técnicos e os paradigmas do espaço do trabalho. *Ciência Geográfica*, Bauru, n. 16, p. 4-8, 2000.
- NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. Inventário e patrimônio cultural no Brasil. *História*, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 257-268, 2007.
- OLIVEIRA, Carolina Bortolotti. As relações comerciais entre Brasil e Inglaterra no século XIX. In: COLÓQUIO [INTER]NACIONAL SOBRE O COMÉRCIO E CIDADE: UMA RELAÇÃO DE ORIGEM, 2., 2008, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, São Paulo. Disponível em: <http://www.labcom.fau.usp.br/wp-content/uploads/2015/05/2_cincci/1009%20Bortolotti.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2015.
- PACHECO NETO, Manuel. *Palmilhando o Brasil Colonial*: a motricidade de bandeirantes, índios e jesuítas no século XVII. 2002. 152 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Dourados, Dourados, MS, 2002.
- PRANDI, Reginaldo. O Brasil com axé: candomblé e umbanda no mercado religioso. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 223-238, 2004.

- PRIORI, Ângelo et al. A imigração. In: _____. *História do Paraná: séculos XIX e XX*. Maringá: Eduem, 2012. cap. 3, p. 35-46. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/k4vrh/pdf/priori-9788576285878-04.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2015.
- QUEAU, Philippe. A revolução da informação: em busca do bem comum. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 27, n. 2, p. 198-205, maio/ago. 1998.
- RAGO, Luzia M.; MOREIRA, Eduardo F. P. *O que é taylorismo*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- RAMIREZ, P. O trabalho pode estar muito próximo. *Caderno CEETEPS/SERT*, São Paulo, v. 2, p. 85-109, [19--?].
- RATTNER, Henrique. Trabalho e a organização na empresa industrial integrada e flexível. In: FERRETTI, Celso J. et al. *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 77-83.
- RIBEIRO, Berta G. *O índio na história do Brasil*. São Paulo: Global Editora, 1983.
- SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SILVA, Helena et. al. Inclusão digital e educação para a competência informacional: uma questão de ética e de cidadania. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 34, n. 1, p. 28-36, jan./abr. 2005.
- SOUZA, Marina M. *África e Brasil africano*. 2. ed. São Paulo: Ática, 2007.
- TAYLOR, Frederick W. *Princípios de administração científica*. São Paulo: Atlas, 1970.
- TOMAZI, Nelson Dacio. *Iniciação à sociologia*. 2. ed. São Paulo: Atual, 2000.
- VALE, José Misael Ferreira do. Educação e globalização: reflexos no ensino brasileiro. *Ciência Geográfica*, Bauru, n. 12, p. 63-66, jan./abr. 1999.
- VECHIA, Ariclê. O ensino secundário no século XIX: instruindo as elites. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Helena Câmara. *Histórias e memórias da educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- VIOTTI, Emilia. Primeiros povoadores do Brasil: o problema dos degredados. *Revista Textos de História*, v. 6, n. 1/2, p. 77-100, 1998.
- WOOD JÚNIOR, Thomaz. Fordismo, Toyotismo e Volvismo: os caminhos da indústria em busca do tempo perdido. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, n. 32, p. 6-18, set./out. 1992.





Cadernos dos Cursinhos Pré-Universitários da UNESP

FUNDAÇÃO
vunesp 

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA
PROEX
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

unesp 
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Reitoria

ISBN 978-85-7983-825-5

9 788579 1838255